

Eu, Nós, Eles e o Projeto de Vida

Dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

Maria Madalena Ferreira Marques

Trabalho realizado sob a orientação da

Professora Doutora Ana Maria de Sousa Neves Vieira

Leiria, setembro, 2019

Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA



EU, NÓS, ELES E O PROJETO DE VIDA

Maria Madalena Ferreira Marques

Dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social,
sob a orientação da professora Doutora Ana Maria de Sousa Neves Vieira

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Ana Vieira por ter aceite orientar-me, toda a atenção, disponibilidade e orientação prestada em todos os momentos, mas principalmente nos momentos em que hesitava pelas dificuldades sentidas. Agradeço por ter acreditado em mim e manter-se ao meu lado.

Agradeço também ao coordenador do mestrado, professor doutor Ricardo Vieira por ser um exemplo de referência que tenho em mente.

Agradeço a toda a equipa técnica da Casa de Abrigo Teresa Morais, salientando um agradecimento muito especial à Dra. Sandrina Mota, Dra. Sofia Seabra, às ajudantes de lar, à Lita, bem como à estagiária que me acompanhou, a Filipa.

Agradeço às vítimas referidas neste estudo por permitirem deixar-me entrar no seu «Eu» para conseguirmos construir o nosso «Nós».

Agradeço à minha chefe por toda a compreensão e pelos dias de folga que me facultou para eu conseguir desenvolver este trabalho.

Agradeço aos meus amigos mais chegados também pela compreensão de não podermos fazer as jantaras e os passeios anteriormente combinados.

Um especial agradecimento à minha mãe pela humildade e compreensão de mais um almoço desmarcado.

Um especial agradecimento ao meu companheiro pela dedicação, apoio e compreensão.

Um especial agradecimento com um beijinho muito grande à minha filha pelo enorme apoio, crítica construtiva e espírito de ajuda.

Obrigada.

RESUMO

Esta investigação, apresentada sob a forma de dissertação, foi sustentada pelo trabalho de campo que desenvolvido na instituição APEPI, mais concretamente numa das suas valências, a Casa de Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, batizada Casa Abrigo, Teresa Morais.

A investigação centrou-se na área da violência doméstica sob um olhar da mediação intercultural e intervenção social, a qual denominei de, EU, NÓS, ELES E O PROJETO DE VIDA.

A problemática da investigação tem como objetivo perceber de que modo é que a Casa de Abrigo Teresa Morais contribui para a construção de um novo projeto de vida futuro das mulheres vítimas de violência doméstica que acolhe.

Para concretizar o objetivo optei por um paradigma hermenêutico e de descoberta de cariz etnográfico (Amado, 2014; Faria e Vieira, 2016). Em relação às técnicas de recolha de informação, utilizei a análise documental, observação direta e observação direta participante na instituição (Pais, 2006), o que me permitiu observar a dinâmica da casa e fazer parte integrante daquela realidade, procurando sempre que a realidade não fosse alterada com a minha presença. Para complementar com mais rigor a minha investigação e, ainda falando da metodologia, escolhi fazer entrevistas individuais semiestruturadas de cariz etnográfico e etnobiográfico (Vieira 2014; Faria, S. & Vieira, R. 2016) ou em forma de «conversas» (Burgess, 1997). Assim, foram entrevistadas a diretora técnica da casa abrigo, duas vítimas residentes na casa e duas vítimas que já residiram na casa Teresa Morais.

Durante as visitas constantes à casa e durante as conversas que ia estabelecendo com os sujeitos da minha investigação, vítimas da casa abrigo, percebi que as práticas de mediação intercultural auxiliaram na transformação do Eu para o Nós e numa melhor perceção do Eles, numa simbiose de empoderamento das vítimas para as potenciar na construção do seu projeto de vida.

Palavras-chave

Casa de Abrigo, Eles, Eu, Nós, Projeto de Vida, Violência Doméstica, empoderamento, projeto de vida, e Mediação Intercultural.

ABSTRACT

This research, presented in the form of a dissertation, was supported by the field work that was developed at APEPI institution, more specifically in one of its valences, the Shelter House for women victims of domestic violence, named Casa Abrigo, Teresa Morais.

The research focused on the area of domestic violence from the perspective of intercultural mediation and social intervention, which I called, US, THEY AND THE LIFE PROJECT.

The research problem aims to understand how the Teresa Morais Shelter House contributes to the construction of a new future life project for women victims of domestic violence that it welcomes.

To achieve the goal I opted for a hermeneutic paradigm and ethnographic discovery (Amado, 2014; Faria and Vieira, 2016). Regarding the techniques of information collection, I used document analysis, direct observation and direct observation participating in the institution (Pais, 2006), which allowed me to observe the dynamics of the house and be an integral part of that reality, always looking for reality. changed with my presence. To complement my research more rigorously and, still speaking of the methodology, I chose to do semi-structured individual interviews of ethnographic and ethnobiographical nature (Vieira 2014; Faria, S. & Vieira, R. 2016) or in the form of “conversations” (Burgess, 1997). Thus, the technical director of the shelter house, two victims residing in the house and two victims who already lived in the Teresa Morais house were interviewed.

During the constant visits to the house and conversations with the subjects of my research, victims of the shelter house, I realized that the practices of intercultural mediation helped in the transformation of the I to the Us and a better perception of Them, in a symbiosis of empowering victims to empower them in building their life project.

Keywords

Shelter House, They, Me, Us, Life Project, Domestic Violence and Intercultural Mediation.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	vi
Índice.....	viii
índice de apêndices.....	x
Abreviaturas.....	xii
Introdução.....	1
Capítulo 1.....	5
Da violência doméstica à intervenção social em contexto institucional: contextualização.....	5
1.1. Conceptualização da problemática, conceitos e enquadramento.....	5
1.2. Olhar da Lei perante a vítima de Violência Doméstica: Enquadramento Legal 14.....	
1.3. Ciclo da Violência Doméstica.....	16
Capítulo 2.....	21
Das Respostas Sociais de Proteção às Vítimas: Práticas Mediadoras.....	21
2.1. Rede de Casas de Abrigo em Portugal.....	21
2.2. A Casa Abrigo Teresa Morais.....	24
2.3. Percursos de vida e reconstrução de projetos de vida do ponto de vista da Mediação/mediação Comunitária.....	26
Capítulo 3.....	35
Da Metodologia e procedimentos de investigação: Enquadramento metodológico...	35
3.1. Universo e amostra de Análise.....	43
3.2. Caracterização dos Participantes de Estudo.....	44
3.3. Opções metodológicas abraçadas no terreno.....	44

Capítulo 4	48
Apresentação e discussão de resultados	48
Conclusões.....	66
Bibliografia.....	72
Apêndices	80

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Modelo de Consentimento Informado.....	81
Apêndice 2 – Consentimento Informado para Participação na Investigação.....	82
Apêndice 3 – Guião de Entrevista Vítimas Residentes.....	83
Apêndice 4 – Guião da Entrevista Vítimas Não Residentes.....	84
Apêndice 5 – Guião da Entrevista Diretora Técnica.....	85
Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista a Maria A. (residente).....	86
Apêndice 7 – Transcrição da Entrevista a Maria B. (residente).....	94
Apêndice 8 – Transcrição da Entrevista a Maria C. (não residente).....	100
Apêndice 9 – Transcrição da Entrevista a Maria D. (não residente).....	108
Apêndice 10 – Transcrição da Entrevista a Diretora Técnica.....	119
Apêndice 11 – Sinopse da Entrevista/Conversa a Maria A.....	128
Apêndice 12 – Sinopse da Entrevista/Conversa a Maria B.....	133
Apêndice 13 – Sinopse da Entrevista/Conversa a Maria C.....	138
Apêndice 14 – Sinopse da Entrevista/Conversa a Maria D.....	147
Apêndice 15 – Sinopse da Entrevista/Conversa a Diretora Técnica.....	158
Apêndice 16 – Quadro Comparativo das Entrevistas na Categoria Vítimas.....	165
Apêndice 17 – Quadro Comparativo das Entrevistas na Categoria Crime de Violência Doméstica.....	167

Apêndice 18 – Quadro Comparativo das Entrevistas na Categoria Casa Abrigo Teresa Morais.....	173
Apêndice 19 – Quadro Comparativo das Entrevistas na Categoria Projeto de Vida...	181

ABREVIATURAS

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEPI – Associação de Pais e Educadores Para a Infância

CAE – Centro de Área Educativa de Leiria

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação
Contra as Mulheres

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

GNR – Guarda Nacional Republicana

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS – Instituto de Reinserção Social

OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas

ONG – Organização Não Governamental

PSP – Polícia de Segurança Pública

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa

VD – Violência Doméstica

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação encontra-se sob a forma de dissertação, no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social do Instituto Politécnico de Leiria. O caminho trilhado nesta investigação buscou refletir a problemática da violência doméstica. Deste modo, centrei¹ a minha atenção particularmente numa instituição, a Casa de Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica de Pombal – Teresa Morais. Designei como título para esta dissertação, «Eu, Nós, Eles e o Projeto de Vida». A Casa de Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica de Pombal – Teresa Morais é uma resposta social da Associação de Pais e Educadores Para a Infância (APEPI), situada na cidade de Pombal. A casa tem capacidade para acolher 16 mulheres com ou sem filhos e iniciou a sua prestação de serviços em junho de 2001, na altura, num apartamento nas proximidades da sede. Com o decorrer do tempo, houve necessidade de melhorar as condições da prestação de serviço no acolhimento das mulheres e, atualmente, as instalações da Casa de Abrigo situam-se numa vivenda familiar na cidade de Pombal, com localização sigilosa para proteção das mulheres vítimas. A Casa tem como missão, ajudar a orientar e inserir socialmente, juridicamente e psicologicamente as vítimas de sexo feminino, prestando auxílio e refúgio a estas mulheres e filhos, como forma de começarem uma nova vida autónoma, longe do seu agressor.

Gostava ainda de mencionar que, neste universo de análise, antes de me decidir pela dissertação conversei com a minha orientadora, professora Ana Vieira no sentido de efetuar estágio, mas dado o número de horas que seriam necessárias cumprir, rapidamente percebi, em conjunto com a orientadora, que seria muito complicado exercer em simultâneo a minha profissão, estagiar e entregar em setembro o trabalho final. Assim sendo, procedi à alteração de estágio para dissertação.

Logo no primeiro ano de mestrado, nas unidades Curriculares de Metodologias I e II, comecei a delinear um plano e no segundo ano, continuei no Seminário de Acompanhamento a reconstruir esse plano de estudo sobre o tema da investigação, das

¹ Ao longo desta dissertação será utilizada a primeira pessoa do singular, já que a investigação se situa numa perspetiva de carácter etnográfico, conforme irei aprofundar no capítulo 2. Assim, tenho como objetivo dar a conhecer que assumi o papel de etnógrafa e calquei o terreno com o intuito de observar e compreender as projeções, perceções, os interesses, as idiossincrasias dos sujeitos inclusos neste estudo para produzir este relatório de investigação contemplando os mesmos.

motivações à problemática científica, conceitos, metodologia, estrutura e cronograma de atividades, sempre com o objetivo de assimilar e aprofundar conhecimentos através da revisão de literatura e no embrenhamento proporcionado pela imersão no labiríntico trabalho no terreno. Assim, e como o caminho no terreno se faz caminhando, era importante prosseguir com a construção dos instrumentos de recolha de dados, particularmente, os guiões das entrevistas, assim como, com o aprofundar da pesquisa bibliográfica, tarefa fulcral ao longo deste estudo científico.

Atendendo às minhas inquietações pessoais, bem como, à minha profissão enquanto chefe na PSP que integra funções no âmbito do policiamento de proximidade onde presto apoio e encaminhamento a vítimas de violência doméstica, além de trabalhar também especificamente com as vítimas que habitam na Casa de Abrigo de Vítimas de Violência Doméstica de Pombal e conhecer as mesmas, tal como, os seus filhos, pretendo, com esta investigação, ir além do conhecimento alcançado diariamente no exercício das minhas funções. Assim, comecei a “cozinhar” esta ideia no primeiro ano do mestrado, e logo na Unidade Curricular de Metodologias realizei um Projeto de Investigação em Violência Doméstica incidindo na qualidade da casa. O facto de ter entrevistado uma vítima que saiu para ser autónoma despertou-me a curiosidade de saber qual a preparação que é feita na construção do projeto de vida futuro das vítimas. Deixei então de me importar com a qualidade da casa propriamente dita, pois achei que o que importa são as pessoas e o trabalho que se faz com elas. Compreendi então que a Mediação Intercultural me poderia ser muito útil no trabalho com estas mulheres enquanto processo de transformação e empoderamento de cada interveniente. Tive altos e baixos e até acho que muitas dificuldades se atravessaram no meu caminho, mas o caminho faz-se caminhado.

Assim, e como já referi, trabalhava com este tipo de população mais fragilizada no meu dia-a-dia, aliás, se for mais pormenorizada, as vítimas da casa de abrigo Teresa Morais já faziam parte da minha vida profissional e como qualquer ser humano e profissional tinha as minhas inquietações que volta e meia me assolavam o pensamento, principalmente, como seria delineado o projeto de vida destas vítimas quando saíssem da casa, pois desconhecia se existia e achava importantíssimo haver uma linha orientadora e encaminhadora do novo percurso, uma vez que a casa é uma fase de transição em todo este processo.

Foi também nesta fase, digamos de embrião, que fiquei com uma ideia ainda pouco consertada sobre o título da minha dissertação e começou a fazer sentido ser: Eu, Nós,

Eles e o Projeto de Vida. Cabe, aqui, uma palavra quanto aos pronomes pessoais escolhidos, sendo Eu (vítima/projeto de vida); Nós (vítima, técnicas, investigadora, filhos); Eles (agressores, filhos) e Eu (Projeto de Vida), onde este, Eu – projeto de Vida já se pressupõe um Eu transformado e um Nós transformado.

Assim, comecei num turbilhão de pensamentos, que o meu cérebro foi ajeitando em modo de questões, entre as quais: - Será que a Casa de Abrigo de Pombal prepara as vítimas com ferramentas necessárias, ajudando a construir um novo projeto de vida? Será que as auxilia para a sua autonomia quando deixam a casa? Como? - Ou será que só as recebe, tirando-as do foco de tensão, fornecendo-lhe um porto seguro e dando apenas assistência? Qual a percepção que as mulheres/vítimas têm sobre a sua passagem pela casa abrigo? A intervenção é mais resolutiva ou mais transformadora?

Do embrião gerou-se então a questão central:

- De que modo é que a Casa de Abrigo de Pombal contribui para a construção de um novo projeto de vida no futuro das mulheres vítimas de violência doméstica, que acolhe?

Tracei, inicialmente, alguns objetivos para esta investigação: 1. Conhecer as representações sociais que os sujeitos têm sobre a violência doméstica; 2. Compreender as estratégias de intervenção que a casa abrigo tem implementado para delinear o projeto de vida das vítimas; 3. Perceber a interação entre as vítimas e os técnicos na construção do projeto de vida futuro; 4. Auscultar de que forma a casa de abrigo prepara as vítimas para a construção do seu projeto de vida futuro; 5. Perceber o que faz a casa de abrigo para empoderar as vítimas na construção do seu projeto futuro e 6. Compreender até que ponto as vítimas são parte integrante do processo de construção do seu projeto de vida; 7. Entender a percepção das mulheres/vítimas sobre a sua passagem pela Casa Abrigo.

Em relação aos conceitos decidi abordar aqueles que considero mais relevantes atendendo à problemática deste estudo, pelo que elenquei a Violência Doméstica/Conjugal; Vítimas; Agressores; Eu, Nós, Eles e Projeto de Vida (Eu); Casa Abrigo; Empoderamento; Mediação Intercultural e Comunitária.

O paradigma privilegiado foi o paradigma hermenêutico, fenomenológico ou interpretativo (Faria & Vieira, 2016; Amado, 2013) adotando como metodologia fundamental o estudo de caso etnográfico (Amado, 2014, Yin, 2001), uma vez que tinha como intuito compreender o fenómeno no seu contexto e refletir sobre as representações dos sujeitos envolvidos. Assim, quanto às técnicas de recolha da informação utilizei a

análise documental, a observação direta, observação participante (Pais, 2006) e a entrevista individual semiestruturada (realizei cinco entrevistas semiestruturadas, duas efetuadas a vítimas que atualmente estão a residir na casa, duas a vítimas que já residiram e uma à diretora técnica tendo sempre como fio condutor o olhar das vítimas que se constitui fulcral neste processo de compreensão).

Mediante isto, a estrutura da minha investigação traduz-se em quatro capítulos, início com a introdução, onde falo acerca da problemática, do local escolhido, da escolha do título e do problema científico. Segue-se o primeiro capítulo, onde se situa o enquadramento legal, a problemática e sua contextualização, revisão bibliográfica, conceitos. No segundo, apresento a rede de casas de abrigo, transformações, a identificação do local da investigação e a reconstrução dos projetos de vida do ponto de vista da mediação. No terceiro, segue-se a metodologia utilizada, revisão dos objetivos, procedimentos de intervenção, participantes no estudo e universo de análise. O quarto capítulo e último, compreenderá a análise e perceção dos resultados, a conclusão, contributos e considerações finais, terminando com as referências bibliográficas e apêndices.

CAPÍTULO 1

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À INTERVENÇÃO SOCIAL EM CONTEXTO INSTITUCIONAL: CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. CONCEPTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, CONCEITOS E ENQUADRAMENTO

A violência doméstica é uma problemática social que sempre existiu e que parece ser muito difícil de extinguir, seja por razões culturais enraizadas em alguns meios sociais e familiares, seja por razões intrínsecas à pessoa, seja por outras razões. O que sabemos é que é um problema complexo que todos queremos ver ultrapassado mas que o nosso país continua a ser conhecido por altas taxas de incidência.

A problemática da violência não pode ser encarada de uma forma simples, pois resulta de um complexo processo e construção social, na medida em que incorpora não só atos, situações, mas também os atributos sociais de quem a pratica (Lourenço e Lisboa citado in Dias, 2004). Esta ideia vai ao encontro do II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica de 2003 a 2006², onde refere:

a violência doméstica não é, infelizmente, um problema dos nossos dias, assim como não é um problema especialmente nacional. Muito pelo contrário, a sua prática atravessa os tempos e o fenómeno tem características muito semelhantes em países culturais e geograficamente distintos, mais ou menos desenvolvidos (pág. 3866).

A violência doméstica é considerada como uma violação dos direitos humanos e com o passar do tempo, muitas políticas e estratégias de intervenção foram surgindo de forma a prevenir, esclarecer e definir medidas para travar esta problemática. Na mesma linha orientadora, também os conceitos sobre violência doméstica foram-se alterando ao longo dos tempos, de forma a adequarem-se a esta complexidade. As mulheres encontram-se cada vez mais informadas e conscientes dos seus direitos, muitas vezes devido à difusão de informação desenvolvida por várias entidades e pelo trabalho da comunicação social (e.g., debates, fóruns, campanhas de prevenção).

Falando de políticas e estratégias, observa-se que o poder político nacional e internacional caminha no sentido de desenvolver políticas e estratégias para sensibilizar,

² Citado por Mulheres do Séc XXI, «aprender a sentir» - my sky is your sky.

esclarecer, ajudar e prevenir no sentido de erradicar esta problemática. Pode-se referir que, por exemplo, no ano de 1999, foi declarado pelas Nações Unidas o «ano de tolerância zero da violência contra a mulher», ao qual Portugal também aderiu, e declarado o dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher (25 de novembro), bem como a criação dos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, todos visando a eliminação da violência doméstica. Também a nível judicial se tem verificado um esforço para acompanhar estas políticas e estratégias, através da criação de novas formas de resposta que vão no sentido da criminalização da conduta do agressor e da não revitimização da mulher. Existem assim, diferentes formas de abordar o problema, mas assentam sempre em diferentes construções da realidade e do mundo, quer científicas, quer políticas e até de ideológicas. A par da transformação dos conceitos e das políticas também o conceito de família se foi transformando. As famílias estão diferentes, mais complexas e também com diferentes ideologias.

A família é designada, segundo Almeida, como sendo:

um núcleo de pertinência e de convivência de pessoas unidas por laços de parentesco ou por aliança. Ela agrega indivíduos pelo nascimento ou pelo casamento, exigindo fidelidade aos seus mitos, crenças e costumes. Assim como hoje a conhecemos, a família é um arranjo social recente e, como todo o grupo de convivência continuada no tempo, é capaz de produzir conflitos ao negociar as diferenças de ideias, desejos e propósitos (Almeida, 2001, p.137-138).

A família moderna é agora construída sobre escolhas individuais e sentimentos de amor e felicidade, representando um espaço de afetividade onde a realização pessoal ocupa um lugar importante. Nesta transformação de família moderna, a violência doméstica é considerada como impossível de coexistir com os sentimentos de amor que os indivíduos nutrem uns pelos outros. A família é um espaço de bem-estar, onde a violência não pode ter lugar, porquanto o casamento constitui uma opção individual com o parceiro por quem nutre sentimentos e não uma relação comercial. Digo comercial, pois na sociedade tradicional competia ao chefe de família a escolher o marido ou esposa. Era assim, a forma de garantir o prolongamento do nome da família, bem como do seu património. Era, principalmente uma transação comercial (Giddens, 2000). Era também, considerada como uma experiência que fazia parte do percurso de qualquer homem ou mulher (Dias, 2004). Assim, nas relações, sentimentos de amor não eram considerados importantes, pois não se tratava de contribuir para uma relação conjugal equilibrada, mas sim, de um interesse de sobrevivência familiar. Homem e

mulher eram considerados de forma desigual e até às crianças eram negados direitos (Giddens, 2000).

Na mesma linha, também, Flandrin (1992), fala de uma sociedade que, não considerava mulheres, crianças e deficientes com direitos, falamos de uma sociedade em que a mulher era propriedade do pai até que este a entregasse ao marido. Na altura, entregar os filhos aos cuidados de uma ama no campo, permitia às mulheres da cidade conceber em média um filho por ano. Já as mulheres do campo espaçavam as gravidezes, aceitando amamentar outras crianças como fonte de rendimento. Os filhos e mulheres, eram então, aqui vistos como um objetivo para atingir um fim (Flandrin, 1992). Ainda, hoje em dia, em contextos de violência doméstica e quando existem vítimas secundárias por exemplo, filhos, estes por vezes, são utilizados pelo agressor, de forma a conseguir os seus interesses, manipulando a vítima, concretizando, assim, os seus objetivos. Pude verificar esta situação na entrevista que fiz a uma das vítimas, no âmbito desta investigação e, também, pela experiência do meu trabalho, quer enquanto elemento policial no apoio às vítimas de violência doméstica, quer como elemento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pombal, nos casos de contexto de violência doméstica.

Em temas como a violência doméstica, em que há tendência para deixar prevalecer as normas culturais do dever de obediência ao homem porque ao masculino é reconhecido mais poder (Alarcão, 2002), os instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos criam garantias para as pessoas detentoras desses direitos e criam deveres aos Estados em relação à efetiva promoção desses direitos.

Ainda que reconhecido como um fenómeno universal estrutural assente em assimetrias decorrentes de relações sociais de poder historicamente desiguais entre os sexos (Conselho da Europa, 2011), a violência doméstica e mais especificamente a violência de género deve ser analisada à luz das suas especificidades culturais. Como refere (Neves, S. & Costa, D., 2017) e baseada no estudo de (Briere e Jordan, 2004), não só as representações e as práticas da violência de género são culturalmente específicas (FRA, 2014), como o são as respostas para lhe fazer face, quer por parte das vítimas em particular, quer por parte dos Estados, em geral.

No final do séc. XVIII dá-se a transformação deste modo de estar e pensar, transformação essa, que vem ocorrendo lentamente desde o final do séc. XVI. A valorização dos sentimentos veio alterar progressivamente as condutas sociais, transformando o casamento numa relação conjugal gratificante (Dias, 2002).

A família composta, de acordo com Alarcão (2002), enquanto sistema é um todo, mas composta por indivíduos que interagem entre si, fazendo depender uns dos outros comportamentos que sendo individuais, estão interligados pelo todo. Refere ainda que, apesar de um todo, a família é um sistema aberto, ou seja, recolhe do exterior, da comunidade em que se insere, influências e influencia essa mesma comunidade, devendo permitir aceitar alterações inerentes ao facto de ser um sistema familiar, como o nascimento, o envelhecimento, a separação, etc., isto é, o ciclo da vida familiar.

Supostamente, o nosso lar deveria ser um porto de abrigo, mas é justamente aqui que se desenrolam situações de violência com repercussões graves, muitas vezes em todos os elementos da família.

A família como temos vindo a analisar tem sofrido várias alterações ao longo dos anos e ainda hoje “[...] não é um produto final, nem único.” (Esteves, 1991, p.79). O autor, considera formas atípicas de família, como sejam as famílias monoparentais constituídas em torno do pai, as patercênticas e as constituídas em torno da mãe, as matercênticas. Verifica-se que na Comunidade Europeia, incluindo Portugal, a maior percentagem é de famílias monoparentais, matercênticas, com uma diferença de 6,5% para as famílias monoparentais patercênticas (Esteves, 1991).

Segundo Alarcão (2002) a organização estrutural da família está diretamente associada à questão do poder e do género, sendo que, a estrutura de poder é normalmente vertical e está definida em função do género e da idade. Com a emancipação da mulher e a sua colocação em patamares profissionais idênticos ao do homem, a família moderna confronta-se com a necessidade de resolver conflitos onde os interesses da família e os interesses individuais colidem. A igualdade de género não é só defendida em espaço profissional, mas também em espaço familiar. Com as transformações sociais que as famílias têm sofrido, a igualdade dos direitos também se traduz na envolvimento do pai em situações que dizem respeito aos filhos e que anteriormente apenas eram tidas como competências da mãe. São mudanças que obrigam o casal a uma reorganização pelo crescimento da família e que por vezes são o foco de tensão e conflitos, que muitas vezes progridem para situações de violência doméstica.

Muitas organizações reúnem, discutem, intervêm, estudam e elaboram estratégias e planos no sentido de radicalizar esta problemática, uma problemática com maior foco no género feminino. Tais organizações e instituições contribuíram para uma definição de violência contra as mulheres como sendo «qualquer ato baseado no género que resulte ou possa resultar em danos mentais ou sexuais, ou sofrimentos para a mulher,

incluindo ameaças, atos de coerção ou privação arbitrária de liberdade seja na vida pública, seja privada»³. Esta definição reforçou-se como concluiu (Graça, 2016, p.228) na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, com a adoção da Plataforma de Ação de Beijing que «reconheceu que a violência contra as mulheres impede a conquista dos objectivos de igualdade, desenvolvimento e paz e prejudica o gozo dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, sendo uma violação dos Direitos Humanos da mulher».

Os Direitos Humanos, as Conferências Mundiais sobre as Mulheres, os Planos Estratégicos para Eliminação da Violência Doméstica e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) de 1979, reforçam a necessidade de adoptar uma perspectiva de género no combate à violência sobre as mulheres, tal como se encontra plasmado no artigo 18º da Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993:

Os Direitos Humanos das Mulheres e das Crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, económica, social e cultural, aos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objectivos prioritários da comunidade internacional (CIG, 2016, p.11).

Assim, começou-se a olhar para a violência contra as mulheres na perspectiva dos Direitos Humanos, numa visão integral do ser humano e da mulher, em particular, exigindo assim, uma análise de género, mais ampla e ter que se considerar as experiências das mulheres na violação dos seus direitos fundamentais, configurando um problema público.

Connel (2015, p.40) na sua análise do género, menciona «o termo género significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão biológica entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia». Connel refere uma análise multidimensional, ou seja, «Não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo. Padrões de género podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos». (2015, p.49).

³ Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, adotada pela Assembleia-Geral da ONU a 20 de dezembro de 1993 (Resolução 48/104).

A questão de género também tem evoluído, mas, para rematar conceitos pode-se pegar nas conclusões de Scott (1995) que o uso do género coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. O género é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, ou seja, constitui a organização social da diferença sexual.

Segundo, (Costa, 2017) o termo violência baseada no género é então, sinónimo do termo violência contra as mulheres, que abrange toda a violência dirigida contra a mulher, por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente mulheres.⁴ É uma violência dirigida contra uma pessoa devido ao seu género, à sua identidade de género ou que afeta de forma desproporcionada pessoas de um género particular. No caso das mulheres representa uma violação dos Direitos Humanos e compreende todos os atos de violência de género que enquadrem danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos. Enquadra a violência nas relações de intimidade, a violência sexual, a ameaça, a coação, a privação da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada, bem como práticas perniciosas, como o tráfico de seres humanos, os casamentos forçados, a mutilação genital feminina ou os chamados crimes de honra⁵ (CIG, 2016).

A discussão à volta deste tema não é muito fácil pois envolve várias assimilações e compreensões sobre o tema, levando a definições mais amplas. Para Alldred e Biglia, (2015) este conceito é um tipo de violencia sexista que resulta numa multiplicidade de formas de assédio, perseguição, discriminação e abusos sobre as mulheres de todas as idades. Esta definição não abrange só as mulheres mas também abrange as formas de violencia homofóbica e transfóbica mas acima de tudo dão ênfase à desigualdade e ao género. Assim, também Connel (2015) refere que os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violencia porque, são socializados para isso, ao mesmo tempo que acreditam que as mulheres são sua propriedade, principalmente quando são economicamente dependentes deles e têm filhos. O autor conclui que, apesar dos padrões de socialização variarem entre culturas, é fácil perceber a existencia de uma ordem de género, mas compreende-la não.

⁴ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), 1979.

⁵ Definições previstas na Legislação Nacional, no Código Penal, na Lei nº 112/2009 de 16 de setembro, alterada e replicada pela Lei nº 129/2015 de 3 de setembro e na Convenção de Istambul, Artº 3 – Definições, alínea c).

Em relação ao conceito de violência doméstica existem várias teorias e definições e este conceito nasceu do desenvolvimento na década de 1970, da investigação sobre a violência contra as mulheres, mas que hoje em dia já incorpora outras formas como o abuso de crianças e idosos, ou seja, possui um referente intergeracional (Dias, 2010).

Assim, e a partir da interpretação dos Direitos Humanos, a violência Doméstica passou a ser vista como uma manifestação da violência de género e, nessa medida, constitui uma violação grave desses mesmos direitos, em particular dos das mulheres, tal como esta definido na Declaração e Plataforma de Ação de Benjim da Organização das Nações Unidas (1995).

Falando em conceitos e teorias, existem vários e começando pelos mais remotos, a teoria feminista, com início nos anos 70 defendia que a violência de género é função das estruturas sociais patriarcais e que constitui um meio de controlo social das mulheres e das crianças. Argumentam que a violência entre parceiros é desproporcionalmente usada pelos homens contra as mulheres e que estas quando são violentas são apenas em contextos de autodefesa (Johnson 1995). Estas teorias baseiam-se na desigual distribuição de poder entre géneros e na prevalência da autoridade do homem fazendo com que a agressividade continue a ser representada como uma forma de expressão da identidade masculina (Dias, 2010).

Segundo, Costa e Neves (2017), a violência de género decorre das desigualdades de género e reforça as desigualdades de género, perpetuando-as. A autora acha importante afirmar que a violência decorre das desigualdades do género pois facilitam e promovem violências de género porque as desigualdades assentam na discriminação de género.

A teoria feminista assenta assim, no princípio de que a violência entre parceiros íntimos resulta da opressão do homem sobre a mulher, teoria sustentada pelo sistema patriarcal em que o homem tem o estatuto de perpetrador e a mulher o de vítima, num paradigma unidirecional (MCPhail, Busch, Kulkarni e Rice, 2007).

Por um lado, temos teorias feministas que defendem uma assimetria do género e, por outro lado, temos teorias que defendem a neutralidade ou simetria de género, considerando que as taxas de perpetração de violência entre os sexos são similares (Duton, 2006; Duton e Nicholls, 2005). Aliás, estes últimos, argumentam que as mulheres podem ser, de igual modo, violentas como os homens, que a violência pode ser recíproca e que o uso da violência, como por exemplo na educação dos filhos, pode generalizar-se ao companheiro (Dias e Machado, 2008).

Estas teorias, entre outras, criticam as teorias feministas por não considerarem a possibilidade de a mulher poder ser igualmente violenta nas relações íntimas, mas são críticas, também, pela excessiva notoriedade dos conceitos de género. Acreditam que não existem diferenças fundamentais de género no uso da violência nas relações íntimas (Dutton, 2006). Também eu tenho um olhar crítico em relação às teorias feministas, até porque como investigadora em contexto de violência doméstica posso afirmar que a mulher também pode ser violenta e ter um papel agressor. Concordo com, Johnson, quando refere que as mulheres quando são violentas são apenas em contextos de autodefesa e, acrescento que as mulheres além de serem violentas em situação de autodefesa, podem ser também, quando chegam a uma situação que para elas é o limite ou quando a escalada da violência chegou ao ponto limite, ponto esse, considerado pela vítima. Baseio-me no que observei e analisei na minha experiência enquanto profissional desta área e no estudo de que também fiz parte, em 2010, estudo esse, não publicado, baseado no Projeto de Intervenção em Rede.(PIR, liderado pelo Dr. João Redondo, psiquiatra do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra).

Ao convocar, Johnson (2011), percebemos que, para o autor, existe mais do que um tipo de violência íntima. O «terrorismo íntimo» constitui o padrão de violência mais coercivo e de controlo reportado pelas mulheres que recorrem aos abrigos e a outras instituições públicas de apoio e proteção das vítimas emergindo, por isso, como o protótipo de violência doméstica para o movimento das mulheres. O autor refere que, por vezes, a única resposta ao «terrorismo íntimo» é a própria violência por parte das mulheres. Considera que a diferença física entre elas e os seus agressores, bem como o receio de uma resposta igualmente violenta conduzir a cenários mais graves, conduz muitas mulheres a optarem por outras estratégias de gestão da violência. O autor admite que algumas mulheres possam ver no homicídio dos agressores a única saída para o ciclo de violência em que se encontram envolvidas. Por sua vez, a «violência comum entre o casal» não envolve tal como no terrorismo íntimo uma tentativa de controlo de um parceiro pelo outro. Ocorre quando os conflitos se tornam em argumentos que sustentam uma agressão.

Para este autor, a violência é situacionalmente provocada, assim como as tensões que conduzem um ou ambos os parceiros íntimos a responder de forma violenta. A perspetiva da violência na família quando muito consegue dar conta, nos seus estudos, «da violência comum entre o casal», a qual resulta da conflitualidade e pode ser praticada por ambos, homem e mulher.

As teorias feministas mostram que o «terrorismo íntimo» é a forma mais grave de violência contra as mulheres e explicam-na fundamentalmente através da dominação masculina e das assimetrias de género ainda prevalentes nas sociedades contemporâneas (Dias, 2010). Assim, é imperativo e como refere Johnson (2011), que o sistema judicial, em particular, faça a distinção entre estes dois tipos de violência de forma a aplicarem sanções adequadas aos adultos envolvidos, a servirem os interesses das vítimas e a protegerem as crianças que são, geralmente, as vítimas secundárias e invisíveis da violência entre parceiros íntimos (Dias, 2013).

Por sua vez, Silva (2001) define violência doméstica como sendo o «padrão de comportamento exibido com o objetivo de obter e manter o controlo e domínio com quem mantenha relações familiares e similares». (Silva, 2001 p. 251).

Já para, Paulino e Rodrigues,

a violência doméstica é definida de uma forma global como um comportamento violento continuado, ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar. Aqui estão inseridos o cônjuge, companheiro/a, enteado/a, pai, mãe, avô, avó, ou que mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a, namorado/a, ex-namorado/a ou familiar. (Paulino e Rodrigues, 2016 p.33).

Todas as teorias são válidas e algumas até se complementam. Na minha linha de orientação, baseada na minha experiência profissional e também no que observei enquanto investigadora, acho que devia existir um técnico nos departamentos policiais que fosse o elo de ligação com os departamentos judiciais. Este técnico, nos casos de violência doméstica deveria fazer um relatório de análise, baseado na avaliação de risco de violência conjugal, escala SARA (Risk Assessment for Spousal Assessment in Europe) para cada processo de violência doméstica, diagnosticando precocemente, por um lado, a probabilidade de existir um homicídio e, por outro, prevenir e definir o padrão mais violento, mais coercivo, estou a falar do padrão reportado pelas mulheres que entrevistei para esta investigação, de forma a auxiliar o sistema judicial a fazer a distinção do perigo existente e o sistema judicial aplicar as sanções mais adequadas e, também a poder sugerir mais rapidamente a integração da vítima em casa abrigo, antes da fase do «ataque violento». Neste sentido, vou novamente de encontro à teoria de Johnson (2011), quando acha que o sistema judicial deve aplicar sanções adequadas aos adultos. Concordo também com Dias (2010), pois acho que as sanções aplicadas devem servir os interesses das vítimas e protegerem as crianças, que no meio deste contexto violento, são vítimas secundárias e sobre esta anuência posso discutir enquanto

investigadora e profissional da área, pois como já referi, no trabalho que desenvolvi na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, muitos processos que analisava eram de crianças que estavam a viver em contextos de violência doméstica e que por exemplo, sem existir aparentemente uma explicação, baixavam notas escolares e alteravam comportamentos.

1.2. OLHAR DA LEI PERANTE A VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ENQUADRAMENTO LEGAL

A violência doméstica é considerada um fenómeno amplamente reconhecido, como um grave problema em matéria de direitos humanos e de saúde pública (Organização Mundial de Saúde, 2005) e é um fenómeno transversal a toda a sociedade, independentemente da idade, sexo, etnia, orientação sexual, classe social ou localização geográfica (Richards, L., Letchford S. & Stratton S., 2008).

No ano de 2000 o crime de V.D. passa a ser considerado crime público⁶ e o Código de Processo Penal Português também não tem uma lente muito diferente, abrangendo um problema público, embora muito mais específico, no seu artigo 152, pois refere que:

Artigo 152.º

Violência Doméstica

1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente:

- a) Praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima; ou
- b) Difundir através da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à

⁶ Crime que não depende de queixa por parte da vítima para existir investigação.

intimidade da vida privada de uma das vítimas sem o seu consentimento; é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos. (AR, Resolução do Conselho de Ministros nº 102/2013, p. 7017).

Atualmente, encontra-se em vigor o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017), estruturado de acordo com as políticas nacionais e em articulação com certas orientações internacionais (AR, Resolução do Conselho de Ministros nº 102/2013, p. 7017).

Segundo a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a violência doméstica pode ser definida globalmente como sendo:

um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar. Este padrão de comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação económica à vítima, visa, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente. (CIG, 2016, p.23)

Por toda esta análise transversal e a sua pertinência, o crime de VD tem carácter prioritário ao nível da prevenção e da repressão, face ao exposto nos artigos 3º e 4º da Lei de Prioridades de Política Criminal.⁷

⁷ Lei nº 51/2007, de 31 de agosto.

1.3. CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2006) refere que a violência doméstica funciona como um sistema solar, o ciclo da Violência Doméstica, normalmente, define-se em três fases. De uma forma sintética, pode considerar-se que o ciclo da violência conjugal tende a evoluir seguindo dois grandes processos: o “ciclo da violência” propriamente dito, que, engloba três fases centrais: fase do aumento da tensão, fase do ataque violento e fase de reconciliação ou “lua-de-mel”. Um processo segundo o qual os atos de violência tendem a aumentar de frequência, intensidade e perigosidade ao longo do tempo. Numa primeira fase da evolução da relação abusiva, a vítima ainda acredita que vai ser capaz de evitar a violência, apaziguar o agressor; acredita que se trata de atos isolados, que não se vão repetir e encontra justificações para esses atos (em muitos casos, aceita até parte ou a totalidade da responsabilidade/culpa pela situação). Porém, com o passar do tempo e com a progressão da violência, ela acaba por constatar que não tem qualquer controlo sobre a situação (nem culpa) e as racionalizações que até aí iam permitindo “desculpar” ou entender o ato, deixam de funcionar. Mas, até que essa constatação seja feita, o “ciclo da violência” é vivido pela vítima com um misto de medo, esperança e amor.

A primeira das três fases do ciclo da violência é a fase mais prolongada, a última a mais curta e, em situações de violência continuada, tende mesmo a desaparecer. Na maioria dos casos, oferecer resistência ou responder agressivamente tende a produzir uma escalada na violência em vez de a suspender.

Ao longo do tempo, os atos de violência tendem a aumentar de frequência, intensidade e perigosidade. Assim, não só o risco para a vítima aumenta e as consequências negativas são mais intensas, como, à medida que o tempo passa, ela perde cada vez mais a sensação de controlo e poder sobre si própria e sobre a sua vida. Perde o sentimento de autoconfiança e de competência pessoal e desenvolve sentimentos de impotência. A vítima acaba, assim, por se tornar “refém” deste ciclo de violência, sendo-lhe cada vez mais difícil romper com a situação abusiva. Aliás, as vítimas quando decidem terminar com a relação, normalmente, é na fase do aumento da tensão pois, durante a mesma sentem, naquele instante, que podem ser mortas. Este medo é o impulso para quererem por fim à violência e procurarem ajuda.

De acordo com a APAV (2006), ao longo do ciclo de violência, a vítima pode experimentar diversos estádios, mais concretamente: Negação: a vítima sente choque,

confusão e descrença; Cólera ou Raiva: a vítima responde com violência; Negociação: a vítima prevê futuros atos violentos; Depressão: a vítima tem comportamentos autodestrutivos ou ideias suicidas; Transição: a vítima tem percepção do risco que corre, terminando na Aceitação: a vítima assume fielmente controlo da sua vida, decidindo relativamente ao seu futuro (Prazeres, 2014).

Falando na vítima e analisando o seu perfil quando decide sair da relação, já no estágio da Aceitação e aquando da chegada à casa abrigo, todas elas pedem auxílio a algum órgão que as encaminhou, quer seja, segurança social, comissão para a igualdade e direitos das mulheres, serviços de ação social das câmaras municipais, polícias, tribunais, entre outros. Na maior parte dos casos, as mulheres que se encontram neste tipo de violência, possuem faixas etárias díspares. Identificam o agressor como o companheiro ou marido, sendo vítimas de vários tipos de violência, predominando a violência física. Normalmente mantiveram-se muito tempo em silêncio, sujeitando-se ao ciclo contínuo da violência, sendo que o refúgio numa casa abrigo era considerado o último recurso. De alguma forma, todas elas são diferentes na sua forma de agir, pensar e conviver, no entanto, pode-se observar que o comum entre elas é a insegurança do futuro, a fragilidade do seu Eu, o vazio e a sensação de terem deixado tudo para trás e estarem a construir algo do zero, pois muitas deixaram as suas casas e filhos. Na maior parte delas em relação à situação profissional, predomina o desemprego, possuem baixas qualificações escolares, oriundas de famílias carenciadas e com poucas redes de apoio afetivo, social e económico (APAV- Manual Alcipe, 2010). Esta constatação de encontro a vários estudos que confirmam que são as mulheres com situações económicas e profissionais precárias e de maior dependência que recorrem a este apoio (Peixoto, 2002). Para estas mulheres, esta é a única opção que possuem para sair da relação e poderem reorganizar as suas vidas. Esta necessidade advém, muitas vezes, do facto do agressor privar estas mulheres do mundo profissional e da rede social, bem como do apoio familiar. Para muitas, o trabalho, os amigos e a família são algo que ficou para trás, sendo que esta situação pode ser agravada pelo facto de muitos familiares serem contra o «abandono do marido», por acharem que elas têm que «aguentar».

Assim, podemos perceber que as casas abrigo constituem um importante recurso para todas as situações de violência, sendo, no entanto, uma ajuda imprescindível para as vítimas que sofrem de maior carência económica e social.

Um estudo da European Union Agency for Fundamental Rights (2014), baseado numa amostra de 42000 mulheres originárias dos 28 Estados Membro da União Europeia, concluiu que uma em cada três mulheres (33%) já foi vítima de violência física e/ou sexual após ter atingido os 15 anos de idade. (22%) das mulheres que já tiveram um parceiro íntimo foram vítimas de violência física e/ou sexual. Uma em cada dez mulheres, a partir dos 15 anos, já experienciou alguma forma de violência sexual e uma em cada 20 diz já ter sido violada. Por seu lado, (43%) referem ter sido expostas a alguma forma de violência psicológica perpetrada por um parceiro atual ou anterior. De entre as mulheres que tinham uma relação no momento do inquérito, 7% indicam ter sofrido quatro ou mais formas diferentes de violência psicológica. Ainda que na maioria dos casos a violência ocorra durante a relação, uma em cada seis vítimas foi alvo de violência pelo ex-parceiro após a relação terminar. Em relação às vítimas portuguesas, 24% referem ter sofrido violência física e/ou sexual após terem atingido os 15 anos de idade. (18%) das inquiridas foram vítimas de violência física, (3%) de violência sexual e (36%) de violência psicológica pelos parceiros.

Relativamente a esta última percentagem do estudo, relembro que, como referi no primeiro capítulo da introdução e pegando na reflexividade de Johnson (2011, p. 290), os números remetem-nos para o «terrorismo íntimo» que constitui o padrão de violência mais coercivo e de controlo reportado pelas mulheres que recorrem a abrigos e a outras instituições públicas de apoio.

Ainda falando em estudos e já que esta investigação se centra na Casa de Abrigo de Pombal, acho pertinente mencionar o estudo (não publicado) que fiz no âmbito da Pós Graduação em Psicologia Criminal e Formação em Cidadania do Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria (2010) que teve como objetivo a análise e incidência da problemática do crime da violência doméstica existente na cidade de Pombal entre os anos 2005 e 2010. Neste estudo, foram analisadas 89 denúncias de casos de violência doméstica da zona da cidade de Pombal. Analisaram-se as denúncias apresentadas na Polícia de Segurança Pública de Pombal. Em 2005 foram apresentadas 11 denúncias, em 2006 foram apresentadas 10 denúncias, em 2007, novamente 11, em 2008, foram apresentadas 19, em 2009 foram apresentadas 16 e em 2010 foram apresentadas 22 denúncias. Todas estas denúncias criminais, foram apresentadas por iniciativa da vítima. Chegou-se à conclusão de que as vítimas apresentavam idades compreendidas entre os 20 e 50 anos de idade. Relativamente ao sexo, verificou-se que a maioria são do sexo feminino e apenas 3 vítimas são do sexo masculino e referem-se ao ano de 2009.

Quanto à relação vítima - agressor, a maioria são casados; 24,7% são solteiros e 7,5 % são divorciados. Relativamente à profissão, verificou-se que 36,6% são domésticas, estudantes, reformadas ou desempregadas, 35,5% trabalham na área dos serviços, 9,7% são adjuntos de cozinha, motorista ou polícias, 6,5% são, chefes de secção, 2,2% encarregados ou técnicos-adjuntos, 8,6% não responderam e 1,1% são diretores de bancos e técnicos superiores. Em relação ao grau de escolaridade, 46,2 % possui o 2º e 3º ciclo, 36,6 o 1º ciclo, 11,8%, o ensino superior, 2,2 % não respondeu e 3,2 não sabe ler e escrever. Quanto à sua nacionalidade 84,9 possuem nacionalidade portuguesa, 3,2% tinham outra nacionalidade e 11,8% não responderam.

Sobre se já foram agredidos, 32,3% responderam que sim, 65,6% que não, 29% responderam algumas vezes, 3,2% muitas vezes e 2,2% não responderam. Em relação ao tipo de agressões, 46,8% trata-se de agressão física, 19,6% psicológica e 34% sexual. Em relação à frequência com que terão sido agredidos os que afirmaram ter sido agredidos, 90% responderam muitas vezes e 10% responderam algumas vezes. O grau de parentesco do agressor é em 37,9% dos casos, o conjugue, 10,3 o ex- conjugue, 3,4% o atual companheiro, 10,3% o ex-namorado, 6,9 % o pai ou mãe e 6,9% não responderam.

Questionados sobre a resposta à agressão, 39,4% procurou ajuda num amigo, 15,2% fez queixa nas autoridades policiais, 12,1% procurou ajuda especializada, 27,3 não fez nada e 6,1 não responderam.

Relativamente à pergunta se já tinham agredido algum familiar, 83,9% respondeu que não, 11,8% não responderam e 4,3% afirmaram que já tinham agredido um familiar. No que concerne à frequência com que terão agredido os que afirmaram ter agredido um familiar, 83,9 respondeu que nunca, 4,3% respondeu algumas vezes e 11,8 não responderam.

Este estudo reflete o que outros estudos também analisam, no entanto, é um estudo específico para a área da cidade de Pombal e dá-nos uma análise no geral, parecida com os outros estudos, quanto ao tipo de agressões por exemplo, quanto ao agressor ser na sua maioria o conjugue e a maioria das vítimas serem do sexo feminino.

A probabilidade de os homens serem vítimas de violência no contexto das relações de intimidade é cerca de três vezes menor do que a probabilidade das mulheres o serem. A violência contra os homens é habitualmente uma vitimação igual à que se verifica na população em geral. Quando está associada a papéis de género, tende a ocorrer no sentido de o masculino ser reforçado (Lisboa, Barroso, Patrícia e Leandro, 2009).

Em Portugal, no ano de 2015, foram registados junto das autoridades policiais 26595 denúncias de violência doméstica (MAI, 2016). Em (84.6%) dos casos as vítimas eram do sexo feminino e em (88.9%) os denunciados eram do sexo masculino. (15%) das vítimas tinham menos de 25 anos e em (57%) das situações os agressores eram conjugues ou companheiros das vítimas. A nível nacional, este foi o crime com mais denúncias, tendo mesmo ultrapassado o furto no interior de veículo e representado (7.5%) de toda a criminalidade registada pelas autoridades policiais e (33%) dos crimes contra as pessoas foram crimes de violência doméstica (MAI,2016).

Em 2015 o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), refere que (87%) das mulheres foram mortas por parceiros ou ex-parceiros. (35%) já se encontravam, aquando do femicídio,⁸ separadas dos agressores. Em (31%) dos casos, foram as vítimas com idades superiores a 65 anos as mais atingidas (UMAR, 2016).

Em 2018 este mesmo Observatório concluiu que entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 quanto ao femicídio consumado, foram assassinadas vinte e oito mulheres (28) em Portugal. O contexto desta vitimação foi a intimidade presente ou passada, ou relações familiares próximas. É na intimidade que a maioria das mulheres continua a ser assassinada. Esta conclusão vai ao encontro do termo «terrorismo íntimo» anteriormente analisado.

Como refere Costa, (Neves, S. & Costa, D., 2017), baseada nos estudos de (Caridade, 2011; Machado, Caridade e Martins, 2010; Machado, Macieira e Carreiras, 2010; Machado, Matos e Moreira, 2003) e considerando que a violência na intimidade juvenil é um preditor da violência na intimidade adulta, as suas evidências são igualmente reveladoras de uma realidade preocupante. Apontando para o facto de uma em cada quatro relações de namoro na adolescência ser pautada por episódios de violência (Caridade, 2011).

⁸ Termo utilizado pela primeira vez por Diana Russel para designar «a morte das mulheres pelo simples facto de serem mulheres». Falamos, pois, de violência de género contra as mulheres e na sua expressão mais dramatizada e fatal. Artigo 3º da Convenção de Istambul.

CAPÍTULO 2

DAS RESPOSTAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS: PRÁTICAS MEDIADORAS

2.1. REDE DE CASAS DE ABRIGO EM PORTUGAL

Sendo a preocupação com a violência doméstica crescente e o enquadramento desta cada vez mais entendido como uma questão de desigualdades de poder, muitas vezes baseado no género, enraizado pelo aspeto social e cultural, é necessário agir, promovendo uma intervenção eficiente que proteja as vítimas e previna a repetição destes padrões violentos. Neste contexto, facilmente percebemos a utilidade e necessidade das casas de abrigo para este tipo de situações e da consequente expansão desta rede.

De acordo com vários estudos, são as mulheres com situações económicas e profissionais precárias e de maior dependência que recorrem a este apoio (Peixoto, 2002). Para estas mulheres, esta é a única opção que possuem para sair da relação e terem a possibilidade de reorganizar as suas vidas. Esta necessidade advém, em muitos casos, pelo facto do agressor, privar estas mulheres do mundo profissional e da rede social e familiar.

São diversas as instituições/redes de apoio que trabalham e apoiam diretamente as vítimas deste tipo de violência em Portugal. Neste contexto, é importante o papel desempenhado pelas várias instituições de apoio à vítima, como é o caso das Casas de Abrigo, que oferecem uma resposta às necessidades da vítima, considerando a sua segurança e proteção.

Todas as respostas sociais assumem um papel fundamental na sociedade atual (Correia & Sani, 2015).

Assim, podemos perceber que as casas de abrigo constituem um recurso importante para todas as situações de violência, sendo uma ajuda imprescindível para as vítimas com maior carência económica e social.

A evolução histórica das casas de abrigo para mulheres é, em Portugal, marcada por dois tipos diferentes de serviços. Primeiro os que emergiram antes da Revolução de 1974, que eram o único acolhimento para as mulheres nesta situação, providenciando

apoio e abrigo a mães solteiras, prostitutas e mulheres em risco. Porém, nos anos 90, com o aumento da preocupação em torno da violência contra as mulheres, muitas destas instituições começaram a trabalhar esta temática em específico. Houve um visível aumento da qualidade e profissionalismo dos serviços, bem como dos técnicos, promovendo-se alterações e qualificando as metodologias de intervenção. No entanto, algumas instituições ainda mantêm a lógica assistencialista, tirando a mulher do perigo, enquanto outras instituições que além desta função tem como objetivos principais a procura da autonomia e o empowerment da mulher.

Este segundo grande apoio na evolução histórica surgiu numa altura em que o tema da violência familiar já tinha emergido na sociedade portuguesa como «um problema que não pode ser ignorado» (Baptista, Silva, Silva & Neves, 2003, p. 56). As primeiras casas de abrigo específicas surgiram no âmbito de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não Governamentais (ONG's), na segunda metade dos anos 90. No início de 2000, juntaram-se apoios das autarquias e de organismos do poder local, que continuaram a contribuir para o aumento deste tipo de resposta, casas de abrigo, existindo 39 casas a nível nacional, espalhadas por distritos.

Segundo o Decreto Regulamentar 2/2018 de 24 de janeiro, consideram-se «casas de abrigo», as unidades residenciais destinadas a acolhimento temporário a vítimas de violência doméstica do mesmo sexo, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência.

As casas de abrigo estão distribuídas pelo país e os destinatários da Rede Nacional de Casas de Abrigo são mulheres vítimas de violência acompanhadas ou não de filhos. Em muitos casos as mulheres são colocadas em casas de abrigo fora da sua área de residência por motivos de segurança pois, assim, é mais difícil o agressor descobrir a localização da mulher.

Segundo a APAV, desde 1991 que tem vindo a ser publicada legislação com o objetivo de garantir a proteção às vítimas de violência doméstica, nomeadamente, através da criação de casas de abrigo. As casas de abrigo são locais seguros para acolher mulheres vítimas de violência doméstica com ou sem filhos e podem permanecer nas casas o tempo que for necessário, dentro do limite máximo estabelecido na legislação e os objetivos destas respostas sociais, segundo o mesmo decreto, são:

- a) Acolher provisoriamente mulheres vítimas de violência, nomeadamente de maus tratos físicos ou psicológicos e de crimes sexuais, bem como os seus filhos ou outras crianças que lhes estejam legalmente entregues,

mediante decisão judicial ou da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens competente, quando necessária;

b) Garantir, em situação de crise, proteção imediata às vítimas consideradas sem abrigo;

c) Zelar pela segurança das vítimas, promovendo as diligências necessárias para evitar novas vitimações;

d) Promover, durante a permanência das utentes na Casa de Abrigo, aptidões pessoais, profissionais e sociais, suscetíveis de evitarem eventuais situações de exclusão social e tendo em vista o seu novo projeto de vida.

A Rede Nacional de Casas de Abrigo APAV realiza duas modalidades de acolhimento provisório de mulheres vítimas de violência, nomeadamente de maus tratos físicos ou psicológicos e crimes sexuais, com ou sem filhos: acolhimento em situação de urgência, por um período de 72 horas, num processo de encaminhamento para outras Casas de Abrigo que garantam um alojamento mais prolongado e uma intervenção continuada e adaptada à situação que não se enquadre dentro dos requisitos para o acolhimento e, acolhimento provisório e/ou prolongado na intervenção na crise, por um período não superior a 6 meses, em que será realizado um trabalho de parceria interinstitucional no sentido da resolução dos problemas individuais evidenciados pelas mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. No entanto, mediante parecer fundamentado da equipa técnica e relatório de avaliação da utente, o período de permanência definido poderá ser prorrogado.

Trata-se de estruturas em que o principal objetivo é proteger e dar segurança aos utentes, pois o impacto da violência sofrida não lhes permite de forma autónoma realizarem os seus projetos de vida (Correia & Sani, 2015).

Continuando a falar na Rede Nacional de Casas de Abrigo, vou agora centrar-me no local onde se inseriu a minha investigação, a Casa Abrigo Teresa Morais, casa que faz parte da Rede Nacional de Casas de Abrigo e que possui os mesmos objetivos.

2.2. A CASA ABRIGO TERESA MORAIS

A Casa Abrigo Teresa Morais é uma Valência da Associação de Pais e Educadores Para a Infância (APEPI), sediada na cidade de Pombal. A APEPI é uma IPSS sem fins lucrativos que tem como missão promover respostas sociais qualificadas de forma a satisfazer as necessidades da população, contribuindo para o bem-estar e a inserção social. A APEPI rege-se por vários valores como, o civismo, a cooperação, a ética profissional, a igualdade de oportunidades, a responsabilidade e a solidariedade, procurando sempre, ser reconhecida como uma instituição de excelência.

A Casa Abrigo Teresa de Morais é uma unidade residencial que tem capacidade para dezasseis mulheres, com ou sem filhos menores, possuindo mais duas vagas de emergência. Esta resposta social destina-se ao acolhimento de mulheres vítimas de violência de modo a mantê-las em segurança, proporcionando-lhes vários níveis de apoio como, por exemplo, alojamento, proteção e segurança, psicológico, social, informativo, jurídico, profissional, cuidados de saúde, educacional e escolar com o objetivo à sua (re)inserção social. As vítimas acolhidas na Casa de Abrigo Teresa Morais devem respeitar a organização e as regras de funcionamento da casa, regras essas que se encontram inscritas no Regulamento Interno.

É relevante salientar que a Casa de Abrigo de Pombal foi denominada e batizada com o nome Teresa Morais porque, curiosamente, Teresa Morais, entre 2011 e 2015, foi Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e, no decorrer das suas funções profissionais, visitou diversas respostas sociais, incluindo a Casa Abrigo da APEPI de Pombal que antes das novas instalações funcionava num apartamento com poucas condições. Teresa Morais ficou sensibilizada com o trabalho desenvolvido pela equipa técnica com as vítimas de violência doméstica e foi a impulsionadora da nova Casa de Abrigo, comprometendo-se com apoios financeiros para a autonomia de vida, apoios de acolhimento de emergência protocolados com a Cruz Vermelha e apoios para benfeitorias e melhorias na casa de abrigo.

Os objetivos da Casa Abrigo Teresa Morais são acolher temporariamente vítimas de violência doméstica, sendo o limite máximo previsto no regulamento de seis meses, podendo a utente permanecer mais tempo depois de analisada a sua situação pela equipa técnica, acompanhadas ou não de filhos menores, tendo em vista a proteção da sua integridade física e psicológica; proporcionar às utilizadoras e às crianças as condições necessárias à educação, saúde e bem-estar, num ambiente de tranquilidade e segurança;

promover a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais das utilizadoras e, proporcionar, através dos mecanismos adequados, a reorganização das suas vidas, visando a respetiva reinserção familiar, social e profissional.

São parceiros da Casa Abrigo, a Câmara Municipal de Pombal, o Centro de Área Educativa de Leiria (CAE)- Ensino Recorrente de Pombal, Centro de Saúde de Pombal, Hospital Distrital de Pombal, Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA), Centro de Emprego, Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Delegação da Ordem dos Advogados, Instituto de Reinserção Social (IRS), Tribunal e Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Leiria.

O quadro de pessoal da casa abrigo integra uma técnica superior de serviço social, um psicólogo e três ajudantes de lar. Em relação às vítimas, no momento, residiam na casa de abrigo nove mulheres acompanhadas de cinco crianças. Assim, para cada utente é elaborado um plano individual de intervenção, que envolve a utilizadora, os filhos e a família alargada, tendo por base a avaliação da situação problema que originou o acolhimento (antecedentes pessoais e familiares), bem como a situação atual (condições pessoais, familiares e materiais) com vista à caracterização do projeto de vida, fomentando o seu sentido de responsabilidade, bem como a reinserção social. Promove-se e desenvolvem-se atividades que visem o enquadramento das pessoas em acolhimento no meio cultural e sócio recreativo e colabora-se com instituições das comunidades implicadas na problemática da família de risco.

No que respeita às normas de funcionamento da casa de abrigo, a limpeza dos espaços comuns, sala, cozinha, casas de banho, garagem, hall, pátio, entre outros é assegurada pelas mulheres, em escala rotativa, supervisionada pela ajudante de lar. As mulheres deverão zelar pela manutenção e conservação do equipamento da casa de abrigo. A limpeza do espaço individual e tratamento das respetivas roupas é da responsabilidade de cada mulher. Caso a mulher esteja acompanhada dos filhos, caber-lhe-á a responsabilidade inerente à sua condição de mãe, ou seja, responsabilizar-se pelos cuidados básicos de saúde, alimentação, higiene, tratamento das roupas, acompanhamento escolar sempre supervisionada pela equipa técnica.

No que se refere às refeições, estas são asseguradas pelas residentes em escala rotativa, sob a orientação da ajudante de lar. As residentes deverão respeitar o horário das refeições definido nas normas de funcionamento da casa: Pequeno almoço 08H30, domingo 09H00; Almoço 12H30, domingo 13H00; Lanche 16H00 e Jantar às 20H00.

Não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas e só é permitido fumar em local próprio, previamente definido.

A hora limite de entrada na casa é até às 23H00 podendo, exceccionalmente, este horário ser prolongado e, se assim for, o silêncio deve ser respeitado. As crianças deverão deitar-se sempre, até às 21H30.

A residente assim que iniciar a sua vida profissional é responsável por todos os seus gastos pessoais e do seu filho, nomeadamente, produtos de higiene, fraldas, roupas, transportes, entre outras despesas pessoais. Em relação aos seus bens pessoais são da sua responsabilidade exceto quando, a seu pedido, permanecerem à guarda da equipa técnica.

As visitas familiares e de amigos das residentes deverão ser sempre previamente expostas à equipa técnica. Todas as saídas são previamente comunicadas à equipa Técnica da casa de abrigo.

No que respeita aos direitos da residente e filhos em acolhimento, têm direito a alojamento e alimentação em condições de dignidade, usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condição da sua vida pessoal adequados à sua idade.

Em suma, as residentes fazem uma vida normal na casa. São livres, podendo acompanhar os filhos à escola, a consultas médicas, passear etc., sabendo que tem de respeitar as regras constantes no regulamento sobre o funcionamento da casa, incluindo não poderem informar sobre a localização da casa de abrigo e promover o sigilo em relação à sua identificação.

2.3. PERCURSOS DE VIDA E RECONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA DO PONTO DE VISTA DA MEDIAÇÃO/MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

Cada vez mais acredito que com a ajuda da Mediação Intercultural, o Nós aludido no título faz muito sentido na ligação e transformação de todos os envolvidos neste processo. Todos ficamos transformados, diferentes. Segundo Jares (2002), o processo de mediação implica que se passe de uma relação binária para uma ternária. Todos somos incompletos e aprendemos um com os outros. O Eu inacabado. A mediação implica sempre a construção de terceiros (Vieira, 2009 e 2014) e estes terceiros também se transformam e esta transformação, no caso das vítimas, centra-se na sua autonomia e consequentemente na capacidade de construção do seu projeto de vida.

A utilização da mediação intercultural como paradigma, filosofia e investimento na prevenção de conflitos e na transformação pessoal e social dos envolvidos na problemática da violência doméstica é muito importante pois não se limita a uma visão resolutive ou paliativa ou a uma espécie de patologia social, pois as vítimas podem ter outra visão diferente do conflito.

A título de exemplo do que disse atrás e, nesta linha, Vieira & Vieira (2016, p. 27) defendem a mediação intercultural como uma ferramenta de construção de laços, «uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, de diferentes pontos de vista e de desigualdades culturais».

Deste modo, a utilização da mediação é muitas vezes uma forma eficaz de prevenção de futuros conflitos e litígios. Neste sentido, «a mediação apareceu como uma planta milagrosa, uma espécie de panaceia universal e, desde então, foi considerada um produto com futuro, todo o mundo se precipitou sobre ela, querendo aproximar-se dela e cultivá-la à sua maneira» (Six, 1990, p. 21 cit Boqué Torremol, 2008, p.12).

No contexto da violência doméstica, a mediação não se pode apenas cingir à gestão de conflitos entre as vítimas, mas sim, centrar-se no paradigma da mediação intercultural (Vieira, R e Vieira, A., 2016). Ou seja, os conflitos não devem ser encarados como fenómenos negativos, mas sim fenómenos existentes e inerentes à condição humana e, conflitos esses que, devem ser resolvidos porque se ficarem mal resolvidos, podem progredir para manifestações de violência, inclusive a agressão, como se reflete nos casos de violência doméstica. Na minha opinião e neste contexto em específico, acho necessário o uso da mediação intercultural. Corroboro com os autores acima convocados em relação ao uso da mediação intercultural e daí entendermos fundamental o uso da mediação intercultural como estratégia fundamental para a intervenção social no âmbito da violência doméstica. Aliás, desde o primeiro momento em que houve uma discordância entre duas pessoas, surgiram mediadores aconselhando o uso da razão em detrimento do uso das armas. Neste encontro, (Six, 1990, p.11), refere-nos que, «a mediação sempre existiu. Sempre houve, nas tribos ou povoações, sábios a quem se recorria com toda a naturalidade, que traziam sossego às pessoas diferentes, seres que eram alicerces da fraternidade». No fundo, sempre existiram seres com capacidade de justiça e de diálogo, com base no senso comum das relações, exercendo uma ação reestruturante em conflitos alheios, como uma estratégia de construção de pontes entre diferentes valores e interesses.

Se analisarmos a abordagem sobre o processo de mediação nas relações de intimidade de Féres-Carneiro (1998), percebemos que as relações conjugais consagram-se no encontro de duas identidades, cada uma destas identidades, com aspetos individuais e sociais que, ao viverem em conjunto, se (re)definem como díade e ser único, confirmando assim, a alteridade, onde cada identidade, na consciência da diferença do outro, se (re) formula, interage e interdepende do outro.

Também, Sandra Ribeiro (2016), na sua dissertação do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, defende o pensamento do autor acima mencionado, pois

as representações sociais em relação à alteridade, entendidas como identidades, conceitos, afetos, representações e sentimentos, são formas de mediação construídas historicamente que participam na vida social e na comunicação entre os seres, que permitem comparações e reformulações sobre a diferença, bem como a negociação com a diferença. (Ribeiro, S. 2016, p. 21).

Não podemos então esquecer que equiparadas às relações sociais, também nas relações conjugais, parte destas negociações podem progredir para a violência, fundada em concepções do que é ser homem ou do que é ser mulher. (Ribeiro, S. 2016). Assim, existe necessidade de uma intervenção mediadora e transformadora das relações e concepções, capacitadora do desenvolvimento de estratégias sociopedagógicas que ajudem a (re)organização da identidade pessoal, social e cultural para a relação com o outro, ou seja na interculturalidade da vida quotidiana. (Vieira, A. 2013; Vieira, R. 2011; Vieira, A. E Vieira, R. 2016).

Conforme menciona, Giménez (1997; 2001),

Entendemos a Mediação Intercultural ou Mediação Social em contextos pluriétnicos ou multiculturais, como uma modalidade de intervenção de uma terceira parte, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e para a aproximação das partes, a comunicação e a compreensão mútuas, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação de conflitos e a adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados. (Giménez, 1997; 200, p. 142).

Também Bush e Folger, citados por Torremorel (2008), defendem o empoderamento dos sujeitos, ou seja, acham que o processo,

[...] tem um potencial específico de transformação das pessoas- que promove o crescimento moral – ao ajudá-las a liderarem com as circunstâncias difíceis e a ultrapassarem as diferenças humanas por meio do próprio conflito. Esta possibilidade de transformação tem origem na capacidade da mediação para gerar dois efeitos importantes: a revalorização

e o reconhecimento. (Bush & Folger, 1996, p. 21 citado em Torremorell, 2008, p. 17).

A mediação sociocultural procura prevenir comportamentos não aceitáveis, perante as diferenças culturais. A intervenção social e a mediação intercultural são utilizadas para a prevenção e melhoramento das condições de vida de todos os seus intervenientes promovendo a cidadania, o seu empoderamento e a sua influência sobre a mudança de rumos e escolhas no futuro.

Falando em prevenção, torna-se importante não descurar no processo de mediação preventiva quanto à capacidade de o mediador intervir na reconstrução de vínculos ou relações (Torremorell, 2008), exercendo a sua função de ponte de ligação e de catalisador.

Em relação às vítimas de violência doméstica não se pode pensar numa única resposta para resolver os seus problemas até porque são de uma complexidade extrema, envolvem um conjunto de pessoas⁹ e nenhum caso é igual. É importante conceber e disponibilizar estruturas de mediação que incidam nas capacidades de cada pessoa e de cada comunidade para superar diferenças, aproximar extremos, transformar-se e, segundo (Torremorell, 2008), definitivamente procurar alternativas à cultura de confrontação em que nos encontramos imersos, perspetivando, com mais força, se possível, uma releitura das relações interpessoais a partir de uma linguagem de diálogo, paz e consenso.

Com esta especificidade dos sujeitos em estudo é fundamental trabalhar não para o outro, mas antes com o outro (Vieira, R. & Vieira, A., 2016), numa intervenção mediadora e humanizada, onde o outro efetivamente importa, de modo a compreendê-lo, criando sempre uma relação de empatia e confiança.

É claro que esta especificidade dos sujeitos remete para as diferenças e o respeito pelo outro como igual a mim como ser humano, mas diferente de mim como pessoa. Aliás, como refere, Vieira, A. (2016), “ser diferente é ser humano”, pelo que as tensões sociais e problemas emergentes serão sempre uma realidade, o ponto de equilíbrio reside na sua gestão, pois o conflito é inevitável à condição humana.

Pegando na reflexão de Vieira, A., também Vieira, R., (2009) já referia que devem-se construir sujeitos capazes de se transformar constantemente em «eus» mais compósitos, mais mesclados, mais plurais, verificando o princípio de que $1 + 1 = 3$. Reflexões estas

⁹ A própria vítima, filhos, agressor, família alargada e até amigos.

que vão ao encontro do título do meu relatório de investigação, pois o «Eu» da vítima transforma-se num «Nós» onde o «Eu» já se encontra transformado num «Nós» mais forte, mais mesclado, transformado num outro diferente como ser humano, num «Nós» já com Projeto de Vida, daí a necessidade de uma intervenção mediadora e transformadora das relações e conceções, no fundo, capacitadora do desenvolvimento de estratégias sociopedagógicas que ajudem a uma transformação que passa pelo reforço da autonomia e da (re)organização da identidade pessoal, social e cultural para a relação com o outro, portanto, na interculturalidade da vida quotidiana.

Partindo desta interculturalidade é importante desconstruir este conceito, através das palavras de Peres que afirma que,

A educação intercultural passa pela descoberta de nós próprios (identidade) e pelo reconhecimento do outro (alteridade), numa relação de interdependência e sentido de proximidade entre todos os seres humanos. Não basta ensinar conhecimentos sobre a diversidade humana – migrações, etnicidade, relações entre culturas, género, classe social, modelos de educação intercultural -, mas é imperioso aprender a ser pessoa e aprender a conviver com os outros, criando dispositivos de diferenciação pedagógica que permitam abertura à alteridade, consolidando processos de negociação pacífica (encontros e desencontros de diferenças), promovendo os direitos humanos e o desenvolvimento de projetos comuns, sustentados nos valores cívicos (Peres, 2006, p. 10).

Nesta sequência e, ainda segundo Peres (1999), a mediação intercultural implica uma dinâmica pedagógica de co-construção das representações de uns e Outros: representações que tenho de mim e dos Outros, que dependem das representações que os Outros têm deles e de mim. Daí que as diferenças sejam entendidas como relações dinâmicas exigindo uma interferência do Outro com um indivíduo. E, segundo Auger (2003) o indivíduo carrega consigo uma identidade múltipla, fruto do reencontro com o Outro, da partilha, como práticas emancipatórias da construção humana.

As características do Eu e do Outro não se revelam fundamentais, mas antes as relações que se estabelecerem entre eles. «Ce sont, paradoxalement, les relations qui justifient les caractéristiques culturelles attribuées, et non pas les caractéristiques qui définissent les relations». (Preteceille, 1999, p.58).

Assim, o título desta dissertação, através do pronome pessoal «Nós» traduz esta transformação dos «eus». Nesta perspetiva, uma pedagogia intercultural não é mais do que o respeito por todos os indivíduos, neste caso concreto, os indivíduos são as vítimas, criando-lhe condições efetivas para que tenham uma vida digna, ensinando-lhe a interpretar o contexto em que viviam, em que vivem e a empoderar para criar um

projeto de vida e redefinir o caminho para onde querem viver numa perspectiva de abertura comunicativa e entrelaçada dos «eus» com os «nós».

A falta de abertura relativamente aos Outros pode provocar catástrofes humanas. Por isso, e à semelhança do que se defende no Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural, «Apenas o diálogo permite viver na unidade e na diversidade» (Conselho da Europa, 2008 p. 20). Se apenas o diálogo permite viver na unidade e na diversidade para não provocar catástrofes humanas, então a mediação intercultural é necessariamente um processo que carece de uma intervenção social relacional, isto é, com os outros, dialogada, mais humana, mais mediadora. Essa mediação requer um trabalho com os outros enquanto sujeitos e não somente enquanto casos a analisar. Estamos a falar do trabalho de relação, isto é, o trabalhar com os outros e não para os outros (Vieira, R., 2011; Vieira, R., 2014; Vieira, R. & Vieira, A., 2016), numa intervenção humanizada, que contempla conhecer a história de vida, os gostos, os interesses, a epistemologia, ou seja, entrar no mundo do outro (Pimentel, 2009), ou seja, entrar no mundo da vítima. Salienta-se o facto que o trabalho com a vítima, não se pode cingir ao estudo só do caso e encarar como mais um caso, mas sim, um trabalho com uma intervenção humanizada que não acarrete uma transformação imposta no outro, antes pelo contrário, um trabalho numa perspectiva êmica (Vieira, R., 2003), acarreta uma procura em compreender o seu ponto de vista, sem o interpretar de forma etnocêntrica, com busca a que a intervenção/transformation se faça a partir do(s) outro(s).

Falamos de uma intervenção ativa no processo de mediação, uma intervenção necessariamente vigilante, oportuna, com o intuito de transformar, empoderar, capacitar os sujeitos mediados. Nesta medida, toda a intervenção social tem de ser dialógica, numa perspectiva hermenêutica (interpretação de A e de B), numa perspectiva “diatópica” defendida por Sousa Santos (1997, citado em Vieira, 2013), ou tal como defende Ana Vieira (2013) numa hermenêutica “multitópica”, que conduza ao entendimento de todos e ao respeito, com base na “escuta activa” (Giménez, 2010) também com o coração e não meramente com o ouvido, uma escuta, solidária, com o objetivo do entendimento e respeito (hermenêutica “multitópica”), que permita, através do diálogo, atingir a consciência da incompletude mútua (hermenêutica “diatópica”). Tal não significa, inevitavelmente, concordância e identificação com o outro. Torna-se essencial, alertar para uma questão crucial na mediação respeitante ao conceito de tolerância. O respeito enquanto potenciador da convivência intercultural, pelo que tolerar não basta (Héritier, 1999; Vieira, R., 2011; Vieira, R. & Vieira, A., 2016). Uma posição de tolerância

passiva incita à construção de muros, à segregação, ao invés, de buscar uma sociedade mais intercultural, na qual se visa a transformação “diatópica” ou “multitópica”.

É então necessário, conceder tempo para estar com, para ouvir, para entender, compreender, para comunicar, para tecer laços, estabelecer relações com o outro humanamente diferente e deixar-se miscigenar com o outro numa atitude solidária. Sabendo que, cada sujeito se transforma segundo o seu ritmo e as suas vivências, logo, o processo de intervenção não consiste num processo célere, mecânico e em massas, conforme nos elucida Ricardo Vieira numa das suas reflexões¹⁰. Encontra-se intrinsecamente ligado com os afetos, a comunicação, a compreensão dos outros na sua própria lógica, na sua racionalidade. Neste contexto, é possível afirmar que o trabalho do mediador consiste particularmente na interpretação e, no caso das mulheres vítimas existe muito para interpretar para além do pouco que por vezes falam, esta interpretação tem que «romper» a retina do seu olhar tímido.

Para se conseguir «romper» a retina, entenda-se, em sentido figurado é também necessário que o mediador intercultural apresente características fundamentais, tais como mecanismos e estratégias criativas, inovadoras para uma intervenção social adequada, competente. Neste sentido, Margalit Cohen-Emerique refere que o mediador deve possuir a capacidade de comunicação e compreensão intercultural, que designa por “competência intercultural” (AA. VV., 2008, p. 82), no sentido de fomentar o entendimento e a (con)vivência com o outro diferente. De acordo com, Torremorell (2008), num processo de mediação, o mediador ou profissional da área do trabalho social deve usufruir de “um conjunto de competências não apenas moldadas à base de técnicas, mas enroupadas num universo de valores” (Torremorell, 2008, p. 63), sendo uma pessoa compreensiva, que sente empatia pelos outros, proximidade com os mediados, com linguagem assertiva, com disponibilidade para ouvir o outro de forma ativa, com o intuito de compreender os fenómenos complexos que conduziram à necessidade da sua intervenção mediadora. O mediador intercultural, durante a sua intervenção, toma uma posição com o intuito de empoderar, de dar autonomia aos mediados, não devendo nunca ser neutro. Daí que opta pela “multiparcialidade” (Torremorell, 2008, p. 85), por estar etnoculturalmente com todos os intervenientes, por facilitar a comunicação entre diferentes, por fazer assessoria, por promover a integração

¹⁰ Informação retirada de uma reflexão escrita no fórum da plataforma moodle de apoio ao Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social (MMIIS) pelo professor Ricardo Vieira, no primeiro semestre do primeiro ano do Mestrado, com o intuito de dar feedback aos alunos inscritos na unidade curricular de Mediações Socioculturais: conceitos e contextos, no ano letivo 2016/2017.

intercultural e a coesão social. O mediador intercultural ao facilitar a comunicação entre pessoas, através da construção de pontes entre as duas margens do rio, da tradução e interpretação, desconstrói barreiras; auxilia na tomada de consciência quanto a pré-conceitos, preconceitos, estereótipos; transforma todas as partes envolvidas, sem exercer um papel de juiz, incentivando-os a ajudarem-se mutuamente visando não só um acordo efêmero, mas sobretudo uma melhor convivência, mostrando interesse pelos indivíduos, acreditando neles, nas suas características, nos seus recursos e potencialidades, aceitando-os tal como são e compreendendo-os de forma holística, sem qualquer poder de imposição sobre os mediados e as suas decisões, compete às partes envolvidas a liderança deste processo de construção (Torremorell, 2008).

A figura do mediador intercultural requer a consciência da necessidade de uma formação profissional em mediação intercultural e na procura de especialização contínua, incorporando uma dimensão não conformista, mas procurando uma pesquisa autodidata, no sentido de evoluir profissionalmente através da observação e análise de situações reais, do questionamento e da reflexão contínua (Torremorell, 2008), por forma a estar capacitado para uma intervenção mais adequada às especificidades e transformações dos indivíduos. Desta forma, o mediador intercultural aspira desenvolver a indispensável função de promoção da autonomia e inserção social das populações intervenientes no processo da mediação favorecendo a sua participação social e comunitária. Informando e fazendo assistência às pessoas sobre os seus direitos e deveres, com o objetivo de estas poderem conhecê-los e praticá-los, caminhando ao lado das intervenientes no processo, para a construção da cidadania, da integração e inclusão dos sujeitos na sociedade, função premente enquanto profissional da área da mediação intercultural e, no caso das vítimas, promovendo assim uma maior facilidade para as vítimas trilharem os seus próprios projetos de vida. Este profissional tem de estar nas margens das duas culturas, compreendê-las, aceitá-las, construindo uma ponte que as ligue. O caminho pessoal que percorre requer que seja ao nível da interculturalidade, articulando os diversos códigos culturais numa procura no que respeita a compromissos e negociação interior. As suas capacidades pessoais devem revelar flexibilidade, equilíbrio emocional, humor, assim como, competências para a interação, para o envolvimento e para o distanciamento (“estar dentro e estar fora”). De sublinhar, aqui, sem se assumir como o dentro ou como o fora, praticando uma intervenção ativa necessárias ao profissional no processo de mediação, fomentando a coesão social, isto é, este profissional numa perspetiva coletiva e recorrendo aos seus

conhecimentos (saber), atitudes (saber ser e saber estar), habilidades (saber fazer), adotando uma escuta ativa, empatia, respeito e aceitação centrando a sua intervenção no empenho em dinamizar uma comunidade. Assim, busca promover o trabalho em conjunto, a relação, a colaboração entre pessoas, canalizando recursos alcançados por estes para uma participação mais adequada às necessidades sociais.

É imperioso, portanto, na intervenção social, romper com o paradigma de uma mediação resolutiva, para uma mediação intercultural – preventiva, transformativa, criativa e empoderadora, onde os sujeitos mediados conservem a sua capacidade de atuar, de decidir sobre o que lhes diz respeito, de caminhar por novos trilhos, de aprender para conseguirem construir os seus próprios caminhos. A riqueza da mediação intercultural reside justamente nas estratégias anteriormente referidas potenciadoras da descoberta, da transformação, da aproximação, da compreensão entre sujeitos detentores de códigos culturais distintos; na construção de pontes, de concertações sociais, de relações interpessoais de (con)vivência com o outro diferente (Vieira, R. & Vieira, A., 2016), estimulando a integração intercultural e a coesão social, nas quais o diálogo assume extrema relevância enriquecendo todos os intervenientes.

Em suma, a contribuição de AA. VV. (2008) é bem elucidativa quando indica que a mediação intercultural visa a comunicação, a relação e a inclusão nas sociedades cada vez mais plurais de pessoas ou grupos culturalmente diferentes.

CAPÍTULO 3

DA METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Como já referi anteriormente e de acordo com a complexidade do objeto de estudo, o paradigma privilegiado foi o paradigma hermenêutico, compreensivo, fenomenológico ou interpretativo (Faria & Vieira, 2016; Amado, 2013), defendendo a sua complementaridade (Boavida & Amado, 2006), pois é necessário interpretar e compreender o fenómeno da problemática vivenciada pelos sujeitos, interagindo com eles no seu meio natural de vida, estudando a complexidade no seu meio, mas de modo a compreender, explicar e não verificar. Interessa interpretar o pensamento, opinião dos outros, perceber, compreender e interpretar as representações que o sujeito em estudo manifesta, adotando, assim, como método o estudo de cariz etnográfico (Amado, 2014, Yin, 2001), uma vez que esta investigação tem como intuito compreender o fenómeno no seu contexto, dentro do seu contexto e refletir sobre as representações dos sujeitos envolvidos.

O problema da violência doméstica é um problema complexo e para José Luís Fernandes (2003), que se assume como um etnógrafo, a importância do etnógrafo é fulcral para desocultar fenómenos complexos, sejam eles os da toxicod dependência, da violência ou da institucionalização. A este propósito é de referir, também, Goffman (1987) o autor do conceito de institucionalização total e de estigma, desenvolvido em trabalho de campo com recurso à etnografia em instituições de carácter hospitalar, psiquiátrico, religioso e prisional¹¹.

O paradigma não é mais que uma união e legitimação da investigação, quer a nível, concetual, quer metodológico, delimitando problemas, recorrendo à recolha de dados e respetiva intervenção, como refere, (Coutinho, 2011). Os paradigmas são constituídos por «realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante certo tempo, proporcionam modelos de problemas e soluções a uma comunidade científica». (Kuhn, 1977, p.150). Ou seja, são um conjunto de valores, teorias e regras que vão ao

¹¹ A obra original *Asylums* foi traduzida no Brasil para *Manicómios, Prisões e Conventos*.

encontro do resultado que o investigador pretende de modo a encontrar respostas e soluções para responder aos problemas e questões.

As respostas aos problemas e questões que eu pretendo conhecer estão esplanadas nos objetivos que tracei para esta investigação: conhecer as representações sociais que os sujeitos têm sobre a violência doméstica; compreender as estratégias de intervenção que a casa abrigo tem implementado para delinear o projeto de vida das vítimas; perceber a interação entre as vítimas e os técnicos na construção do projeto de vida futuro; auscultar de que forma a casa de abrigo prepara as vítimas para a construção do seu projeto de vida futuro; perceber o que faz a casa de abrigo para empoderar as vítimas na construção do seu projeto futuro; compreender até que ponto as vítimas são parte integrante do processo de construção do seu projeto de vida e entender a percepção das mulheres/vítimas sobre a sua passagem pela casa abrigo, que enunciei na introdução.

Assim, e de modo a responder aos meus problemas e questões, quanto às técnicas de recolha da informação, utilizei a análise documental, a observação direta, observação participante (Pais, 2006). A análise documental foi fundamental para a análise e compreensão. Baseei-me em estudos produzidos relacionados com a temática da violência doméstica e em vários documentos da instituição onde debrucei o meu estudo e, por fim, não menos importante, a variada legislação que consultei. A minha proximidade e conhecimentos em relação ao tema foi facilitadora em todo o processo, no entanto, estive sempre com cuidado para não influenciar a investigação, como explicarei mais à frente.

No que concerne à observação direta e à observação direta participante (Pais, 2006; Clifford, 2002), acompanhei, in loco, a dinâmica cultural do grupo de vítimas e algumas das atividades promovidas na casa, quer pelas técnicas da instituição, quer por algumas vítimas, através de uma escuta ativa e sensível, sendo meu intuito ver, ouvir e racionalizar os factos, por forma a conseguir dados o mais próximo possível da realidade, efetuando um registo cuidadoso das observações, sempre que possível utilizando as próprias expressões e citações dos sujeitos em estudo. De novo, resalto a relevância de procurar colocar-me num “lugar de fronteira”, ou seja, numa fronteira intercultural, estar dentro e estar fora dos contextos de investigação, estar entre a ciência e o saber comum, com o objetivo de poder «construir a reflexividade de cidadania e a reflexividade que desenvolve numa ciência da ciência» (Caria 2003, citado em Faria, S. e Vieira, R., 2016, p. 110), atribuindo especial valor às competências sociais necessárias do etnógrafo nas relações para estar com os investigados. É tentar fazer uma

investigação perto das margens, na fronteira, mas com a distância necessária, sem nunca deixar transformar-me num habitante da casa.

Em resumo, a observação participante traduz-se no acompanhamento, *in loco*, através da «escuta sensível» (Montenegro, 2008) e da «escuta ativa» (Giménez, 2010). Esta escuta ativa e sensível, *in loco*, traduziu-se, em conversas informais e descontraídas com as vítimas e com as auxiliares, reuniões com a diretora técnica e psicólogo da casa de abrigo e, utilizei a entrevista individual semiestruturada (realizei cinco entrevistas semiestruturadas, duas efetuadas a vítimas que atualmente estão a residir na casa, duas a vítimas que já residiram e uma à diretora técnica tendo sempre como fio condutor o olhar das vítimas que se constitui fulcral neste processo de compreensão). Para realizar as entrevistas, construí guiões para serem a minha muleta de orientação para não perder o foco no meu objetivo para esta investigação, ou seja, tendo sempre em conta o conhecimento que pretendia obter, mas dando sempre espaço e tempo para uma abertura relativamente às respostas dadas pelos sujeitos. Os guiões que construí foram elaborados por um conjunto de questões semiabertas que foram auxiliando na condução das entrevistas.

De forma a responder à minha questão de investigação fez sentido a escolha deste paradigma hermenêutico, atendendo à especificidade dos sujeitos, vítimas, onde é imperioso, portanto, na intervenção social com vítimas, romper com o paradigma de uma mediação resolutiva, para uma mediação intercultural-preventiva, compreensiva, transformativa, criativa e empoderadora, onde as vítimas conservem a sua capacidade de atuar, de caminhar por novos trilhos, de aprender para conseguirem construir os seus próprios caminhos. Como já referi anteriormente, onde o profissional da mediação intercultural tem de estar nas margens das duas culturas, compreendê-las, aceitá-las, construindo uma ponte que as ligue.

Falando de ponte, menciono Brecht, que refere que “Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”, (1997, p. 105) conseguimos, numa linguagem metafórica, afirmar que a vítima é o nosso *rio* e o agressor e a violência doméstica, as *margens* que o comprimem. A *ponte* entre as *duas margens* será a Casa de Abrigo e a mediação intercultural poderá ter aqui a importante função de *trampolim* dessa ponte de forma às vítimas ficarem empoderadas para construírem os seus projetos de vida.

Este trampolim só é possível num paradigma de cariz etnográfico, intercultural, pois como refere, Silva (2014, p. 429), que se sustenta em Stoer e Cortesão (1999), “A

mediação intercultural implica, como tão bem salienta Stephen Stoer (1994), passar do (mero) ‘reconhecimento’ ao (efetivo) ‘conhecimento’ da diversidade cultural existente.” Urge, portanto, suprimir o prefixo da palavra reconhecimento no que diz respeito à relação com o outro. Este (re)conhecimento sem prefixo é ser capaz de perceber o outro, de ter a sensibilidade para interpretar até onde esse outro pode ir, capaz de se entregar na relação e atravessar o rio com o outro, de conseguir colocar-se no lugar do outro, trabalhando sempre a empatia. No entanto, esta relação com o outro pode criar uma situação de bondade e dualidade, pois o profissional de mediação vive numa dicotomia permanente, entre mundos pessoais e profissionais.

Sem medos desta dualidade parti para o campo de estudo com o objetivo de descobrir, conhecer e interpretar o que efetivamente ocorre no contexto específico, da Casa de Abrigo Teresa Morais, mais concretamente na preparação do projeto de vida futuro das vítimas. A investigação qualitativa de cariz etnográfico constitui-se relevante exatamente neste sentido, para apurar a riqueza, o pormenor da realidade vivida nesta instituição. Nesta orientação de trabalho, atribuí, por excelência, valor ao compreender a compreensão do outro para, à posteriori, refletir sobre as significações apreendidas por si, efetuando um estudo em profundidade a 5 (cinco) sujeitos da casa de abrigo. O método etnográfico implica o investigador estar presente fisicamente no terreno, fazer uma observação *in loco*, existindo uma relação direta, face-a-face entre investigador e investigado. Por conseguinte, é possível atestar que o etnógrafo faz parte do grupo investigado, é alguém que convive, vive com o grupo em estudo durante longos períodos e com presença regular, permitindo alcançar um nível mais profundo e mais rico de *ideias* e de conhecimentos sobre os sujeitos em estudo e as suas necessidades. Volto a relembrar a pertinência de o etnógrafo ser um tradutor (inter)cultural, denotando-se a relevância de ser fluente em três línguas, a dos “nativos”, a do “senso comum” e a das ciências sociais (Silva, 2003).

A etnografia “interessa-se pelo que fazem as pessoas, como se comportam, como interatuam”. Palavras defendidas por, Peter Woods que, propõe descobrir as suas crenças, valores, perspetivas, motivações, e o modo como tudo isto muda com o tempo ou de uma situação para outra” (Woods citado em Faria, S. e Vieira, R., 2016, p.115). Por sua vez, Wilcox (1993) caracteriza a etnografia como “um modo de investigação naturalista, baseado na observação, descritivo, contextual, aberto e em profundidade” (Wilcox citado em Amado, 2014, p.162).

Neste contexto e clarificando, o paradigma que alenta esta investigação é essencialmente um paradigma etnográfico de estudo de caso, como definiu o autor Stenhouse (1994):

[...] estudo em profundidade de um único caso, através da observação participante, apoiada pela entrevista; em geral, não se foca diretamente nas necessidades práticas dos atores, mas preocupa-se com as interpretações e significados que estes atribuem aos contextos em que participam e isso pode ser motor de desenvolvimento. (Stenhouse, citado em Amado, 2014, p.132)

No caso do estudo sobre a complexidade da violência doméstica, mais concretamente de que modo é que a casa de abrigo contribui para a construção de um novo projeto de vida futuro das mulheres vítimas que acolhe, o tributo de Yin (1994, p. 28), é bem elucidativo quando acrescenta que o estudo de caso constitui “a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o "como" ou "por que" sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”.

Neste estudo em profundidade, o etnógrafo, é o principal instrumento de pesquisa e sendo assim, é necessário ter competências técnicas, onde especulações ou imaginações não fazem parte destas técnicas. Além das competências técnicas, o etnógrafo também tem que ter competências sociais que são tão ou mais importantes, uma vez que existe interação direta entre investigador-investigado. Este método de investigação, é um método personalista, onde o trabalho está centrado no investigador e na sua *persona*. Curiosamente, Silva (2009, p. 46), aclara que “ethnography is a method that rests on the ‘persona’ of the researcher”. É crucial que o investigador seja a priori aceite pelos sujeitos/comunidade que ambiciona estudar, que detenha capacidade de empatia, de se relacionar com os outros, de escutar de forma ativa e sensível e de observar o outro. Seja capaz de respeitar as diferenças, de guardar para si opiniões e juízos de valor sobre o investigado, sem confundir valores próprios, pessoais com o contexto social e cultural que estuda, construindo, assim, uma relação de proximidade com os sujeitos observados, pois durante o processo, os investigados também podem investigar o investigador e irão relacionar-se consoante o que compreendem sobre o etnógrafo. Cabe ao etnógrafo, numa dupla hermenêutica, entender o entendimento do outro, mas também o entendimento do outro sobre o investigador e como isso interfere na investigação que efetua. Provavelmente, uma das maiores fragilidades da pesquisa etnográfica, seja procurar entender as reais representações dos investigados. Neste sentido, o método etnográfico, enquanto método científico, procura criar, descobrir algo novo a partir dos

relatos feitos pelos entrevistados, compreender em vez de verificar, buscando um significado concreto no processo de investigação, de descoberta.

Na metodologia, na recolha de informação e dados é importante referir que existem aspetos a ter em conta, como a elaboração dos registos a seguir a cada diligência, a organização e atualização da informação com vista a uma fácil consulta e contextualização e a utilização destes só em caso de necessidade profissional assegurando sempre o sigilo. (Melano e Silva, 2001).

Assim e de forma a gerar conhecimento pertinente no campo científico, numa investigação é vital que os métodos e as técnicas sejam aplicados de acordo com o objeto de estudo definido. Daí ser admissível o uso de uma pluralidade de técnicas num mesmo estudo, sendo de salientar que não existem técnicas nem métodos superiores ou inferiores. Utilizei então, várias técnicas de recolha de análise, revisão de literatura, busca de documentos técnicos para obtenção de informação, análise documental, entrevistas formais e informais, num permanente trabalho etnográfico. Perante esta abordagem, pode dizer-se que a etnografia é um método que utiliza quer técnicas centrais de recolha (observação participante), registo (notas de campo, diário) e tratamento de dados recolhidos (codificação, análise de conteúdo), como técnicas periféricas (entrevistas, questionários, registo áudio/vídeo, análise documental). A aplicação de técnicas centrais e periféricas numa mesma investigação assumem-se um contributo favorável na medida em que permitem a recolha de dados subjetivos e plenos de significados extraídos em contexto natural de cada sujeito implicado.

Quanto à aplicação de técnicas periféricas, mais concretamente a análise documental, realmente forneceu um contributo indispensável, pois é uma análise feita a partir de documentos formais e informais sobre a instituição, concedeu-me a oportunidade de conhecer e aprofundar saberes acerca das características da instituição da Casa de Abrigo Teresa Morais, da sua identidade, funções, missão e dos seus valores. Neste sentido esta técnica de recolha de dados manifestou-se de extrema relevância atendendo aos objetivos a que me propus nesta investigação.

Ainda sobre a metodologia, a metodologia foi ajustada consoante os sujeitos em estudo, conforme já mencionei. Procuro, portanto, fazer uma etnografia às vítimas com entrevistas etnobiográficas, sendo que as conversas remetem para tal, num aprofundar a partir de uma observação naturalística, iniciando a conversa de um modo etnográfico, partindo dos interesses dos sujeitos (Fernandes, 2003; Silva, 2009; Vieira, R., 2003). É a vítima que me mostra como gosta de ser tratada, se valorizam o seu ponto de vista, a sua

identidade, se é encarada como um sujeito, como uma pessoa, remetendo para ideias de mediação. Esta é a essência para uma intervenção social: estar lá, observar, conviver. É necessário possuir disponibilidade para estar com e para ouvir o sujeito em estudo, de forma ativa e sensível, tornando-se fundamental, uma interação social prolongada no tempo e no território destes, no seu ambiente natural, local privilegiado para a recolha de dados, pelo que tomei o meu percurso neste sentido. Procurei ter uma atitude de aprendizagem, procurando distanciar-me do perigo da simples verificação. Procurei compreender e interpretar a forma de pensar de cada uma e respetivos comportamentos, sem me tornar num dos sujeitos estudados. Procurei refletir, a fim de ganhar ainda mais a aceitação dos sujeitos e poder prosseguir com os objetivos da investigação (Geertz, 1979, citado em Bogdan, R. & Biklen, S., 1994).

Em suma e relativamente à metodologia privilegiada, a etnografia visa saber o que está por detrás da “casca da árvore”, como referiu uma vez numa aula do mestrado, o professor coordenador, Ricardo Vieira, consentindo uma ampla combinação de técnicas, no sentido de compreender o porquê das significações atribuídas pelos investigados. Cabe assim, ao etnógrafo colocar perguntas pertinentes e adequadas ao contexto estimulando a reflexividade destes sujeitos. Mediante isto, torna-se fulcral conhecer o outro, as suas necessidades e particularidades, intentando trabalhar com ele e não para ele, relegando, assim, para primeiro plano, uma intervenção social humanizada e a mediação intercultural- criativa, empoderadora, transformativa.

Pegando numa das técnicas que utilizei, mas concretamente, as entrevistas¹² e tendo bem claro o contexto onde estava inserida e na dificuldade e resistência que as vítimas oferecem, tomei o cuidado de reencaminhar a conversa para os objetivos e aspetos que pretendia aprofundar, fazendo questões de forma delicada, para, como refere, (Goncalves, 2004), o entrevistado fale dos assuntos sem se sentir constrangido.

Estas entrevistas, foram presenciais e marcadas com antecedência, bem como, o local foi também escolhido por ambas as partes. A primeira entrevista que fiz foi à diretora técnica da casa de abrigo, onde pude compreender a sua visão sobre o conceito de violência doméstica, a organização da casa e quais as técnicas utilizadas para delinear o projeto de vida das vítimas, no fundo para preparar a saída das vítimas da casa. Passei

¹² Optei por atribuir nomes fictícios aos sujeitos que participam neste estudo, por questões éticas e de modo a respeitar o novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia, em vigor desde 25 de maio de 2018.

depois a fazer as entrevistas seguintes a duas vítimas residentes na casa e a duas não residentes, claro que fiz as entrevistas após as respectivas autorizações e para as selecionar questioneei as vítimas sobre quais estavam disponíveis para serem entrevistadas no âmbito deste estudo. Para concretizar as entrevistas já tinha feito antecipadamente os guiões, no sentido de ser o meu fio condutor, à medida que a entrevista ia percorrendo a normal conversa. Procurei estabelecer sempre a empatia e o respeito, explicando o objetivo da entrevista e garantido o anonimato das vítimas, anonimato solicitado em todas as entrevistas que fiz às vítimas. As entrevistas foram naturalmente transcritas na sua totalidade, cujo objetivo foi a análise da linguagem uma fixação detalhada e minuciosa, “fiel ao que foi dito” tal como nos refere Isabel Guerra (2006, p.69) e num processo moroso e exigente. O desafio, como também lembra Isabel Guerra, passou por “dar conta de que a transcrição do discurso oral simples, sem arranjo, não torna o discurso inteligível depois de escrito” (Guerra, 2006, p.70).

Relativamente às entrevistas, apadrinhei as entrevistas individuais semiestruturadas, como forma de chegar ao entendimento do sujeito investigado e fornecendo-lhes flexibilidade e liberdade de resposta, até porque as vítimas oferecem alguma resistência, pelo que elaborei antecipadamente um guião para as vítimas residentes, um guião para as vítimas não residentes e um guião para a diretora técnica (Apêndice 3, 4 e 5) que serviu de fio condutor na interação entrevistador-entrevistado. Para Bogdan e Biklen, (1994) “[...] A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 134). Já para o entendimento de Woods, é mais apropriada a expressão “conversação”, dado insinuar melhor o cariz etnográfico que se pretende nas relações estabelecidas, proporcionando como tal um “processo livre, aberto, democrático, bidirecional e informal, onde os indivíduos se podem manifestar tal como são, sem se sentir presos a papéis determinadas” (Woods, 1987, p.82). Daí que, neste tipo de entrevista, caiba ao entrevistador moderar o diálogo como conversa, entre indivíduos.

Assim e, falando de entrevistas, entrevistei presencialmente a diretora técnica, assistente social da casa de abrigo, que acompanha diariamente as vítimas, duas vítimas residentes na casa e duas vítimas que já residiram na casa e que neste momento estão autónomas com um projeto de vida novo. Além da diretora técnica e das vítimas que entrevistei, também fui travando conversas mais informais com todas as vítimas residentes na casa que me foram respondendo a questões como: o que entende pelo conceito de violência

doméstica? Como se adaptou a viver na casa abrigo? O que faz a casa para a preparação do seu projeto de vida? Faz parte integrante desse projeto? Todas as entrevistas apresentam um cariz etnográfico e etnobiográfico ou entrevistas como “conversas” (Burgess, 1997), a fim de compreender as representações sociais que têm sobre o conceito do crime vivenciado, o que fazem a favor do seu projeto de vida, que tipo de integração ou sentimento as vítimas têm perante a instituição na projeção do seu projeto de vida futuro. Segundo Vieira (2011):

As entrevistas enquanto conversa e centradas no mundo vivido pelos entrevistados, ouvindo mais que propriamente perguntando (por isso etnográficas) e, muitas vezes, colocando a ênfase na própria biografia dos sujeitos, suas trajetórias [...] (por isso etnobiográficas) [...]. (Vieira, R., 2011, p. 184)

Assim, recorri a entrevistas de estrutura aberta, procurando fomentar um ambiente informal, de conversa, com o objetivo de as respostas emergirem de modo natural das entrevistadas (Bell, 1993; Burgess, 1997; Quivy e Campenhout, 1998; Vieira, 2014). Na análise de conteúdo¹³, de acordo com as propostas de Isabel Guerra (2006), optei por fazer sinopses a partir das entrevistas/falas das vítimas, sinopses em forma de quadros onde constam as interpretações de cada extrato e de cada categoria de análise (Apêndices nº 11 ao nº 15). Assim, atribuiu-se relevância à voz dos sujeitos entrevistados, vozes que foram posteriormente transcritas¹⁴ de forma individual nos respetivos apêndices, (Apêndices nº 6 ao nº 10) analisadas comparativamente (Apêndices nº 16 ao nº 19) e interpretadas no capítulo IV desta dissertação.

3.1. UNIVERSO E AMOSTRA DE ANÁLISE

Como já referi, comecei a cozinhar esta ideia, ainda no primeiro ano deste mestrado com o objetivo de concretizar uma ação investigadora no acompanhamento de um pequeno grupo de vítimas de violência doméstica, residentes na Casa de Abrigo Teresa Morais, constituindo, agora, a minha amostra de estudo desta investigação. O meu

¹³ O tratamento dos dados que neste caso são narrativas de entrevistas/conversas com vítimas, seguiu, como já mencionado, a proposta de Guerra (2006), utilizando designadamente cores para a sistematização de categorias da análise de conteúdo das entrevistas. Os apêndices referentes às transcrições e sinopses das entrevistas/conversas (Cf. Apêndices nº 6 a nº 15) não contêm essas cores, pois utilizei o método apenas para melhor orientação aquando da sua elaboração.

¹⁴ Dada a natureza das entrevistas, procurei que as transcrições fossem, o mais fiéis possíveis à oralidade. Deste modo, se olharmos algumas das transcrições ou apêndices das entrevistas encontraremos alguns erros ortográficos que verdadeiramente não o são se considerarmos a expressão fidedigna do entrevistado.

objetivo passou por observar e compreender as realidades vividas no contexto da vivência na Casa Abrigo Teresa Morais, com um olhar de «Eu estive lá».¹⁵ (Oliveira, 2000).

Assim, e como já referi trabalhava com o meu universo, ou seja, com este tipo de população mais fragilizada no meu dia-a-dia, aliás, se for mais pormenorizada, as vítimas da casa de abrigo Teresa Morais já faziam parte da minha vida profissional e como qualquer humano e profissional tinha as minhas inquietações que volta e meia me assolavam o pensamento, principalmente como seria delineado o projeto de vida destas vítimas quando saíssem da casa, pois desconhecia e achava importantíssimo existir uma linha orientadora e encaminhadora do novo percurso, uma vez que a casa é uma fase de transição em todo este processo.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ESTUDO

Para esta investigação escolhi trabalhar com as vítimas residentes na Casa Abrigo Teresa Morais e duas vítimas que já não residem na casa. Acho importante referir que a instituição para a qual trabalho, PSP é parceira desta casa abrigo. Em parceria, e no meu caso concreto, já trabalhava com este tipo de problemática, promovendo e desenvolvendo ações de esclarecimento, de sensibilização, recebendo queixas-crime, fazendo planos de segurança bem como, participava na aprovação do Plano Anual de Atividades do Gabinete de Apoio à Vítima e da Casa de Abrigo.

3.3. OPÇÕES METODOLÓGICAS ABRAÇADAS NO TERRENO

Chegada a fase de recolha dos dados relembro como entrei no campo de estudo e não me foi difícil ser bem aceite na instituição pois, o universo de estudo já estava habituado a mim, mais especificamente as mulheres vítimas de violência doméstica residentes na casa de abrigo, já estavam habituadas à minha presença, através do trabalho desenvolvido como chefe na PSP e elemento de proximidade no acompanhamento dos casos de Violência Doméstica.

¹⁵ «O autor não se deve esconder, sistematicamente, sob a capa de um observador impessoal, coletivo, omnipresente e omnisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: nós»

No início, abordei a diretora técnica da casa de abrigo para a possibilidade de efetuar a minha investigação naquele local, a qual prontamente aceitou demonstrando disponibilidade para cooperar. A Dra. Sandrina foi muito prestável e facultou-me a liberdade de entrar e sair da casa sempre que necessitasse, embora combinássemos que seria melhor à sexta-feira pois era o dia que estariam mais vítimas em casa, pois não estariam em projetos ou a trabalhar. Nesta reunião com a diretora técnica ficou então decidido que todas as sextas feiras iria à instituição, aproveitando para explicar, de forma geral, os meus interesses e a minha intenção de passar algum tempo na instituição sem adotar uma postura intrusiva e sem interferir na rotina normal diária das pessoas inseridas neste contexto, sujeitando-me aos seus hábitos e horários.

Sem querer adotar uma postura intrusiva, pois como já referi anteriormente o objetivo do etnógrafo consiste em tornar-se natural no meio em estudo, isto é, tornar-se invisível na realidade social que se encontra a investigar visando não interferir nas relações sociais e ser aceite pelos “nativos” do meio social. Este ponto era para mim, era um constrangimento, já que, embora conhecesse o meio, não me podia esquecer que era investigador, pois como refere Silva (2009), na etnografia reflexiva é vital que o etnógrafo possua a consciência de que “se torna parte e parcela do todo que ele tenta compreender e interpretar” (Silva, 2009, p. 49), que se naturalize o mais possível, sempre consciente de que é o investigador e, não faz parte, não é “nativo” do meio em estudo. Não podia então esquecer que, se por um lado, já conhecia muito bem o contexto, por outro lado, podia causar dificuldades na minha interpretação e análise, pois tinha que estar sempre vigilante comigo própria para fugir ao perigo de querer verificar o que pensava que conhecia devido às minhas funções profissionais, pois conhecia bem o contexto em análise, ao invés de descobrir através da investigação para poder tirar conclusões sem a minha interpretação e análise ser contaminada pelo meu conhecimento anterior.

Não podia esquecer, por um lado, esta facilidade de conhecer bem o contexto porque no decorrer da investigação poderia, por outro lado, ser uma dificuldade, pois poderia influenciar as reações dos investigados e existir inevitavelmente interferências provocadas pela presença do investigador, por isso tinha que estar sempre vigilante, uma vez que sei que durante uma investigação o etnógrafo deve adotar uma posição sempre vigilante, com a intenção de compreender se as relações e os comportamentos são o resultado da sua presença ou se ocorreriam independentemente de se encontrar no meio em estudo, levantando, assim, a questão da reflexividade inerente à etnografia.

Como já referi, como conhecia bem o contexto, não foi preciso ser apresentada à casa, nem às técnicas. No início, apenas me foram apresentadas duas vítimas que tinham entrado há pouco tempo e que ainda não conhecia. Ao mesmo tempo fui sendo elucidada sobre o modo como decorre o processo da institucionalização, como é efetuado o acolhimento, quais as regras e normas de funcionamento vigentes da casa entre outros assuntos pertinentes à minha investigação.

Retomando o desenvolvimento anterior quanto às técnicas de recolha da informação, em termos mais práticos e pragmáticos recorri a três técnicas, sendo elas, a análise documental, a observação direta e a observação direta participante, e a entrevistas individuais semiestruturadas e assim, fui entrando na casa para observar, tomar apontamentos, participar mas, principalmente, conviver com os sujeitos que queria conhecer ainda melhor e, mais importante que isto, tentar, ao mesmo tempo, compreendê-los. Ao longo do tempo tive muitas conversas informais com as vítimas, técnicas e colaboradoras de forma a aprofundar o conhecimento que já tinha sobre este fenómeno complexo do qual já tinha muita informação e proximidade, mas pretendia desenvolver e aprofundar mais para o desenrolar e culminar do estudo científico. Lembro-me que nos primeiros tempos, quando chegava e, embora soubessem que estava ali para desenvolver uma investigação de mestrado, as vítimas bombardeavam-me com perguntas/dúvidas na área da minha profissão, do género, esclarecimentos sobre o desenrolar da queixa-crime, regulação das responsabilidades parentais, para que tribunais deveriam fazer um requerimento, prazos, entre outros, mas embora no início tenha analisado como uma dificuldade, entrave ou contratempo à minha investigação, mais tarde percebi que era uma necessidade que tinham, a qual fui colmatando, ficando depois mais calmas.

Quando começaram a ficar mais calmas, dei-lhe espaço e tentei sempre uma abordagem nas “margens do rio”, ou seja, procurei estar dentro e estar fora dos contextos em análise e, neste sentido, numa ponte intercultural, estar entre a ciência e o saber comum, com o objetivo de poder “construir a reflexividade da cidadania e a reflexividade que desenvolve uma ciência da ciência” (Caria, 2003, citado em Faria, S. e Vieira, R., 2016, p.110). Numa aliança de compromisso com esta ideia, ambicionei entrar no campo de estudo e conviver, estar com os sujeitos implicados na investigação sem me transformar num «nativo», mas antes como uma investigadora fronteira, ou seja, procurei estar na margem de lá e na margem de cá, sempre com a noção e preocupação de me conseguir distanciar, de forma a conseguir tomar notas, racionalizar a experiência e, deste modo,

construir um objeto científico legítimo, que não dependa meramente da subjetividade e das emoções experimentadas pelos sujeitos em estudo. Pretendi que o meu “lugar de fronteira” (Caria, 2003) enquanto etnógrafa fosse intercultural, isto é, que me permitisse traduzir a cultura estudada para o mundo científico que muitas vezes faz dos sujeitos objetos (Vieira, R., 2014). Contudo, torna-se fundamental retratar o longo e sinuoso trajeto percorrido, pelo que a tarefa de alcançar este “lugar de fronteira”, uma “distância óptima” (Baptista, 2006, p. 71), capaz de traduzir a cultura estudada, não se afigurou um processo simples mas antes, um complexo desafio ao longo de todo o trabalho de campo evidenciando-se as minhas dúvidas, interrogações e perplexidades relativamente à metodologia da investigação etnográfica. Na verdade, a etnografia é, potencialmente, o método mais competente para compreender o distanciamento entre o que os indivíduos dizem e o que na realidade praticam no seu dia-a-dia, entre a retórica e a realidade.

De facto, e reforçando as ideias já aqui explanadas, a entrada do etnógrafo no campo de estudo denota um misto de técnicas, porém carecem de submissão “à preocupação de compreender o outro, através da reflexividade do investigador para racionalizar a posição social de cientista e para relativizar as suas origens culturais de cidadão” (Caria, 2003, p.7).

Neste seguimento, é importante no método etnográfico a realização de um registo reflexivo acerca do desenvolvimento da investigação, remetendo para a ideia de “reflexividade intercultural” de Silva (2009, p. 61), onde se encontram narradas as dificuldades e os caminhos necessários de percorrer procurando-se, desta forma, menos um estudo de objetividade e mais a verdade do que realmente acontece ou aconteceu. Tal procedimento designa-se por autoetnografia, adquirindo relevância devido a um maior rigor da investigação. Bochner (2000) entende por autoetnografia o envolvimento do etnógrafo, bem como a narrativa dos seus pensamentos e opiniões reflexivas, perante o estudo em que se encontra inserido, permitindo que transponha para a sua investigação todas as experiências emocionais, divulgando detalhes ocultos da vida privada. No entanto, implica que a descrição da vida social e suas relações seja o mais completa e envolvente possível.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

«Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.»

Carl G. Jung

Fazendo a ligação com o capítulo anterior e reformulando as palavras de Bochner (2000), sobre o envolvimento do etnógrafo, que deve envolver-se perante o estudo em que se encontra inserido, vou neste capítulo envolver-me com as vozes das vítimas entrevistadas. Dedico assim, o capítulo 4 às suas identidades e vozes, vozes que foram posteriormente transcritas de forma individual nos respectivos apêndices, analisadas comparativamente e interpretadas neste capítulo, de modo, a como já referi no capítulo anterior, conhecer o outro, as suas necessidades e especificidades, trabalhando com o outro e não para o outro, privilegiando uma intervenção social humanizada. Não basta utilizar e conhecer todas as técnicas, se não tocarmos a alma humana, utilizando a mediação intercultural, empoderadora e transformativa, transformativa no caminho para um «Nós».

Apresento assim, neste capítulo, o estudo de natureza biográfica dos 5 (cinco) sujeitos estudados, a diretora técnica, licenciada em Serviço Social, 2 (duas) vítimas residentes na casa de abrigo Teresa Morais e 2 (duas) vítimas que já não residem na casa de abrigo, utilizando para a sua caracterização, um modelo comum, como idade, estado civil, naturalidade, profissão, nível de escolaridade, duração e motivos que levaram à institucionalização na casa de abrigo, entre outros elementos caracterizadores, até chegar a conversas mais profundas sobre a sua apreciação/representação da casa abrigo, do crime de violência doméstica, percepções da passagem pela casa abrigo e do projeto de vida sobre o que foi e será feito para o empoderamento das vítimas, projetando-as para o futuro.

Apresentação das Mulheres/vítimas entrevistadas

Maria A., mulher de 48 anos, residente na Casa Abrigo Teresa Morais há um ano e 4 meses, divorciada, natural da Moldava, desempregada, licenciada, mãe de um filho. Foi

institucionalizada devido a ser vítima de ataques violentos, sendo que o último ataque violento teve necessidade de intervenção policial com encaminhamento para Casa Abrigo.

Maria B., mulher de 53 anos, residente na Casa Abrigo Teresa Morais há 3 meses, casada, natural de Portugal, desempregada, 4º ano de escolaridade, mãe de dois filhos. Foi institucionalizada após um ataque violento, com intervenção policial e encaminhamento para Casa Abrigo.

Maria C., mulher de 60 anos, residiu na Casa Abrigo Teresa Morais durante quase quatro meses, viúva, natural de Portugal, empregada, cuidadora de idosos, 9º ano de escolaridade, mãe de dois filhos. Foi institucionalizada após uma agressão, com intervenção das autoridades policiais e encaminhamento para Casa Abrigo. Há 9 anos que já tem o seu novo projeto de vida.

Maria D., mulher de 39 anos, residiu na Casa Abrigo Teresa Morais durante 9 meses, divorciada, natural de Portugal, empregada de hotelaria, 11º ano de escolaridade, não é mãe, mas tem um enteado e foi institucionalizada após um ataque violento, com intervenção policial e encaminhamento para Casa Abrigo.

Maria A. (residente) e a Maria C. (não residente) começaram a ser vítimas do crime de violência doméstica depois de casadas, sendo que Maria A., afirma, “...começou-me a bater no primeiro dia de casamento...”. Para Maria C. a primeira vez que sofreu agressões foi, conforme declara, “...foi porque eu fui jantar com uma amiga e quando cheguei a casa levei porrada porque não tinha nada que ir jantar com a rapariga...”. Por seu turno, Maria B. (residente) foi vítima logo a seguir ao nascimento dos filhos e Maria D. (não residente) refere que foi, “Após quatro anos de eu estar a viver em comum com o agressor começou a violência...”.

O Conceito de violência Doméstica

Sobre o conceito de violência doméstica, Maria A., encara-o como um crime de género de desrespeito para a família, “...os homens são egoístas, parecem umas crianças. É uma atitude incorreta para a família”. Já Maria B., entende o conceito como um conceito alargado entre a dimensão física e psíquica. No entanto, a própria vítima nem consegue atribuir palavras a este crime, conforme se pode comprovar nas suas palavras, “É bater, é tratar mal por palavras e várias coisas, ... sei lá... olhe muitas coisas, coisas, etc...”. Apesar de ser uma opinião pessoal, Maria C. e Maria D., opinam que a

violência doméstica é centrada na agressão física, contudo alargada a outros tipos de violência. Para Maria C., o conceito é alargado ao controlo e à coação sexual, “...é ameaças de pancada, não deixar a pessoa sair de casa... forçar a pessoa a ter sexo sem a pessoa querer, também é violência” e para Maria D., é alargado à dimensão psíquica, moral e à falta de respeito, “[...] para mim tudo o que é violência doméstica engloba, violência física psicológica e moral. Violência doméstica também é o começo da falta de respeito...”.

Tipos de Violências

Relativamente ao tipo de agressões, Maria A. foi vítima de agressões físicas em que menciona, “Ele batia-me muito [...] já me batia no corpo de forma a não deixar marcas...”. Maria D. e Maria C. foram vítimas de violência física e psicológica. “Durante um ano foi violência verbal, desconfiança, acusações e começaram por causa do álcool [...] e a partir do segundo ano foi quando me deu a primeira bofetada...”, refere Maria D.. Ainda a acrescentar, para Maria C., a violência restringiu também as suas relações interpessoais, como se pode verificar, “quando cheguei a casa levei porrada porque não tinha nada que ir jantar com a rapariga e era uma rapariga...”. Maria B. além destes dois tipos de agressões, ainda foi vítima de violência sexual, conforme se pode verificar nas suas palavras, “...batia-me e...ele obrigava muita vez a ter relações sexuais sem eu ter vontade, muito violento...”.

Existência de mais vítimas

Quanto à existência de outras vítimas, nomeadamente filhos, a Maria C., vivenciou esta realidade, “Quando a minha filha fez 14 anos ela começou a revoltar-se e ele começou a maltratá-la ...Ele foi à procura dela e deu-lhe porrada com um cinto [...]”. Maria D. também vivenciou a existência de vítimas secundárias no contexto da violência, embora tenha sido violência psicológica, não deixa de ser um tipo de violência, “...Ele fazia os maiores disparates bêbedo, mas nunca agrediu o filho dele, era capaz de lhe gritar para sair dali mas bater-lhe não. Nunca se virava à mãe, mas dizia lhe muitas parvoíce”.

Tentativa de Término, Regresso ao Ciclo e Duração do Crime

Quanto ao ciclo da violência no crime de violência doméstica e referente à tentativa de término do ciclo, Maria A. refere, “...depois de 15 anos comecei a preparar os documentos para divorciar...”. Por sua vez, Maria C., tentou parar o ciclo da violência várias vezes. “...eu agarrei nos meus filhos e fui para casa da minha irmã, mas ela avisou-o e ele foi ter comigo”, constata Maria C.. Noutro momento da tentativa de término, a vítima afirma, “Outra vez, ele era alcoólico, foi para os copos, bateu-me e eu fugi para Coimbra, pedi ajuda à Cáritas Diocesanas de Coimbra”. Para Maria D., conseguir tentar parar o ciclo da violência exigiu ao companheiro que fizesse tratamento para o seu problema de alcoolismo, “...ou ele fazia um tratamento ao álcool ou eu fazia queixa dele na polícia. Ele optou por fazer tratamento ao álcool, mas fez só uma vez...”. Contrariamente às outras vítimas, Maria B., tentou apenas uma vez terminar com o ciclo na fase do ataque violento, com a ajuda da filha e conseguiu libertar-se dessa vez.

Ao contrário de Maria B., as restantes vítimas regressaram ao ciclo da violência. Maria A., afirma que voltou para o agressor após o mesmo pedir desculpa, “...mas pediu desculpa...após este recomeço, durante 5 anos não bebia nada, não se metia com mulheres...”. Na situação de Maria C., os filhos foram utilizados pelo agressor para a manutenção do ciclo da violência e foi por eles que ficou na relação, conforme se pode comprovar nas suas declarações, “ele descobriu onde eu estava e foi buscar os meus filhos ao colégio. Ele foi-me mostrar os filhos e eu voltei para ele...”. Maria D., todavia, manteve-se na relação com receio que o agressor fosse mais agressivo e por medo da crítica social. “Tive falta de coragem de sair da relação para não ser apontada...”.

Relativamente à duração do crime, Maria A. foi vítima durante 30 anos, Maria B. foi vítima durante aproximadamente 20 anos e afirma que aguentou a violência por causa dos filhos serem pequenos e por pensar que o agressor mudasse de comportamento. Similarmente, também Maria C. ficou na relação durante 20 anos. “Estive com ele 20 anos, 20 anos de sofrimento”. Para Maria D. e falando do tempo de duração da violência foi a única que arrastou a relação por menos tempo, ficando durante 4 anos. “...após os 4 anos (do casamento) foi aumentando o consumo de álcool e começou a agredir”.

Fim do Ciclo da Violência

Antes do fim do ciclo acontecer, foi após a fase de lua de mel em que para Maria A., as agressões físicas continuaram sendo cada vez mais intensas, “...nestes últimos 4 anos começou a beber mais, a ficar mais agressivo...”. Também para Maria C. antes do efetivo término existiram desculpas sucessivas, seguidas de agressões e saídas de casa seguidas de regressos. “...depois pedia desculpa e eu desculpava e ficava tudo bem...”. Comentado o final da violência, a Maria A., refere que o fim aconteceu quando o filho se envolveu. “...teve que se colocar à frente do pai para não me bater e foi nesta vez que nunca mais quis nada com ele...”, afirma a vítima. A par, também Maria B., refere que o apoio da filha também foi importante para sair da violência. Maria B. admite: “...tentei pôr fim a esta situação com a ajuda da minha filha...”. Por sua vez, na situação de Maria C., os filhos foram utilizados pelo agressor para manutenção e continuação do ciclo da violência como forma de manipular a vítima e, só conseguiu pôr um fim ao ciclo quando os filhos saíram de casa. “...já não tinha nenhum filho em casa e agarrei num saco, meti lá uns pijamas e fui embora”. No momento da saída do ciclo da violência, todas as vítimas saíram durante ou após o ataque violento. No caso da Maria D., a vítima refere que “O limite foi mesmo quando senti medo de morrer e foi nessa madrugada que sai de casa. Ele estava tão descontrolado, tão descontrolado, eu naquela noite levei tanta porrada, tanta porrada, ele andou atrás de mim com uma navalha...”.

Apresentação/Suspensão da Queixa

Todas as vítimas entrevistadas apresentaram queixa após o término efetivo do ciclo da violência. Maria A. refere que só apresentou queixa quando foi para a Casa Abrigo Teresa Morais e isto porque estava distante do agressor, “Só apresentei queixa quando vim para aqui...ele aterrorizava-me...”. A vítima ainda afirma que nunca teve vontade de suspender ou retirar a queixa e nunca teve vontade de regressar para o agressor. Também Maria B. nunca suspendeu o processo nem teve intenção de voltar para o marido. “Desde o primeiro dia que nunca pensei voltar para ele”, refere Maria B. Por sua vez, as restantes vítimas, Maria C. e Maria D, vítimas não residentes na Casa Abrigo, tentaram retirar a queixa efetuada contra o agressor. Maria C. afirma que, “...apresentei queixa e tentei retirar a queixa porque o meu filho pediu, mas na altura

que eu tentei tirar a queixa já era crime público, já não consegui tirar. Ele ficou com a ordem de não se aproximar de mim...”. No caso de Maria D., dirigiu-se às autoridades para fazer queixa, “Naquela manhã, aproveitando o facto de ele ter saído, dirigi-me ao posto da GNR apresentei queixa e ajudaram-me e encaminharam-me para os passos que eu teria que dar...”, mas logo após suspendeu a queixa por não querer prejudicar financeiramente o agressor. “Suspendi a queixa com esperança que ele se arrependesse... porque eu não queria estar a receber dinheiro dele, ter uma indemnização dele, pensei que o dinheiro lhe poderia fazer falta para ele ou o filho comer e suspendi a queixa. O facto de eu gostar dele, eu não lhe queria por mais um encargo”, refere Maria D..

A Casa Abrigo Teresa Morais – Adaptação

De uma forma geral todas as vítimas disseram ter gostado de estar na casa e embora nos primeiros momentos tenha sido um pouco difícil, pois deixaram as suas casas e as suas coisas para irem viver para um local desconhecido, adaptaram-se bem. “...foi boa, prontos...sempre custa um dia ou dois porque não conhecemos as pessoas...mas foi boa a minha adaptação...”, refere Maria B.. Também Maria C. teve dificuldades em sair de casa numa fase inicial, mas no decorrer da integração na casa e numa atividade laboral começou a sentir-se plenamente confortável, “Ajudaram-me, deram-me roupa, pois eu só trazia pijamas.” Maria C. ainda refere que, “...sempre tive regras na minha vida e na casa (Casa Abrigo) também havia regras e eu adaptei-me bem”. Por sua vez, Maria D. foi a vítima que teve mais dificuldades iniciais relacionadas com saudades da sua família. “Tinha saudades das minhas coisas que eu deixei para trás...”, afirma Maria D.. No entanto, apesar de ter tido dias maus, de ter chorado “desde manhã até à noite...” e de se querer ir embora, a Casa Abrigo foi uma nova família, “onde eu encontrei as pessoas que me compreendiam, as pessoas que me apoiavam e aquelas pessoas que nunca me apontaram o dedo...”. Maria A. também teve uma boa adaptação à Casa, apesar de ter sido difícil no seu começo. “Foram muitas novidades. Claro que no início não gostei”, refere Maria A..

Representações/Percepções sobre a passagem pela Casa

Quanto às percepções relativamente à sua passagem pela Casa, todas as intervenientes neste estudo, acharam que a casa correspondeu às expectativas. “...*corresponde às minhas expectativas, porque eu já estava mais ou menos informada como funcionam as casas de abrigo*”. Refere Maria B.. Similarmente, Maria C. percecionou a casa como um abrigo, conforme declara, “...*o que eu esperava era um refúgio...*”. Para Maria D., a sua percepção da casa superou as suas expectativas, em que afirma, “...*eu da casa só esperava um tecto...superou-me...deram-me um tecto, roupa lavada, deram-me o meu banho diário e até apoio psicológico me deram.*”. Maria A. considera que a Casa representa um refúgio, um apoio e uma ajuda para sair da violência. Além disso, também afirma, “...*esta casa é bom para isso, romper com a situação...*”.

Quanto ao auxílio que a casa presta, todas as vítimas são unânimes, pois colmata todas as necessidades. “...*é uma casa que nos acolhe, que nos ajuda em tudo aquilo que nós precisamos*”, afirma Maria B.. Para Maria C., além dos auxílios acima referidos a casa também ajudou a arranjar emprego, “...*não faltava comida, nem apoios. Incentivam a procurar emprego*”. Maria D., acrescenta, “...*a casa proporciona tao bem estar que as pessoas que lá estão até se acomodam e não querem trabalhar. Tem teto, tem comida, tem roupa lavada, tem comida, ainda lhe tratam dos documentos, dos rendimentos mínimos. A casa proporciona bem estar de mais...*”. Já para Maria A. apesar de afirmar que não falta nada na casa, assume que existem conflitos, relativamente à diferença entre residentes, acabando por não ser fácil executar as tarefas na casa. “...*temos tudo...(mas) trabalhar na casa não é fácil, porque somos todas diferentes...*”.

Opiniões das mulheres/vítimas entrevistadas sobre os apoios prestados

As atividades desenvolvidas na casa parecem ter sido do agrado de todas as vítimas. Maria B., refere “*São do meu agrado porque temos que fazer igual tal e qual como se estivéssemos na nossa casa...*”. Por seu lado, Maria C., teve apoio na procura de uma nova atividade laboral e apoio psicológico, mas não se lembra de ter apoio financeiro por ter uma fonte de rendimento. “*A nível económico não me lembro de ajuda...*”. A nível de atividades, para Maria C., além das atividades de vida diária habituais, também tinha atividades lúdicas e de auxílio a outros elementos, “*Bem, íamos ao cinema. Também fomos ao teatro...incentivavam-nos a procurar emprego e fazíamos a vida de*

casa...”. Maria D. não é residente na casa, mas a Casa Abrigo também lhe prestou apoios mesmo depois de ter saído, “nível económico é nos dado a escolher entre duas ajudas ou nos ajudam a mobilar, dão eletrodomésticos, são tratados os documentos para a segurança social onde nos é pago o aluguer do apartamento em dois meses...para o começo é um bom impulso...”. Também a nível psicológico é prestado o apoio do psicólogo tanto dentro da casa como após seis meses de terem saído. Maria D. ainda refere que quando as vítimas já estão fora da casa, com um novo projeto de vida há a preocupação de acompanhamento, caso precisem, “...o apoio que eu sentia lá dentro, eu continuo a senti-lo cá fora”. Maria A. também tem uma opinião semelhante com as restantes vítimas referindo que existe apoio administrativo, apoio económico, apoio psicológico e apoio na procura de emprego. A vítima ainda refere que gosta das atividades existentes na Casa Abrigo pois enquanto trabalha tem a mente ocupada. “...gosto das atividades mais de trabalho manual. Não entra tanta porcaria na cabeça...”, afirma Maria A.

A Casa Abrigo como Proteção

A Casa Abrigo serve para prestar o acolhimento e é uma aprendizagem para a vida. Maria B., afirma que, “...é uma casa que nos acolhe... (e dá) apoio e ajuda no que eu precisar até cá estiver...”. Para Maria C. a Casa Abrigo foi um “abrigo” e um “refúgio”. Quanto a Maria D. a Casa Abrigo “era um apoio para cada pessoa” e “todas as semanas o psicólogo falava individualmente por cada uma”. Maria A. classifica a casa como uma resposta segura, contudo afirma que o medo não passa. “...o medo não passa claro, mas a casa fez-me entender que fiz um grande erro na vida, que devia ter saído da relação há mais tempo...”, refere maria A.

As vítimas sentem que tem tudo o que precisam dentro da casa. “...temos apoio, acho que não faz falta nada. Temos o essencial. O que interessa é o essencial...”, refere Maria B. Em oposição, Maria C., vítima não residente apenas critica a Casa Abrigo relativamente à separação dos filhos das mães. No entanto, afirma “Agora sei que já não existe este problema”, pois esta prática já foi alterada. Ainda em relação à opinião da presença da vítima na Casa Abrigo, Maria C., interroga-se se não era preferível voltar para o agressor do que não ter capacidades económicas. “...eu saí de uma casa com todo o conforto e tenho muitas vezes alturas que me interrogo se não era preferível estar a levar porrada do que às vezes não ter dinheiro nem para beber café. Se compro

pão não posso beber café”, afirma a vítima, Maria C. Maria D., ainda residente, está satisfeita com a Casa Abrigo e garante, “...*nós colhemos aquilo que semeamos...não mudava nada*”. Para Maria A. a casa abrigo corresponde às suas expectativas uma vez que há a possibilidade de transferência para outra, caso a vítima arranje emprego noutra cidade.

A transformação da Pessoa e Motivação Para um Novo Começo

A Casa Abrigo contribuiu para a transformação das vítimas, no sentido positivo. Maria B., sente-se uma mulher “*mais segura*” e “*sem medos*”. É com o auxílio da Casa Abrigo que as vítimas ganham autoestima nelas mesmas, em que Maria C., constata isso mesmo “*...depois fui ganhando autoestima...comecei a gostar de mim (e) a Casa fez-me ver isto tudo porque eu ali, em conversas com a psicóloga e com a auxiliar incentivavam-nos a gostar de nós*”. Para Maria D. a Casa Abrigo mostrou-lhe que consegue ter coragem, “*As vivencias que encontramos dentro da casa é que nos vão transformando...estou transformada sim e agradeço à casa...*”. Já Maria A. sente-se “*mais calma*”, “*mais forte*” e “*capaz de tudo*”.

Em relação às motivações para iniciarem um novo projeto futuro, a Casa abrigo “*é um impulso para termos coragem...é um encorajamento de não se voltar para o agressor para as nossas casa*”, refere Maria D. Quanto a Maria B. a mesma refere que a Casa está a motivar-lhe para ser “*uma pessoa mais segura*”. Maria C. assegura que a Casa permitiu o seu crescimento como pessoa considerando melhor a perceção sobre si mesma, as suas capacidades e a sua beleza física. “*...comecei a olhar para o espelho e descobri que era uma mulher bonita e velha e que tinha que lutar sozinha para sobreviver*” Para Maria A. a liberdade já faz parte do que entende pelo seu futuro e afirma que, “*já posso conversar livre com o meu filho*”.

O Projeto de Vida

A Casa Abrigo e a Preparação do recomeço

De um modo geral a Casa Abrigo prepara as vítimas para a sua autonomia, incentivando na procura de emprego e posteriormente no arrendamento de uma casa. Maria A. refere que teve sempre alguém a prestar apoio, “*...arranjaram-me uma casa para eu ir viver*”.

com o meu filho...”. No caso de Maria B. afirma que a Casa Abrigo prepara as vítimas para a saída, “Prepara nos para sairmos daqui, prepara-nos para termos que ter um trabalho primeiro e uma casa...”. Também para Maria C. a Casa abrigo auxiliou a delinear o seu recomeço e refere, “...preparou-me a dizer que eu não podia ter medo, que estava longe do agressor...preparou com conversas com a psicóloga a não ter medo, que o agressor não nos encontrava”. Maria D. afirma que a Casa aconselhou-a sobre as suas escolhas e apoiou-a na própria construção do projeto quando assim o necessitava. “Se a Casa entendesse que o meu projeto de vida não ia pelo caminho certo, a casa dizia-me”, constatou Maria D. Ainda acrescenta que foi a casa que a ajudou na preparação para o futuro, permitindo-lhe sentir-se mais confiante em si própria e apoiada quando necessário, “A melhor forma que a casa me podia ter preparado foi a autoconfiança...mostrou-me que eu podia confiar em mim.”.

Cada mulher como parte Integrante do seu Projeto Futuro

Relativamente ao projeto de vida em si, a mulher/vítima não residente Maria D. afirma que o projeto é dinâmico e pode ser alterado em benefício da mesma e de acordo com as suas preferências ou adaptação, “...a vítima pode alterar porque há muitas que vão trabalhar e não gostam do trabalho ou não se adaptam...e falam com a dra. E alteram o percursos...a vítima pode participar sempre neste processo”. Contudo, as mulheres/vítimas têm liberdade e são autónomas na opção do seu projeto futuro, conforme se pode verificar nas palavras de Maria D., “Os meus alicerces do meu projeto de vida fui eu que os fiz...”. A vítima não residente, Maria C. também partilha a mesma opinião, “...nós temos que lutar para ter um emprego...nós podemos escolher o que nos convém...podemos intervir...(e) podemos procurar a área que queremos seguir”. Para Maria B., embora ainda seja uma vítima residente, também afirma que faz parte integrante do projeto de vida e intervém no mesmo, “Sou chamada ao processo e o Dr. Paulo tentou arranjar uma casa na segurança social...posso intervir”. No caso de Maria A., a vítima não tem a certeza se pode transformar o seu projeto de vida, “...eu não sei. Eu penso que sim...”.

Transformação e Intervenção no Projeto

Quanto a este tópico, todas as vítimas são unânimes na sua opinião. As vítimas sentem-se transformadas, protagonistas e parte integrante do seu projeto de vida. Sentem-se mais autónomas e confiantes. “...começa a voltar a mulher que fui...já tenho mais confiança em mim...”, afirma Maria A., além destas características de transformação, Maria B. refere, “... estou melhor, porque estou sem medos, entro nesta casa sem medos, sem violência”. Por sua vez, Maria C. apesar de ter mais autoestima e sentir-se mais assertiva e segura de si própria, no momento de sair da casa, teve receio perante a necessidade de se autonomizar. Contudo, persistiu na progressão do seu projeto pessoal, “...estava habituada a estar presa por isso gostava de estar lá. Eu lá estava segura, mas eu tinha que lutar pelo meu futuro”. Maria D. considera que a passagem pela Casa faz parte de um percurso e que ultrapassar a violência exige a saída da Casa. “Eu senti-me preparada e com vontade de abandonar a casa”, afirma Maria D.

Apoios dos Técnicos da Casa

Durante as entrevistas todas as vítimas referiram mesma opinião sobre o apoio prestado pelos técnicos da casa. “...ajudaram-me muito...ajudaram-me também com o rendimento social...a Dra trabalha muito nesse sentido do projeto de vida...”. Na preparação do projeto de vida, a vítima Maria B., também sente o apoio dos técnicos da Casa que a prepara para a saída, “...a Dra. Também tenta que eu arrende uma casa...”. Para Maria C. o apoio psicológico e a disponibilidade para ajudar foram bastante importantes em momentos críticos, conseguindo que ela se sentisse segura e sem medo. “Se precisássemos podíamos ligar a pedir ajuda”. Maria D. acrescenta, “...tirando os apoios que nos podem dar, a nível económico...nem que seja para desabafar temos apoio. Nós sabemos que podemos encontrar alguém da casa e não nos sentimos desamparados”.

Da transformação de cada mulher

Todas as mulheres/vítimas referiram sentir-se diferentes, mais seguras, mais corajosas, mais confiantes de si mesmas, “A minha autoestima subiu. Arranjei coragem”, afirma Maria C.. Já Maria B, percebe e sente que o facto de estar longe do agressor é um fator

relevante na sua autonomia, “...talvez se estivesse mais perto dele não me sentisse tão autônoma”. Para Maria D. a autoconfiança é uma ferramenta essencial para o futuro e refere, “...ao mínimo sintoma de violência, eu não vou deixar chegar onde chegou. Não vou permitir. Eu não me sinto com capacidade para atravessar outra situação de violência doméstica”.

Visão do Antes e do Agora

A visão da Maria A., relativamente ao contexto anterior à violência, era de que não tinha ninguém que a ajudasse, sentindo-se muito mais reservada. Atualmente, sente-se mais comunicativa e capaz de fazer o seu projeto de vida noutra cidade. Para Maria B., as motivações para o futuro passam por arranjar um emprego e uma casa e ainda refere que “*Eu queria era estar feliz, com saúde, feliz comigo própria era sinal que estava tudo bem.*”. Maria C. constata que já não é uma pessoa insegura, contudo ainda hoje tem “*medo de o encontrar*”. Maria D. refere que está “*mais desconfiada, mais atenta, mais observadora*” e sente que agora está mais atenta se será violência doméstica ou não. Comparativamente ao *Antes*, a vítima sente que se chega a um ponto que quanto mais rápido abandonar a casa mais rápido se deixa o passado para trás.

Todas as vítimas consideram-se preparadas para um futuro sem violência recusando todas elas a aproximação aos companheiros. Maria C. afirma com veemência, “*Não quero mais violência, não quero cá mais ninguém*”. Similarmente Maria B. sente-se preparada para deixar a casa e iniciar um novo projeto vida, desde que seja sozinha sem nenhum homem, tal como refletem as suas palavras, “*...esse é o meu projeto de vida, sozinha. Homens longe, como costuma dizer à terceira só cai quem quer*”. Também Maria A. não equaciona a vida numa relação com um homem, pois afirma que consegue fazer o papel de mãe e pai, “*...sim, consigo um projeto de vida sem violência...de viver feliz...sou capaz de ser pai e mãe...*”.

Parecem todas elas transformadas e seguras daquilo que não querem para o seu futuro, revelando autonomia e certeza quanto ao tipo projeto de vida que ambicionam para si próprias.

Estado de Vida Atual (Pessoal e Familiar)

Relativamente a esta questão, a análise apenas se refere às mulheres/vítimas que já não estão na Casa Abrigo. Para Maria C. a sua vida, neste momento, é autónoma. Reside sozinha, tem trabalho e considera ter uma vida dentro dos seus padrões de normalidade. *“...de vez em quando vou ver o meu filho... já não tenho medo de ir à Covilhã”*, afirma Maria C. A vítima ainda refere ter uma vida social ativa, *“na vida social vou beber café, vou ao shopping com amigas. Vou para a praia com as amigas, tenho Facebook e falo com amigas, uma vida normal”*.

Por sua vez, a vida de Maria D. mudou em termos sociofamiliares tendo que manter um afastamento com a sua família e amigos. A vítima evita relacionamentos íntimos por dificuldade em confiar nos outros. Maria D. acrescenta que, *“A nível profissional é estável, tento manter o meu trabalho...”*.

A Diretora Técnica da Casa Abrigo Teresa Morais

Diretora Técnica, mulher de 45 anos, casada, natural de França, licenciada em Serviço Social, trabalha na Casa Abrigo Teresa Morais há 16 anos. Entende o conceito de violência doméstica como o que está estipulado pela legislação portuguesa, conforme refere, *“...quanto ao conceito, para mim, o conceito de violência doméstica é o que está na legislação...”* e esclareceu no momento, que estavam acolhidas na casa, dez mulheres, sendo que quatro dessas mulheres estão acompanhadas com filhos menores, *“...neste momento, estão nove mulheres e cinco crianças...quer dizer, desculpe, ontem entrou mais uma mulher, portanto dez mulheres e cinco crianças. Quatro mulheres com filhos, pois uma das mulheres tem dois filhos”*.

A Casa de Abrigo

A diretora técnica entende a missão da casa abrigo como um acolhimento voluntário de mulheres vítimas de violência, com ou sem filhos menores ou maiores com deficiência, desde que estejam na sua dependência, promovendo a sua segurança e visando a sua reinserção, conforme esclarece, *“a missão da casa de abrigo é acolher temporariamente vítimas de violência doméstica, num acolhimento voluntário, com ou sem filhos menores ou maiores com deficiência desde que estejam na sua dependência,*

tendo em vista a proteção da integridade física e psicológica. Proporcionar condições necessárias à educação, saúde e bem-estar num ambiente de tranquilidade e segurança. Promover e reforçar competências, proporcionar através dos mecanismos adequados a reorganização das suas vidas, visando uma reinserção plena na sociedade”.

No que concerne aos requisitos de admissão e requisitos de permanência na casa, esclarece, que a vítima é admitida quando encaminhada pela entidade sinalizadora, com base num relatório que a acompanha e que é requisito de entrada na casa a vítima ter vontade de integrar a casa e é requisito de permanência a vítima aceitar o regulamento interno da instituição, conforme se pode analisar nas suas palavras, *“a admissão processa-se por encaminhamento da entidade sinalizadora com base num relatório e podem ser entidades encaminhadoras para as casas de abrigo os organismos da administração pública...”*; *“...com o consentimento expresso da vítima e da aceitação do regulamento interno da casa de abrigo.”* (e) *“...as vítimas têm que cumprir o regulamento interno da casa e têm que manter-se a vontade da vítima em manter-se acolhida e manter a confidencialidade e sigilo, não divulgando onde se encontra acolhida”.*

A casa é uma resposta social da APEPI, tem acordo de cooperação com a Segurança Social, com capacidade para dezasseis mulheres e pertence à Rede Nacional de Casas de Abrigo, tem uma diretora técnica, um psicólogo e quatro ajudantes de lar, com funcionamento todo o ano durante 24 horas, *“a casa é uma resposta social da APEPI, tem acordo de cooperação com a segurança social para 16 utentes. A casa de abrigo pertence à rede nacional de estruturas de acolhimento às vítimas, sendo as entidades de tutela a CIG e a Segurança Social. A nível do organigrama interno, tem uma diretora técnica que acumula funções de assistente social e está a tempo inteiro. Tem um psicólogo a meio tempo e quatro ajudantes de ação direta. Funciona 24h, 365 dias por ano.”*, declara a diretora técnica, Dra. Sandrina. Sobre a estrutura, a diretora técnica esclareceu ainda que na casa abrigo trabalha-se em parceria com outras instituições para responder às necessidades das vítimas, a nível jurídico-penal, social, profissional, saúde, psicológico, educativo e escolar, constatando-se nas suas palavras, *“A casa abrigo tem uma equipa técnica multidisciplinar e especializada. Intervém junto das vítimas na área jurídico-penal, na área social, profissional, cuidados de saúde, psicológico, educativo e escolar. Trabalha numa perspetiva de articulação, parceria com serviços e instituições”*

O tempo de permanência das vítimas na casa é de seis meses, no entanto pode-se prolongar a permanência até doze meses, mediante parecer fundamentado da equipa técnica, *“as vítimas podem ficar seis meses, podendo este período ser prorrogado no máximo por igual período, mediante parecer fundamentado da equipa técnica, acompanhado da avaliação da situação da vítima.”*, esclarece a Dra. Sandrina.

Preparação para a Saída

A casa abrigo tenta capacitar e promover competências para promover a inserção profissional das vítimas na vida ativa, promovendo a sua autonomização, *“... a casa abrigo tenta capacitar, promover competências, promover a inserção profissional na vida ativa e conseqüentemente a sua autonomização...”*, retorque a diretora, logo a saída da vítima é preparada quando ela pretende a sua autonomização e promove-se apoio financeiro no caso de haver necessidade. A diretora esclarece, *“...caso a vítima pretenda autonomizar-se e não tenha condições financeiras no momento a seguir à saída é acionado o Protocolo, a Carta de Compromisso (apoio à autonomização das vítimas) que prevê apoio financeiro...”*. Na saída da vítima é elaborada uma ficha de ligação que a acompanha para os serviços que a vão acompanhar, continuarem a fornecer o apoio técnico mantido na casa de abrigo, constatando-se através das suas palavras, *“... após a saída da utente é enviada uma ficha de ligação para os serviços que vão acompanhar a vítima para que lhe possam manter o apoio técnico iniciado na casa de abrigo”*.

Mudanças

Alterações das Políticas Sociais, da Legislação de Violência Doméstica e da Rede das Casas Abrigo

A diretora da Casa Abrigo reconhece que tem havido várias alterações às políticas sociais e à legislação da violência doméstica e da rede de casas abrigo: *“... tem havido por parte dos governos uma forte aposta nos mecanismos de proteção às vítimas, mediante a aplicação de medidas de coação que asseguram a segurança das vítimas”*, (e) *“... a nova lei de regulamentação das estruturas das casas de abrigo vem criar melhores condições às vítimas e no acompanhamento efetuado”*. Refere que com a

nova lei de regulamentação das casas de abrigo, as vítimas vão ter melhores condições e melhor acompanhamento.

Mudanças no empoderamento das Vítimas

Relativamente às mudanças que contribuem para o empoderamento das vítimas, acredita que, as mudanças e as alterações vão criar condições para uma maior proteção das vítimas, conforme argumenta, “... a legislação tem sido constantemente atualizada em função das reais necessidades das vítimas visando a sua proteção, segurança e empoderamento”. Acredita também que todas estas mudanças e medidas protetoras salvaguardam os direitos das vítimas, ao mesmo tempo e conseqüentemente que criam ferramentas para utilizarem no seu futuro, “A criação de medidas protetoras e de legislação que salvaguardam os direitos das vítimas ...” (e) “...logo mais empoderada e com mais ferramentas para delinear o seu projeto futuro”.

Mudanças no funcionamento das Casas Abrigo e nas Vítimas

A diretora técnica acredita que, com o reforço e a mudança no funcionamento das casas abrigo e mudanças na legislação, as vítimas vão sentir-se mais protegidas e vão conseguir denunciar o crime, “...cria no fundo condições para que a vítima consiga denunciar e sentir-se mais protegida...”, (e) “... a nova lei de regulamentação das estruturas das casas de abrigo vem criar melhores condições às vítimas e no acompanhamento efetuado”. Refere que com a nova lei de regulamentação das casas de abrigo, as vítimas vão ter melhores condições e melhor acompanhamento, frisando, “... reforço na abertura de respostas especializadas para acolhimento das vítimas, nomeadamente, Centros de Acolhimento de Emergência ...”.

Acolhimento da Vítima

Segundo a informação da diretora técnica, as vítimas recorrerem à casa em último recurso, ou seja, quando estão em risco de vida, “... recorrem à casa de abrigo estão em situação de risco de vida, sendo a saída das suas próprias casas o último recurso”. Após o encaminhamento da vítima para a Casa Abrigo, analisa-se o relatório da instituição que encaminhou e esta é acolhida, conforme consta na transcrição, “...

analisar o relatório de encaminhamento a vítima é acolhida". A vítima mantém-se acolhida por sua vontade, devendo manter a confidencialidade do local de acolhimento, podendo verificar-se que *"...tem que manter-se a vontade da vítima em manter-se acolhida e manter a confidencialidade e sigilo, não divulgando onde se encontra acolhida"*. O processo de acolhimento corresponde à primeira semana de estadia, pois é a semana de adaptação ao espaço e às residentes. Nesta semana, as vítimas vão-se ambientando a uma realidade nova e diferente nas suas vidas para depois entrarem no normal funcionamento da casa.

As vítimas que recorrem à Casa Abrigo, são maioritariamente de estratos sociais baixos e com poucas habilitações, *"... maioritariamente as vítimas provem de estratos sociais mais baixos, com poucas habilitações"*, segundo a profissional técnica da casa abrigo.

A motivação da vítima para recorrer à casa abrigo é para fugir do contexto da violência, a motivação é para proteger a sua vida, assim refere Sandrina, *"...a motivação tem a ver normalmente com o risco de vida"*.

As mulheres que residem na casa, após a primeira semana, semana da adaptação, fazem todas as tarefas normais necessárias da vida doméstica do normal decorrer do dia a dia, conforme se analisa nas palavras da diretora da casa, *"... na primeira semana não se inclui nas tarefas..."*. Após esta primeira semana, as tarefas diárias da casa são incluídas no quotidiano da vítima como se fosse a casa delas, sendo só necessária uma escala de serviço, para os espaços comuns, pois não existe só uma residente.

Construção do Projeto de Vida da Vítima

Após o acolhimento da vítima programa-se com a vítima o seu projeto de vida com a elaboração do Plano Individual de Intervenção, condizente com as palavras da diretora técnica, *"Faz-se o Plano Individual de Intervenção com a vítima no sentido de programar o seu projeto de vida..."*. O Plano do Projeto de Vida reavalia-se periodicamente, *"... este plano é constantemente reavaliado."*, conforme explica. Explica também que é delineado desde o início do processo com a vítima, *"... é delineado desde o início com a vítima atendendo às suas necessidades e ao que espera do futuro"*.

A vítima é essencialmente a vítima é a parte integrante da elaboração do seu projeto de vida, podendo ter a ajuda dos técnicos e alterar a elaboração, ou o trajeto do seu projeto

de vida, como se constata na voz da diretora, “...sendo reavaliado mensalmente e podendo ser alterado caso a vítima entenda e caso haja alguma alteração”.

O projeto de vida é elaborado durante a permanência da vítima na casa, refletindo-se nas palavras da diretora, “... a duração do projeto de vida é sempre durante o tempo de permanência da vítima na casa...”.

O projeto de vida é um plano que se reavalia periodicamente de acordo com as necessidades, expectativas da vítima ou quando assim se justifique. O projeto é avaliado e reavaliado mensalmente, como se pode verificar nas palavras da responsável da casa abrigo, “...sendo reavaliado mensalmente e podendo ser alterado caso a vítima entenda e caso haja alguma alteração.”.

A taxa de sucesso é avaliada pela satisfação da vítima com o seu projeto de vida. Esta taxa está diretamente ligada com a sua vontade, constatando-se nas palavras da diretora, “...taxa de sucesso é avaliada pelo grau de satisfação da vítima e pela concretização do seu projeto de vida...”; “... taxa de sucesso é a vontade dela...”.

O projeto de vida reajusta-se mensalmente com a equipa técnica e a vítima e caso haja alguma dificuldade no reajustamento do projeto pode acionar-se algum parceiro da casa., verifica-se na voz da diretora, “...reajusta-se nas reavaliações mensais, só a equipa técnica e a vítima e caso seja necessário, pode acionar-se uma rede de parceiros...”.

A vítima pode intervir a qualquer momento na decisão do seu projeto de vida. A vítima é parte essencial na delimitação do seu futuro. Os técnicos auxiliam nas decisões da vítima ou poderão alertar para possíveis consequências, conforme relata a responsável, “... a função dos técnicos no Projeto de Vida é fazer o caminho com elas e tentar esclarecer relativamente às oportunidades que poderá ter ou até consequências que poderá ter resultantes do projeto de vida que definiu...”.

Apresentadas as identidades e as vozes dos sujeitos entrevistados em análise, faço agora a conclusão, tendo em conta os objetivos traçados e que me propus responder.

CONCLUSÕES

Sabendo que esta investigação é interpretativa, usando metodologias assentes fundamentalmente em entrevistas, apostando na riqueza da realidade vivida na casa abrigo e, refletindo sobre a minha metodologia de trabalho no terreno, quer como observação direta, quer como observação direta participante e pelas entrevistas que fiz, concluí que as vítimas chegam à Casa de Abrigo com alguns dos estádios acima mencionados, a maioria delas sente medo, culpa e angústia por ter abandonado a sua residência, a sua vida. As vítimas que chegam à casa no estádio de negação, chegam no limite delas, chegam no limite da violência. Todas as vítimas foram encaminhadas para a Casa Abrigo após um ataque violento e com necessidade de intervenção das autoridades, conforme verificamos no capítulo da contextualização da problemática que segundo a fonte APAV as vítimas saem da relação durante a fase do ataque violento.

Relativamente ao objetivo, conhecer as representações sociais que os sujeitos têm sobre o conceito da violência doméstica, Maria A. encara-o como um crime de género e de desrespeito para a família. Maria B. como um conceito alargado entre a dimensão física e psíquica. As vítimas, Maria C. e Maria D., ambas não residentes, entendem que é centrado na agressão física, contudo alargada a outros tipos de violência, como a sexual ou psíquica. Todas as vítimas sofreram vários tipos de violência, exceto Maria A. que só sofreu apenas violência física. Em todos os contextos de violência, existiam vítimas secundárias, como filhos. Todas tentaram parar com o ciclo da violência, mas regressaram para o agressor, só conseguindo parar o ciclo com ajuda de terceiros, quer seja, familiares ou autoridades, exceto Maria B. que tentou uma vez parar o ciclo e com a ajuda da filha conseguiu. Todas ficaram no contexto da violência durante muitos anos. Todas as vítimas apresentaram queixa nas autoridades, mas as vítimas não residentes, Maria C. e Maria D. suspenderam a queixa, por causa do filho e por não querer prejudicar o agressor, respetivamente. Já a diretora técnica entende o conceito de violência doméstica como o que está no estipulado na legislação.

A violência doméstica tem implicações psicológicas, físicas e sociais que afetam o quotidiano das vítimas, resultando em algumas delas no comprometimento do seu funcionamento adaptativo e em sofrimento clinicamente significativo. Para além de afetar a saúde psicológica e física das vítimas, a violência de género na intimidade heterossexual afeta também a vida social de todos aqueles que estão expostos à violência. A restrição das relações sociais, a diminuição do contacto com as

comunidades, o isolamento, a perda de autonomia, bem como a monitorização das atividades das vítimas pelos agressores são alguns dos efeitos que as vítimas referem sentir de forma mais recorrente (Abrahams, 2007).

Relativamente, ao meu objetivo: entender a perceção das mulheres vítimas sobre a sua passagem pela casa abrigo, concluí que o fato de estarem na casa abrigo fez com deixassem de sentir alguns dos efeitos da violência contribuindo, assim, para a transformação estas mulheres/vítimas, fazendo com que se sintam mais seguras, mais corajosas, sem medos, mais libertas e com mais autoestima. As vítimas percecionam que a estadia na casa lhes dá motivação para iniciar um novo projeto de vida futuro sem violência ganhando outra perceção sobre si mesmas e sobre as suas capacidades, tal como refere Maria C. que assegura que a Casa permitiu o seu crescimento como pessoa aumentou a sua autoestima, as suas capacidades e o reconhecimento da sua beleza física. “...comecei a olhar para o espelho e descobri que era uma mulher bonita e velha e que tinha que lutar sozinha para sobreviver”. Entendi, então que a perceção das mulheres vítimas sobre a sua passagem pela casa foi boa pois, no geral, todas se adaptaram bem à casa, sentindo que têm tudo o que precisam lá dentro e que correspondeu às suas expectativas. Gostam das atividades desenvolvidas pela casa e a esta foi para elas, numa primeira instância, um acolhimento, um refúgio, um abrigo, para saírem da violência e estarem em segurança e numa segunda instância um espaço/tempo que lhe permitiu o aumento da sua autoestima, da sua autonomia e da sua transformação. Quanto ao auxílio que a casa presta, todas as vítimas são unânimes em dizer que esta colmata todas as suas necessidades e ainda auxilia a arranjar emprego. A casa auxilia a nível económico, social, psicológico, administrativo. Estes apoios ou direitos das vítimas são confirmados pela diretora técnica, que acrescenta que para além destes direitos e apoios ainda faculta o apoio jurídico-legal. A investigação mostra assim, que a casa abrigo não se centra num paradigma de uma intervenção resolutiva, de tirar apenas as vítimas do foco de tensão, mas sim, empoderadora, transformadora e autonomizadora.

É de realçar, aqui a importância de uma intervenção mediadora e transformadora das relações e conceções, capacitadora do desenvolvimento de estratégias sociopedagógicas que ajudem a (re)organização da identidade pessoal, social e cultural para a relação com o outro, ou seja na interculturalidade da vida quotidiana. (Vieira, A. 2013; Vieira, R. 2011; Vieira, A. E Vieira, R.2016).

Quanto ao objetivo, compreender as estratégias de intervenção que a casa abrigo tem implementado para delinear o projeto de vida das vítimas, as reflexões produzidas pelos sujeitos ajudam a compreender que, de um modo geral, a casa abrigo prepara as vítimas para a sua autonomia, incentivando na procura de emprego e posteriormente no arrendamento de uma casa, aconselhando-os nas suas escolhas e apoiando no seu projeto de vida, empoderando-as. Durante a elaboração do projeto de vida, as vítimas parecem fazer parte da construção do seu projeto de vida e podendo participar, de acordo com as suas preferências, sentindo-se protagonistas.

No que concerne ao objetivo: perceber a interação entre as vítimas e os técnicos na construção do Projeto de Vida Futuro, conclui que existe interação entre as vítimas e os técnicos na construção do projeto de vida futuro da vítima, pois os técnicos auxiliam na preparação para a saída da casa, fornecendo os apoios necessários e adequados a cada vítima e estão sempre disponíveis para auxiliar. Percebi, então, que existe interação entre as vítimas e os técnicos na construção do projeto de vida futuro e assim também julgo ter respondido a este objetivo, pois os técnicos da casa preparam as vítimas para a saída, estando sempre disponíveis para auxiliar e prestando todos os apoios, direitos necessários para a construção do projeto futuro. “...ajudaram-me muito...ajudaram-me também com o rendimento social...a Dra trabalha muito nesse sentido do projeto de vida...”. Conclui que estas mulheres se sentem apoiadas, preparadas para um futuro sem violência, recusando todas elas a aproximação aos companheiros agressores. Percebi que as mulheres/vítimas não residentes que entrevistei já são autónomas e têm um projeto de vida estável e que as vítimas residentes parecem estar no bom caminho para se projetarem no futuro. Ainda relativamente a este objetivo, a diretora da casa revela que, a casa abrigo acolhe voluntariamente mulheres vítimas que permanecem na casa por vontade própria, cumprindo o regulamento.

Em relação ao objetivo: auscultar de que forma a casa abrigo prepara as vítimas para a construção do seu projeto de vida futuro, conclui que de um modo geral, a Casa Abrigo prepara as vítimas para a sua autonomia a nível pessoal e a nível económico incentivando na procura de emprego e posteriormente no arrendamento de uma casa. A casa abrigo, conjuntamente com cada mulher, delinea um projeto futuro dinâmico e que pode ser alterado em benefício da vítima de acordo com as suas preferências ou adaptação, permitindo à vítima participar no processo. Em suma, a casa prepara com vários tipos de apoios, contribuindo para o aumento da confiança, da autoestima e autonomia da vítima.

Quanto ao objetivo: perceber o que faz a casa abrigo para empoderar as vítimas na construção do seu projeto futuro, percebi que a casa abrigo tenta capacitar e promover competências para promover a inserção profissional dos sujeitos na vida ativa, trabalhando com a mulher competência pessoais de empoderamento, promovendo a sua autonomização para, deste modo, facilitar a sua vida aquando da saída da casa. É elaborada uma Ficha de Ligação para que os serviços da casa continuem a acompanhar e a fornecer o apoio técnico a estas mulheres. As mudanças na legislação e as medidas protetoras salvaguardam os direitos das vítimas e conseqüentemente criam ferramentas para utilizarem no seu futuro, nomeadamente sentirem-se mais seguras, sendo ainda possível promover apoio financeiro em caso de necessidade.

A proteção dos direitos das vítimas e a salvaguarda do seu bem-estar psicológico, físico e social são, pois, princípios norteadores de qualquer intervenção a desenvolver. É então necessário prevenir e definir estratégias e intervenções adequadas a este contexto. A verdade é que já se fizeram muitas mudanças legislativas, ao nível da violência doméstica, mudanças por exemplo de maior especialização e formação dos técnicos que trabalham na intervenção, diversas campanhas de informação e prevenção, diversos planos de combate e irradiação, mas ainda é preciso fazer muito. É fundamental uma intervenção urgente em vários níveis, no sentido de mudar mentalidades, valores e preconceitos, com vista a tal prevenção e proteção dos direitos das vítimas, propriamente ditas e das vítimas secundárias, de modo a conseguir-se diminuir o elevado número de mortes e problemas secundários, pois trata-se de um problema de saúde pública.

É essencial a sociedade assumir que a violência doméstica resulta de vários fatores, entre eles, comportamentos aprendidos no processo de socialização. É necessário mudar as mentalidades, iniciando a formação sobre os papéis de género no ensino pré-escolar, apostando na prevenção. É necessário nas nossas casas ensinarmos os nossos filhos a desconstruir estes papéis. É imprescindível terminar com uma intervenção de “fim de linha” (Vieira, A., 2013), cortando com a ideia de identidade pré-estabelecida e coisificada, assente numa visão essencialista que não contextualiza comportamentos e não opera transformações (Vieira R., 2009). Neste sentido, a casa abrigo parece contribuir para a transformação/empoderamento de cada uma das mulheres/vítimas que a ela recorre.

Constatou-se, então, que as práticas de mediação intercultural na casa de abrigo são muito importantes, pois é necessário empoderar as vítimas para a sua transformação

para conseguirem com mais facilidade ser donas das suas vidas e serem parte integrante do seu projeto de vida. Deste modo, observei várias intervenções da diretora técnica de modo a auxiliar e orientar as vítimas para o seu projeto de vida, mas nunca esquecendo que elas é que são parte integrante e que era sempre a sua vontade que primava no processo. Observei, também, em algumas situações de conflito entre duas vítimas, a intervenção da diretora técnica que era sempre no sentido de facilitar a inter-relação e intercompreensão entre as duas, com o objetivo do entendimento e fortalecimento de laços. Também Torremorel (2008, p. 8) aponta a mediação enquanto prática capaz de transformar, como uma “ponte social para um futuro mais humanizado”. Falo da mediação como uma intervenção interinstitucional de caráter preventivo de modo a trazer conhecimento e transformação nas pessoas envolvidas. Falo da mediação como auxílio na transformação do Eu para o Nós para atingir uma melhor perceção do Eles, numa simbiose de empoderamento das vítimas para as potenciar na construção do seu projeto de vida futuro. Assim, a investigação mostra que a casa procura, de algum modo, autonomizar a mulher/vítima implicando-a, de modo ativo, na elaboração do seu projeto de vida. Assim, o Plano Individual de Intervenção que é delineado com e para cada uma, atende às suas necessidades, desejos e às expectativas para o seu futuro. Este plano é reavaliado mensalmente com a vítima com a ajuda dos técnicos podendo sempre ser reconstruído. Quanto ao objetivo: compreender até que ponto as vítimas são parte integrante do processo de construção do seu projeto de vida, concluí que, a mulher/vítima pode intervir a qualquer momento na decisão do seu projeto de vida e é parte integrante e fundamental na delineação do seu projeto de vida futuro.

Em nota conclusiva importa dizer que na minha opinião, deve-se proceder à formação e sensibilização para problemática da violência doméstica, começando no ensino pré-escolar de forma a prevenir/sensibilizar, desde cedo, tenra idade. Urge educar os nossos filhos, sejam meninos ou meninas de igual forma, promovendo a igualdade de género, de modo a desenraizar os aspetos culturais que vão atravessando gerações. Parece-me fundamental, como já referi, que exista um técnico nos departamentos policiais que fosse o elo de ligação com os departamentos judiciais que fizesse uma avaliação de risco de violência conjugal, para cada processo de violência doméstica. Assim, poder-se-ia diagnosticar precocemente, por um lado, a probabilidade de existir um homicídio e, por outro, prevenir e definir o padrão mais violento, mais coercivo. Estou a referir-me ao padrão reportado pelas mulheres que entrevistei para esta investigação, de forma a auxiliar o sistema judicial e a fazer a distinção do perigo existente para que o sistema

judicial pudesse aplicar as sanções mais adequadas e, também, para sugerir mais rapidamente a integração da vítima em casas abrigo antes da fase do «ataque violento». Neste sentido, vou novamente ao encontro à teoria de Johnson (2011) quando acha que o sistema judicial deve aplicar sanções adequadas aos adultos, talvez assim, se evitassem algumas mortes neste tipo de crime.

Relativamente à pergunta principal reconheço que não conseguiu ser totalmente respondida uma vez que tal implicaria mais tempo para realizar novas entrevistas a estas mulheres/vítimas e aos técnicos da casa, o que espero poder vir a fazer em trabalhos futuros, uma vez que o prazo/tempo desta investigação terminou.

Termino, assim, com a vontade de aprofundar e alargar a investigação às outras 38 casas de abrigo que existem em Portugal, talvez para uma investigação de doutoramento, no sentido de compreender se as outras casas abrigo que também preparam as vítimas para a construção de um novo projeto de vida futuro das mulheres vítimas de violência doméstica, que acolhe ou se só apenas ficam pela função resolutiva do problema, ou seja, tirar as vítimas do contexto da violência e fornecer-lhe um abrigo. Fica o desafio...

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2008). *Mediación Intercultural: una propuesta para la formación*. Madrid: Editorial Popular.
- Abdallah-Preteceille, M. (1999). *L'éducation Interculturelle*. Paris: Puf.
- Abrahams, H. (2007). *Supporting Women after Domestic Violence: Loss, Trauma and Recovery*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Alarcão, Madalena (2002). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra. Quarteto Editora.
- Aldred, P. & Biglia, B. (2015). *Gender-Related violence and young people: An overview of Italian, Irish, Spanish, UK and EU Legislation*. *Children & Society*, 29, 666-675.
- Almeida, H. (2001). *Conceptions et Pratiques de la Médiation Social. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. Coimbra: Fundação Bissaya-Barreto e Coimbra Editora, Lda.
- Amado, J., Silva, C. (2013). *Investigação qualitativa, em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (Coord.) (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- APAV, A. P. (2007). *Estatísticas APAV - relatório anual 2006*. Lisboa: APAV.
- APAV, A. P. (2010). *Manual Alcipe - para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Lisboa: APAV.
- APAV, A. P. (2013). *Estatísticas APAV - relatório anual 2012*. Lisboa: APAV.
- Auger, N. (2003). Les représentations interculturelles dans des manuels de français langue étrangère en usage dans l'Union Européenne. In M.-C. Garabato; N. Auger; P. Gardies & E. Kotul (orgs.), *Les représentations interculturelles en didactique des langues-cultures. Enquêtes et analyses*. France: L'Harmattan, 35 - 71.
- Baptista, I., Silva, A. P., Silva, M. J. & Neves, V. (2003). *Violência: Trajectórias institucionais de reinserção*. CESIS.
- Baptista, I. (2006). Problemas, dilemas e desafios éticos na intervenção sócio-educativa. In Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, *Actas do Encontro de Intervenção Social: Saberes e Contextos*, Instituto de Educação/Universidade Católica Portuguesa, Porto (pp. 61-73). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação - Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Gradiva.
- Boavida, J. & Amado, J. (2006). *Ciências da Educação: Epistemologia, Identidade e Perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bochner, A. & Ellis, C. (2000). *Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Research as subject*. In *Handbook of Qualitative Research*.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brecht, B. (1997). *Antologia Poética*. São Paulo. Editora Edil.

- Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Caria, T. (Org.). (2003). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Caridade, S. (2011). *Vivências violentas. Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Clifford, J. A. (2002). *Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), (2016). *Guia de Requisitos mínimos de intervenção em situações de violência doméstica e violência de género*. Lisboa: CIG.
- Connel, R.W. (2015). *Género. Uma Perspectiva Global*. Brasil: nVersos.
- Conselho da Europa (2008). *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural*. «Viver Juntos em Igual Dignidade».
- Correia, A. & Sani, A. (2015). As casas de abrigo em Portugal: Caraterização estrutural e funcional destas respostas sociais. *Análise Psicológica*, 1, 89-96.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Dias, A. R. C. & Machado, C. (2008). Género e violência conjugal- Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4 (XXVI), 571-586.
- Dias, I. (2000). A violência doméstica em Portugal: contributos para a sua visibilidade. Comunicação apresentada ao *IV Congresso Português de Sociologia*, FEUC, Coimbra.
- Dias, Isabel (2004). *Violência na família, uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dias, Isabel (2010). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento.
- Dias, Isabel (2013). *(Con)viver com a violência doméstica: fatores de risco e impacto sobre as crianças*. Rediteia.
- Dutton, D.G. (2006). *Rethinking Domestic Violence*. Vancouver, BC: UBC Press.
- Dutton, D.G. & Nicholls, L.T. (2005). The Gender Paradigm in Domestic Violence: *Research and Theory*. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 680-714.
- Esteves, António Joaquim (1991). A família numa sociedade em mudança. *Revista Sociologia*, 1, 79-100.
- European Union Agency for Fundamental Rights (FRA) (2014). *Violence against Women: na EU-wide survey*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2017-easy_read-violence-against-women_en.pdf
- Faria, S. & Vieira, R. (2016). Epistemologia e Metodologia em Mediação e Ciências Sociais. In Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira, A. e Margarido, C. (orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* Porto: Edições Afrontamento, pp. 105-124.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. 10(2). In *Psicologia: reflexão e crítica*, pp. 379-394.

- Fernandes, J. (2003). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica In Caria, T. (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* Porto: Edições Afrontamento, pp. 23-40.
- Flandrin, Jean-Louis (1992). *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa, Estampa.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença.
- Giménez, C. (1997). La naturaleza de la mediación intercultural. *Revista Migraciones*, 2. Universidad Pontificia de Comillas.
- Giménez, C. (2010). *Mediação Intercultural*. Lisboa: ACIDI.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gonçalves, R. (2004). Agressores conjugais: Investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, pp. 541-558.
- Graça, D. D`Anjos (2016). Violência baseada no Género: uma violação dos Direitos Humanos In M. de La Paz Ballesteros, A.M. Ramírez & P. G. Rodriguez (Eds.), *Pasado y Presente de los Derechos Humanos* Madrid: Catarata, pp.427-437.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Princípa.
- Héritier, F. (1999). O eu, o outro e a tolerância In Changeaux, P. *Uma mesma ética para todos?* Lisboa: Piaget, pp 109-119.
- Jares, X. R. (2002). *Educação e conflito: guia de educação para a convivência*. Porto: Asa.
- Jares, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições.
- Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: two forms of violence against woman. *Journal of Marriage and the Family*, 57, pp. 238-294.
- Johnson, M. P. (2011). Gender and types of intimate partner violence. A response to an anti-feminist literature review. *Agression and Violent Behavior*, 16, 289-296.
- Kuhn, T. S. (1977). *La Estructura de las Revoluciones Científicas*. Madrid: Fondo de cultura Económica.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género – Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa:CIG.
- McPhail, B. A., Busch, N. B., Kulkarni, S., & Rice, G. (2007). An Integrative Feminist Model. The Evolving Feminist Perspective on Intimate Partner Violence. *Violence Against Women*, 13 (8), pp. 817-841.
- MAI (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna 2015*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna. Disponível em [http://www.ansr.pt/instrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202015.pdf](http://www.ansr.pt/instrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202015.pdf).
- MAI (2016). *Violência Doméstica – 2015. Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Marques, M. (2010). *Análise e Incidência da Problemática do Crime de Violência Doméstica na cidade de Pombal*. Pós-Graduação em Psicologia Criminal e Formação em Cidadania, não publicado. Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria. Leiria.

- Melano, M. (2001). *Un Trabajo Social para los nuevos Tiempos*. Buenos Aires: Lumen Humanitas.
- Montenegro, M. (2008). *O Projecto Nómada e a Mediação*. In Actas do XVI Colóquio AFIRSE/AIPELF.
- Nações Unidas (1993). *Declaração e Programa de Acção de Viena, adotados a 25 de junho de 1993 pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 14-24 de junho de 1993*. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/decl-prog-accao-viena.html>.
- Neves, S. & Costa, D. (2017). *Violências de Género*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Oliveira, R. C. D. (2000). *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP.
- Pais, J. (2006). *Nos rastros da solidão: Deambulações sociológicas*. Porto: Ambar.
- Paulino, M. & Rodrigues M. (2016). *Violência Doméstica Identificar - Avaliar – Intervir*. edição: Lisboa: Prime Books.
- Peixoto, A. (2002). *Vozes de mulheres que passaram pela experiência de acolhimento numa casa abrigo. Relatório de estágio não publicado*. Braga: Universidade do Minho
- Peres, A. (1999). *A Página da Educação*, 83.
- Peres, A. (2006). *Educação Intercultural E Formação Professores*. In Bizarro, R. (Org.), *A escola e a diversidade cultural: multiculturalismo, interculturalismo e educação*. Porto: Areal Editores.
- Pimentel, L. (2009). Quando a Solidão está no Meio da Multidão: o Papel dos Assistentes Sociais no Desenvolvimento de Estratégias de Articulação entre Famílias e as Instituições de acolhimento a pessoas idosas. *Intervenção Social*, Lisboa, Lusíada, [S.l.](35), pp. 243-249.
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2010). *CEDAW: O estado da Arte em Portugal*. Lisboa. CIG.
- Prazeres, V. (2014). *Violência Interpessoal. Abordagem, Diagnóstico e Intervenção Nos Serviços de Saúde*. Lisboa: Gráfica Comercial.
- Preteceille, E. (1999). *Division sociale et services urbains*. Vol. I: Inégalités et contrastes sociaux en Ile-de-France. Paris: CSU.
- Preteceille, M. (2017). *L'Éducation Interculturelle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Coimbra: Serviço de Violência Familiar Hospital Sobral Cid e Centro Hospitalar e Universidade de Coimbra*.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Manual SARAR: SINALIZAR, APOIAR, REGISTAR, AVALIAR, REFERENCIAR. Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área*. Coimbra: Serviço de Violência Familiar Hospital Sobral Cid, Centro Hospitalar e Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, S. (2016). *O Lado B da Violência. Agressores Conjugais, Que Planos de Intervenção?*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto

- Politécnico de Leiria: Dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social.
- Richards, L.; Letchford, S. & Stratton, S. (2008). *Policing Domestic Violence*. Oxford: University Press.
- Scott, Joan W. (1995). Género: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, , pp. 71-99.
- Silva, A.B: et al; (2017). *Violências de Género*. Lisboa: Edições ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silva, L. F. (2001). *Ação Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, P. (2003). *Etnografia e Educação – Reflexões a Propósito de uma Pesquisa Social*. Porto: Profedições.
- Silva, P. (2009). Ethnography: a method on the razor's edge. *Problemy Wczesnej Edukacji / Issues in Early Education*. 2(10), pp. 46 - 64.
- Silva, P. (2014). *Escolas, meios populares e mediação sociocultural*. In Burgos, M. (coord.) *A Escola e o Mundo do Aluno – Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Six, J. (1990). *Les temps des médiateurs*. Paris: Le Seuil.
- Stoer, S.; Cortesão, L. (1999). *Levantando a Pedra - Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Afrontamento.
- Torremorrell, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.
- UMAR (2016). *OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR: Dados 2015*. Lisboa: UMAR. Disponível em http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2016/Relat%C3%B3rio_Final_OMA_2016.pdf
- Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.
- Vieira, A. M. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans) formações*. Leiria: Profedições.
- Vieira, C. & Amado, J. (2010). *Notas sobre a mediação de conflitos em contexto escolar*. Universidade de Coimbra.
- Vieira, R. (2003). *Vidas revividas: etnografia, biografias e a descoberta de novos sentidos*. In Caria, T. (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* (pp. 77-96). Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R. (2009). *Identidades pessoais: Interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Vieira, R. (2011). *Educação e diversidade cultural: Notas de Antropologia da Educação*. Porto: Edições Afrontamento e CIID/IPL.
- Vieira, R., & Vieira, A. (2014). Entrando no interior da escola: etnografia e entrevistas etnográficas. *Revista Contemporânea de Educação*, pp.1-18.
- Vieira, R., & Vieira, A. (2016). Mediações Socioculturais: Conceitos e Contextos In Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Margarido, C. (orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 27-56

- Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. & Margarido, C. (orgs.) (2016). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R.; Marques, J.; Silva, P.; Vieira, A. & Margarido, C. (orgs.) (2017). *Conceções e Práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R. Margarido, C., Mendes, M. (Orgs.), *Diferenças, Desigualdades, Exclusões e Inclusões* Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A. e Margarido, C. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar for para mediar e intervir*. Porto: Afrontamento.
- Wilcox, k. (1993). *La Etnografía Como Una Metodología E Su Aplicación Al Estudio De La Escuela*. Madrid: Editora Trotta.
- Woods, P. (1987). *La Escuela por Dentro. La Etnografía en la Investigación Educativa*. Barcelona: Paidós/MEC.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods Thousand Oaks, CA: SAGE Publications*.
- YIN, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos. 2 ed.* Porto Alegre: Bookman.

LEGISLAÇÃO

Decreto Regulamentar nº 2/2018 de 24 de janeiro. Regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

Decisão quadro 2001/220/JAI do Conselho da União Europeia, de 15 de março de 2001 (relativa ao estatuto de vítima em processo penal).

Declaração e Programa de Ação de Viena – Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 14-25 junho 1993.: Portal do Direito Internacional.

Recomendação Rec (2002) 5, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 30 de abril de 2002, sobre a proteção de mulheres contra a violência.

Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2007, DR I 22-06-2007 (aprova o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género 2007-2010).

Resolução do Conselho de Ministros 83/2007 DR I 22-06-2007 (aprova o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2007-2010).

II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006).

III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010).

IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013).

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, (2014-2017).

Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2003, DR I 07-07-2003 (aprova o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2003-2007).

Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2007, DR I 22-06-2007 (aprova o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género 2007-2010).

Resolução do Conselho de Ministros 83/2007 DR I 22-06-2007 (aprova o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2007-2010).

Resolução da Assembleia nº 4/2013. (Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011, aprovada em 14 de dezembro de 2012.

Resolução do Conselho de Ministros 102/2013 DR I 31-12-2013 (Aprova o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017).

Resolução do Conselho de Ministros 139/2019 DR I 19-08-2019 (aprova medidas de prevenção e combate à violência doméstica).

Lei 51/2007, de 31 de agosto (objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2007 a 2009).

Lei 61/91 de 13 de agosto (garante proteção adequada às mulheres Vítimas de violência).

Lei 104/2009, de 14 de setembro (aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica).

Lei 112/2009, de 16 de setembro (estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e assistência das suas vítimas e revoga a Lei 107/99 de 3 de agosto e o Dec. Lei 323/2000 de 19 de dezembro).

Lei 129/2015, de 03 de setembro (Terceira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e assistência das suas vítimas).

Art. 152.º do Código Penal Português.

Código Penal de 1982 Versão consolidada posterior a 1995 (versão atualizada) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro).

FONTES ORAIS

Maria A. – vítima residente na Casa Abrigo, 48 anos

Maria B. – vítima residente na Casa Abrigo, 53 anos

Maria C. – vítima não residente, 60 anos

Maria D. – vítima não residente, 39 anos

Sandrina - Diretora Técnica da Casa Abrigo, 45 anos

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – MODELO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Consentimento Informado

Maria Madalena Ferreira Marques

Pombal, janeiro de 2019

Exma. Dra. Sandrina Mota, Diretora Técnica da Casa de Abrigo Teresa Morais

Eu, Maria Madalena Ferreira Marques, aluna do curso de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, orientada pelo Professora Doutora Ana Maria de Sousa Neves Vieira, venho desta forma solicitar à Associação de Pais e Educadores Para a Infância, com vista à elaboração futura da minha dissertação de Mestrado, que me seja concedida autorização para identificar a vossa instituição através da sua designação, bem como para recolher dados e efetuar a publicação dos mesmos no meu trabalho final.

A investigação inclusa nesta dissertação incidirá na observação visando compreender de que modo é que a Casa de Abrigo Teresa Morais contribui para a construção de um novo projeto de vida futuro das mulheres vítimas de violência doméstica que acolhe, não esquecendo as opiniões e comportamentos dos sujeitos em estudo. Tenho como intenção realizar um estudo com a sua metodologia etnográfica, recorrendo à observação direta e observação direta participante, e a entrevistas individuais com cariz etnográfico e etnobiográfico, como “conversas narrativas”, bem como a entrevistas semiestruturadas.

Sublinho que a todos os sujeitos, a quem for recolhida informação, será deferido o direito do anonimato, do mesmo modo que será solicitada uma autorização individual a cada participante deste estudo.

Agradeço desde já toda a atenção e colaboração que possa dispensar.

Com os melhores cumprimentos,

Autorizou o Pedido

(Diretora Técnica)

Nota: Documento redigido em duplicado. Após assinaturas, será entregue um exemplar à Diretora Técnica da Instituição.

APÊNDICE 2 - CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO

Consentimento Informado

A presente entrevista insere-se no âmbito do mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, lecionado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Com ela pretendo compreender e interpretar a compreensão, as opiniões, os comportamentos dos sujeitos participantes na investigação.

Toda a informação recolhida será tratada de forma confidencial e anónima e irá constar de um trabalho de investigação em forma de dissertação.

Ao assinar este documento, concordo e aceito participar neste estudo.

Data: 14/06/2019

Assinatura da Investigadora

Assinatura do entrevistado

Grata pela sua disponibilidade e colaboração!

Nota: Documento redigido em duplicado. Após assinaturas será entregue um exemplar ao sujeito entrevistado.

APÊNDICE 3 – GUIÃO DA ENTREVISTA VÍTIMAS RESIDENTES

GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista a efetuar a vítima residente na Casa de Abrigo Teresa Morais

Data:

Local:

Duração:

1- A Vítima

Idade; estado civil; naturalidade; habilitações literárias; profissão; descendentes; início da violência; tempo de acolhimento.

2- O Crime de Violência Doméstica

O que entende pelo conceito; tipo de violência; existência de mais vítimas no agregado, tipo filhos; duração do crime; apresentação de queixa; suspensão da queixa; tentativa de término do ciclo; regresso ou não para o companheiro.

3- A Casa de Abrigo Teresa Morais

Adaptação; representações da casa; opinião de como é e o que falta; vivência com outras residentes; que tipos de apoio são prestados; opinião das atividades; classificação como resposta para proteção; correspondência às expectativas; sentimento de transformação

4- O Projeto de Vida da Vítima

O que faz a casa para a preparação; faz parte integrante do projeto; transformação e intervenção no projeto; apoios dos técnicos da casa; diferença no comportamento; visão do antes e do agora; sente-se diferente e preparada para sair.

APÊNDICE 4 – GUIÃO DA ENTREVISTA VÍTIMAS NÃO RESIDENTES

GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista a efetuar a vítima que já residiu na Casa de Abrigo Teresa Morais

Data:

Local:

Duração:

1- A Vítima

Idade; estado civil; habilitações literárias; profissão; descendentes; início da violência.

2- O Crime de Violência Doméstica

O que entende pelo conceito; tipo de violência; existência de mais vítimas no agregado, tipo filhos; duração do crime; apresentação de queixa; suspensão de queixa; tentativa de término do ciclo; regresso ou não para o companheiro.

3- A Casa de Abrigo Teresa Morais

Adaptação; representações da casa; como auxilia; tipos de apoio prestados; opinião sobre as atividades; classificação como resposta para proteção; correspondência às expectativas; transformação na pessoa; motivação para início de um novo começo

4- O Projeto de Vida da Vítima

O que fez a casa para a preparação do recomeço; fez parte integrante do projeto futuro; transformação e intervenção no projeto; apoios dos técnicos da casa; diferença no comportamento; visão do antes e do agora; sente-se diferente e preparada para não voltar à violência; estado de vida atual (vida pessoal e familiar)

APÊNDICE 5 – GUIÃO DA ENTREVISTA DIRETORA TÉCNICA

GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevista Semiestruturada

Entrevista a efetuar a Diretora Técnica da Casa de Abrigo Teresa Morais

Data:

Local:

Duração:

1- A Diretora Técnica

Nome; idade; estado civil, naturalidade, formação; experiência na função; número de vítimas que estão na casa em acompanhamento com e sem filhos; entendimento do conceito de violência doméstica

2- A Casa de Abrigo Teresa Morais

Missão; requisitos na admissão e permanência; estrutura da casa; duração da permanência; preparação para saída

3- Mudanças

Alterações das Políticas Sociais, da Legislação da Violência Doméstica e da Rede de Casas de Abrigo; mudanças no empoderamento das vítimas; mudanças no funcionamento das casas abrigo e nas vítimas

4- Acolhimento da Vítima

Como chegam à casa; qual o encaminhamento/acolhimento; perfil típico; quais as motivações; participação nas funções da casa

5- O Projeto de Vida da Vítima

Como é delineado; quem faz parte da elaboração; duração; como é avaliado; taxa de sucesso; como se reajusta e quem pode intervir e participar

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A MARIA A. (RESIDENTE)

Entrevista a vítima residente na Casa de Abrigo Teresa Morais – Transcrição Maria A.

Data: 13-07-2019

Local: casa abrigo

Duração: 15H30 às 17H30 – 2 H

Dados Pessoais da Entrevistada

Idade: 48

Naturalidade: natural da Moldava

Estado Civil: divorciada

Habilitações Literárias: ensino superior, licenciatura

Profissão: educadora infantil

Tempo na casa: 1 ano e 4 meses

Entrevistador - O que entende por violência doméstica?

Entrevistado - Estupidez. Um mau pensamento de homens e um amor mais grande para com os outros do que para família e para a vida. Não entendo o valor de família, de mulher, de crianças, não sabem o que significa amor. Amor só se fala de boca, mas sentir mesmo amor é muito difícil para eles. Os homens são egoístas, parecem umas crianças. É uma atitude incorreta para a família. O importante devia ser respeito, amor, sentimentos, antigamente era outra educação, agora com esta liberdade, tudo no mundo mudou.

Entrevistador - Fale-me sobre a origem, início dos maus tratos, que tipo foi vítima e se existiram outras vítimas, como por exemplo filhos?

Entrevistado - Namoramos 3 dias e ele foi muito meiguinho comigo. Começou-me a bater no primeiro dia de casamento. Já o pai dele era muito violento. O meu sogro disse-me, como foi eu, nunca repitas o que eu passei. O meu marido andava com mulheres,

bêbedo, eu não fui preparada para o meu casamento. Eu tinha tudo, era única filha, a minha família era de nível médio alto, tinha carro, casa, dinheiro. Ele era da aldeia e muito diferente de mim. Eu casei-me com 17 anos. Ele para mim era tudo. Ele batia-me muito, podia chegar às 2, 3 da madrugada e batia –me muito. Não se importava com vizinhos, que os vizinhos ouvissem. Estive casada 30 anos.

Entrevistador - Quando e como tentou por fim a esta situação?

Entrevistado - Eu tentei no fim de casar, depois de 15 anos comecei a preparar os documentos para divorciar, mas pediu desculpa, chamou os meus pais pediu desculpa aos meus pais e fizemos as pazes. Após este recomeço, durante 5 anos não bebia nada, não se metia com mulheres, foi o período mais feliz, mas depois pouco a pouco começou a beber, mas como era mais velho já me batia no corpo de forma a não deixar marcas. Mais tarde saiu de casa mas regressou a pedir desculpa que estava arrependido, e...que...estava triste por não estarmos juntos. Voltamos outra vez. Nestes últimos 4 anos começou a beber mais, a ficar mais agressivo, a ter mais amigos da mesma nacionalidade, moldava e cada ano que passava piorava. Ele tinha outra mulher e eu descobri. Tudo piorou.

Entrevistador - Conte-me se apresentou queixa, se a retirou e se regressou para o agressor?

Entrevistado - Só apresentei queixa quando vim para aqui, para a casa de abrigo. Ele aterrorizava-me. Ele de propósito comia na mesa de boca cheia e deixava cair o comer no chão para eu implicar e limpar. Nunca retirei a queixa e desde esse momento nunca mais voltei para ele. Desde que estou na casa de abrigo, há um ano e quatro meses que já não falo com ele. Desta vez acabou, não me interessa. O meu João não quer saber dele. Desde que estou na casa de abrigo, só o vi uma vez e foi no tribunal para regular as medidas parentais.

Entrevistador - Como chegou à casa de abrigo?

Entrevistado - Vim da casa de emergência de Faro, depois mandaram-me para uma casa de Sines, mas como não tinha condições para mim e para o meu filho e para ficarmos mais longe porque vivíamos em Portimão, enviaram-nos para esta casa.

Entrevistador - O que é para si a Casa de Abrigo Teresa Morais? Corresponde às suas expectativas? O que espera da casa?

Entrevistado - É um refúgio, foi um refúgio e um local mais calmo para eu pensar e meter na balança os trinta anos de casamento. Aqui abriram-me os olhos para a vida, aqui com calma, já fico mais calma. O medo não passa claro, mas a casa fez-me entender que fiz um grande erro na vida, que devia ter saído da relação há mais tempo, mas por vergonha, da forma como eu cresci com os meus familiares...fiquei com ele trinta anos, quando apareceu o João a minha vida mudou e pensei que ele também mudava e deixava de me bater. Mas ele nem se interessou pelo filho. Não tinha valores. Eu era a escrava tratava da roupa da comida, cuidava do filho...mas a relação humanista, onde estava? Não havia nada. Ele saía de casa bêbedo, bebia mais uma cerveja e às vezes levava o filho atrás todo bêbedo. Nestes passeios que às vezes fazíamos para parecermos uma família, até nestes passeios se embebedava e trazia problemas da rua para casa. Era conflituoso. Até o filho já lhe pedia para não se embebedar e não arranjar problemas para casa. O João numa briga teve que se colocar à frente do pai para não me bater e foi nesta vez que nunca mais quis nada com ele e chamei a polícia e levaram-me para uma casa de abrigo. Foi bom ter vindo para aqui. É difícil... É muito difícil...

Entrevistador - Como foi a sua adaptação à casa?

Entrevistado - Foi boa. Foram muitas novidades. Claro que no início não gostei. Foi difícil, mas é melhor assim, do que ficar em casa. Eu não tenho amigos aqui. Sou Moldava. A Dra. da casa diz-me que era melhor eu fazer a vida aqui porque o João já está na escola aqui e uma transferência para outro país é muito difícil. Não sei. Não sei. As outras mulheres conhecem pessoas, têm amigos, familiares aqui. Eu só tenho o meu João. Eu não sou desta realidade. Estou sozinha. Agora estou à espera de casa social. Já fiz algumas compras para minha casa, tenho que tratar do filho que é inteligente, doce, senão fosse o João eu não saía de casa.

Entrevistador - O que acha da casa e o que faz falta na casa?

Entrevistado - Não vejo falta. Há projetos para melhorar. Temos tudo. Todas falam de proteção, mas as próprias mulheres não fazem a sua proteção. O que faz falta é as mulheres terem mais respeito umas com as outras.

Entrevistador - Acha que é uma boa resposta para sair da violência e entrar numa nova etapa da vida?

Entrevistado - Sim, são boas. São boas, Podem ser todos os dias iguais, para nós é verdade, todos os dias são iguais, mas temos uma esperança, de quem quer mudar e para tentar fazer uma outra vida, é muito difícil, mas quem quer mudar, consegue. Aqui dá te tempo de pensar em tudo, mas tens que querer de mudar, de alterar. Se já saí de casa, rompe tudo. Esta casa é bom para isso, romper com a situação. Ele de um lado e tu de outro. Dá tempo para pensar. Tem que se desligar com o agressor e querer mudar, senão a casa não ajuda porque se vai voltar ao mesmo. Eu na altura, tirei o cartão do telemóvel e rompi mesmo com o que tinha quando entrei para esta casa. Foi muito difícil..., pânico, crise de nervos e tudo ..., mas agora sinto que estou melhor.

Entrevistador - Fale-me sobre o que acha do apoio prestado pela direção técnica e pelas colaboradoras da casa?

Entrevistado - São boas. Existem conflitos é claro, mas elas entendem a nossa situação e nós temos que entender que é uma passagem. Mas também tem que entender que existem regras na casa e na vida também temos regras. Trabalhar na casa não é fácil, porque somos todas diferentes.

Entrevistador - Quais são os meios utilizados para apoiar a vítima a nível económico, psicológico e até na procura de emprego?

Entrevistado - Aqui são boas, Eu não trabalho, mas no geral as outras trabalham. Depende de caso para caso, mas a diretora ensina e ajuda a tratar dos documentos para pedir apoio económico. Temos psicólogo, se queremos falar, temos o horário do psicólogo e ele ajuda-nos. A casa ajuda na procura de emprego, vai dizendo onde estão

a pedir ofertas e pergunta às mulheres, quem quer, quem quer trabalhar. Ou se houver trabalho noutra área de outra casa pode-se fazer transferência da mulher para arranjar emprego noutra área.

Entrevistador - Fale-me sobre o que acha das atividades que a casa desenvolve e se são do seu agrado?

Entrevistado - Para mim é um passatempo, aprendi muitas coisas, eu fazia também no meu trabalho para a cabeça não pensar tanto. Gosto das atividades mais de trabalho manual. Não entra tanta porcaria na cabeça.

Entrevistador - Globalmente, considerando todos os aspetos, está satisfeita com a casa ou mudava alguma coisa?

Entrevistado - Nunca pensei nisso. Não mudava nada. Mudava, fazia um parque para crianças atrás da casa. Mais de resto não mudava nada. Mudar o quê? Não mudava nada.

Entrevistador - Sente que a estadia na casa a está a transformar e de que forma sente essa transformação? Sente-se uma pessoa diferente? Como?

Entrevistado - Olha sinto-me mais calma, mais forte, capaz de tudo, sou calma, estou calma. Só calma. É verdade. Já posso conversar livre com o meu filho. Mais calma.

Entrevistador - Gosta daquilo que lhe dizem sobre o seu novo projeto de vida futuro?

Entrevistado - Sim, gosto muito. Arranjaram-me uma casa para eu ir viver com o meu filho. Já assinamos os papeis da habitação social em Caldas da Rainha. Vou fazer o meu projeto de vida noutra cidade, ajudaram-me muito. Empregos não me poderão ajudar ainda porque eu estou com um problema de saúde. Ajudaram-me também com o rendimento social. Agora espero mais uma resposta de assistência de terceira pessoa para ajudar o João pois tem uma deficiência.

Entrevistador - A casa abrigo delineia um projeto de vida futuro para cada vítima? O que faz?

Entrevistado - Cada caso é um caso. A mim fizeram medicina, trataram do meu processo de saúde, trataram de ter casa, ajudaram com o João, ajudaram no processo das responsabilidades parentais, do processo do divórcio, do processo de violência. Ajudaram-me com muitos subsídios para o meu projeto de vida. Eu não preciso mais de nada.

Entrevistador - Como é que a vítima faz parte deste projeto e pode intervir e alterar o rumo do projeto?

Entrevistado - Eu não sei. Eu penso que sim. Bem, também não tinha amigos, não tinha ninguém por isso aceitei sempre o que me queriam ajudar. Esta ajuda é toda boa para mim. Aqui ajudaram-me e a mim chamavam-me sempre sobre as ajudas. Eu e o João não temos outra solução. João já está no 7º ano, só o tenho que mudar de escola para ir para outra escola. Mas para mim, isto é indiferente porque ele vai conhecer novos amigos. Aqui eu tive alguém comigo ao lado a ajudar-me.

Entrevistador - Como é que a casa prepara as vítimas para saírem da casa e terem uma nova vida?

Entrevistado - Sempre com conversas com Dra, com psicólogo, chama de vez em quando para planearmos, do género o que estamos a pensar, ou o que queremos para a nossa vida. É chamar-nos para saber, mas nós também podemos pedir conselhos e está sempre aberta para falar connosco. Isto não é uma prisão...queres falar, entra e fala, se não queres falar com a Dra., falas com uma auxiliar, mas com os projetos de vida fala-se com a Dra, podes bater na porta e entrar, a Dra trata de tudo, da papelada, do que queremos ou não queremos. Basta uma conversa, um conselho, o que queres...tens que esperar...ou tenta fazer isto...ou tens que fazer assim...aqui, acredita, faz-se trabalho. A Dra trabalha muito nesse sentido do projeto de vida. Cada uma tem uma vida, cada uma tem um processo de saúde, de emprego... somos chamadas e é-nos explicado, mas tudo tem que se calcular.

Entrevistador - Considera que se sente preparada para deixar a casa? Porquê? E se sim, quais as razões?

Entrevistado - Sim, estou preparada. Vai ser melhor. Esta casa foi uma ajuda, um apoio. Já foi muito tempo que estive nesta casa, mas depende sempre da minha situação. Não se esqueça que sou estrangeira e doente, por isso penso que é mais difícil. Digo obrigada a esta casa que me ajudaram. Quero a minha vida, como tive sempre. Não é nada de mal, mas a mulher tem que tratar. Eu sempre fui habituada a tratar de tudo. Já chega de me ajudar, a Dra. me ajudar. Já me ajudou muito.

Entrevistador - Sente que tem ferramentas para construir uma nova vida sem o seu companheiro e sem o apoio da casa? Sente-se transformada na sua maneira de ver, sentir e estar perante a vida em relação à violência?

Entrevistado - Sim, sou capaz e posso. Digo mais uma vez, com 48 anos, sinto me preparada. Com a idade fica pior, mas tudo passa. Começa a voltar a mulher que fui. Eu fui sempre aberta para toda a gente, agora comecei a abrir-me novamente, não para ser vulgar, mas sim, porque já tenho mais confiança em mim, tenho um filho comigo, tenho um grande apoio, este é um grande apoio. O meu filho deu-me força para passar os três primeiros meses aqui na casa. A violência muda... fiquei mais fechada, fiquei calada, tenta não dar importância a muitas coisas, de amor até ao ódio é só um passo. Agora estou mais aberta, mais comunicativa.

Entrevistador - Considera que está preparada para tornar sustentável um projeto de vida sem violência?

Entrevistado - Sim, não deixo ninguém entrar, ninguém me leva para a sua vida. Agora sou eu que tenho de abrir a porta para deixar alguém entrar a minha vida. E gastar o meu resto de vida para outra violência não. É melhor sozinha e com amigos do que com alguém de lado e sofrer outra vez. Tens medo de uma próxima vez. Quem se queimou uma vez, já tem medo de água fria. Tenho feridas grandes no coração e na alma, estas marcas ficaram, não passaram. Mas sim, consigo um projeto de vida sem violência.

Entrevistador - Quais são as suas motivações no seu trajeto futuro?

Entrevistado - De viver feliz e finalmente de ver a minha mãe feliz que sofreu ao meu lado, sem me dizer nada e o meu pai também sofreu muito. Deixar tudo para trás e convidar a minha mãe e viver um pouco com a minha mãe. E o meu filho. Dar-lhe uma vida melhor. Vamos ser mais felizes. Eu sou capaz de ser pai e mãe. O meu filho deu-me muita força, muita, muita. Eu sou orgulhosa por ele. Na escola é um bom aluno. Agora tenho que ajudar o meu filho a abrir-se. A violência em casa também fez com que o meu filho ficasse mais fechado. Agora estamos livres para passear e tudo. Vou chamar a minha mãe e passear.

Entrevistador - Como vê o seu futuro daqui a 5 anos?

Entrevistado - O João acaba a escola, é um homenzinho. Orgulhosa e ajudar a entrar na vida com a perna direita e pedir a Deus para ele um futuro com um destino, o muito bom. Uma cabeça lúcida e uma educação boa. Daqui a 5 anos vejo-me livre de tudo e para estar com mulheres que eu goste, em casa, na rua, ter a minha melhor amiga, chorar e rir, e tudo.

Entrevistador - Muito obrigada pela colaboração.

APÊNDICE 7 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A MARIA B. (RESIDENTE)

Entrevista a vítima residente na Casa de Abrigo Teresa Morais – Transcrição Maria B.

Data: 20/07/2019

Local: casa abrigo

Duração: 3 horas

Dados Pessoais da Entrevistada

Idade: 53 anos

Estado Civil: casada

Habilitações Literárias: 4º ano de escolaridade

Profissão: desempregada

Tempo na casa: 3 meses

Entrevistador - O que entende por violência doméstica?

Entrevistado - É bater, é tratar mal por palavras e várias coisas, ... sei lá... olhe muitas coisas coisas, etc...

Entrevistador - Fale-me sobre a origem, início dos maus tratos, que tipo foi vítima e se existiram outras vítimas, como por exemplo filhos?

Entrevistado - Cada vez que andava com o copito, batia-me e depois queria ir para a vida sexual, procurava-me...entende? e eu rejeitava e as coisas tornavam-se mais violentas, ele batia-me, mesmo sem ser isso, ultimamente já batia por tudo e por nada. Era só cheiro a bebida e tabaco, mesmo sem estar com os copos era muita vez agressivo. Ele obrigava muita vez a ter relações sexuais sem eu ter vontade, muito violento. Até com pratos me chegou a mandar para as costas, senão lhe agradasse o comer metia tudo para o lixo e até me deu com o comer na cara. Agressões físicas, psicológicas, sexuais. Eu gastava pouco dinheiro mas ele nunca me proibia de sair de casa, mas batia-me tanto.

Entrevistador - Quando e como tentou por fim a esta situação?

Entrevistado - Tentei por fim a esta situação com a ajuda da minha filha, foi dia 27 de fevereiro deste ano a minha filha estava de férias em minha casa e a minha filha disse se tocares na minha mãe, eu chamo a polícia. Isso aconteceu, a minha filha foi passear o cão e quando chegou estava eu a chorar e então ela foi pedir ajuda a um vizinho e ligaram à polícia. Eu pensava sempre que isto passava, melhor mas cada vez pior, se eu não fizesse isto com a ajuda da filha, eu se calhar já estava morta. Foram uns 20 anos de violência, nunca o deixei por causa dos filhos quando eram pequeninos e depois quando eles saíram de casa, pensei que ele mudasse, mas as coisas pioraram. Foi a minha filha que me ajudou.

Entrevistador - Conte-me se apresentou queixa, se a retirou e se regressou para o agressor?

Entrevistado - No dia que a minha filha me ajudou e veio a polícia, a polícia levou-me e apresentei queixa. Cheguei a Leiria eram 3 da manhã a uma casa de emergência e de lá é que vim para esta casa. Tive lá 13 dias. Estou aqui há 3 meses, fez no dia 13 deste mês 3 meses que estou nesta casa de abrigo. O processo está a correr e não quero tirar queixa, nem voltar para ele. Desde o primeiro dia que nunca pensei em voltar para ele.

Entrevistador - Como chegou à casa de abrigo?

Entrevistado - Fui para a casa de emergência para Leiria e foi a polícia que chamou a Cruz Vermelha que me foi pôr em Leiria e estive 13 dias nessa casa e depois encaminhou-me para esta casa de abrigo.

Entrevistador - O que é para si a Casa de Abrigo Teresa Morais? Corresponde às suas expectativas? O que espera da casa?

Entrevistado - Primeiro é uma casa que nos acolhe, que nos ajuda em tudo aquilo que nós precisamos. Espero que a casa me continue a dar apoio e ajuda no que eu precisar até cá estiver e sim, corresponde às minhas expectativas, porque eu já estava mais ou menos informada como funcionam as casas de abrigo.

Entrevistador - Como foi a sua adaptação à casa?

Entrevistado - Foi boa, foi boa, prontos... sempre custa um dia ou dois porque não conhecemos as pessoas, as regras da casa, as auxiliares, mas foi boa a minha adaptação. Temos tudo o que precisamos, temos apoio, acho que não faz falta nada. Temos o essencial. O que interessa é o essencial. Nunca fui habituada a muito.

Entrevistador - Acha que é uma boa resposta para sair da violência e entrar numa nova etapa da vida?

Entrevistado - Sim, temos bastantes ajudas, o Dr. e a Dra. ajudam bastante, acho que sim, isto não é, é tao depressa como a gente quer, mas...tudo se faz com tempo.

Entrevistador - Fale-me sobre o que acha do apoio prestado pela direção técnica e pelas colaboradoras da casa?

Entrevistado - É bom, não tenho mais nada a dizer.

Entrevistador - Quais são os meios utilizados para apoiar a vítima a nível económico, psicológico e até na procura de emprego?

Entrevistado - Temos a pequena ajuda da segurança social, no económico, o RSI e para a ajuda de emprego estamos inscritos no Centro de Emprego, vamos acompanhadas ou se formos desenrascadas vamos sozinhas, quanto ao apoio psicológico temos o Dr. Paulo para falar connosco quando precisamos ou quando estamos mais em baixo.

Entrevistador - Fale-me sobre o que acha das atividades que a casa desenvolve e se são do seu agrado?

Entrevistado - São do meu agrado porque temos que fazer igual tal e qual como se estivéssemos na nossa casa e se estivéssemos sem fazer nada era um bocado chato para nós, custava mais o tempo a passar.

Entrevistador - Globalmente, considerando todos os aspetos, está satisfeita com a casa ou mudava alguma coisa?

Entrevistado - Não. Mudar o quê? Estou satisfeita com tudo.

Entrevistador - Sente que a estadia na casa a está a transformar e de que forma sente essa transformação? Sente-se uma pessoa diferente? Como?

Entrevistado - Sem medos de entrar em casa que é a principal. Que chega a casa e não tem aquele medo de estar em casa. A casa tem-me dado apoio e isso está a fazer-me uma pessoa mais segura.

Entrevistador - Gosta daquilo que lhe dizem sobre o seu novo projeto de vida futuro?

Entrevistado - Como é que eu hei-de dizer... estou no zero ainda, sem saber por onde ir, sem saber o que fazer...ainda não tenho o meu projeto. Vou começar uma vida do zero, rendas muito caras, uma pessoa sem ter um trabalho, de acordo com os problemas que eu tenho nas pernas, como é que eu hei-de dizer que vou para ali ou para acolá. Dizem para eu ir pensado, mas o que eu vou pensar, sem casa, sem trabalho, estou sem saber o que fazer e para onde ir. Já tentei arrendar em Viseu para fazer o meu plano de vida futuro, mas também gasto muito dinheiro nos medicamentos, as partilhas com o meu marido demoram muito tempo mas se demorassem menos poderia vender a minha casa...

Entrevistador - A casa abrigo delineia um projeto de vida futuro para cada vítima? O que faz?

Entrevistado - Sim, mas é difícil porque embora a casa de abrigo implemente que nós temos que tentar arranjar emprego mas com esta idade quem me vai dar emprego, uma pessoa jovem tem mais possibilidade que eu e a Dra. também tenta que eu arrende uma casa mas são muito caras. Como é que eu ia pagar uma renda de duzentos e cinquenta euros. Para uma pessoa sozinha, temos que ver que não conseguimos. Eles dizem que nos dois primeiros meses para a autonomia a casa de abrigo ajuda mas mesmo assim não sei se consigo, vamos ver. Se for a ver as continhas todas...

Entrevistador - Como é que a vítima faz parte deste projeto e pode intervir e alterar o rumo do projeto?

Entrevistado - Sou chamada ao processo e o Dr. Paulo tentou arranjar uma casa na segurança social, se fosse uma pequenina, ajudar na renda já era muito para mim. Posso intervir.

Entrevistador - Como é que a casa prepara as vítimas para saírem da casa e terem uma nova vida?

Entrevistado - Prepara nos para sairmos daqui. Prepara-nos para termos que ter um trabalho primeiro e uma casa. E nós temos que ir fazendo ao logo do tempo a nossa vida, construir a nossa vida, um dia de cada vez. A casa se souber da existência de emprego diz-nos para irmos candidatarmos. As rendas são puxadas. Quando sair daqui tenho que fazer pela vida.

Entrevistador - Considera que se sente preparada para abandonar a casa? Porquê? E se não, quais as razões?

Entrevistado - Não, ainda não estou preparada porque ainda não tenho as coisas resolvidas. Ainda está tudo a andar mas nada está resolvido ainda. Ainda não me sinto em segurança. Se ele já tivesse afastado de mim, ou se ele já tivesse sido julgado eu já podia ir para a minha terra mas assim não, falta muita coisa para resolver. Aos domingos ainda tenho medo de sair e de o encontrar... porque eu sei como ele é. O processo do tribunal devia estar resolvido para eu me sentir em segurança mas ele faltou.

Entrevistador - Sente que tem ferramentas para construir uma nova vida sem o seu companheiro e sem o apoio da casa? Sente-se transformada na sua maneira de ver, sentir e estar perante a vida em relação à violência?

Entrevistado - Não. Mas para o pé dele não, nem que eu vá para baixo da ponte. Sim, estou melhor, porque estou sem medos, entro nesta casa sem medos, sem violência. Sinto-me mais autónoma e aliás porque estou longe dele, talvez se estivesse mais perto dele não me sentisse tão autónoma.

Entrevistador - Considera que está preparada para tornar sustentável um projeto de vida sem violência?

Entrevistado - Sim, desde que esteja sozinha. Esse é o meu projeto de vida, sozinha. Homens longe, como costuma dizer à terceira só cai quem quer.

Entrevistador - Quais são as suas motivações no seu trajeto futuro?

Entrevistado - Era arranjar um emprego e uma casa para começar a vida.

Entrevistador - Como vê o seu futuro daqui a 5 anos?

Entrevistado - Não sei. Não posso dizer bom, não posso dizer mau. Posso morrer. Não faço a mínima ideia. Eu queria era estar feliz, com saúde, feliz comigo própria era sinal que estava tudo bem.

Entrevistador - Muito obrigada pela colaboração.

APÊNDICE 8 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A MARIA C. (NÃO RESIDENTE)

Entrevista a Vítima Não Residente na Casa de Abrigo Teresa Morais – Transcrição
Maria C.

Data: 16.07.2019

Local: residência

Duração: Início 20H00 e término 22h30

Dados Pessoais da Entrevistada

Idade: 60

Estado Civil: viúva

Habilitações Literárias: 9º ano

Profissão: cuidadora de idosos

Tempo na casa: quase quatro meses

Tempo fora da casa: há 9 anos fora da casa. Entrei em fevereiro de 2009 e saí em maio de 2009.

Entrevistador - O que entende por violência doméstica?

Entrevistado - Portanto... é não deixar a pessoa sair de casa. Ameaças de pancada e ...ameaças de pancada, não deixar a pessoa sair de casa. Vigiar os amigos e amigas que tem e pode haver violência física ou não porque a psicológica também afecta. O essencial é isto, portanto bater, acho que isso tudo é violência domestica, maltratar. No todo isso já é muito coisa. Forçar a pessoa a ter sexo sem a pessoa querer, também é violência. É isso.

Entrevistador - Fale-me sobre a origem, início e tipo de maus tratos, duração e se existiram outras vítimas, como por exemplo filhos?

Entrevistado - Pois...portanto a primeira vez que ele me tratou mal foi porque eu fui jantar com uma amiga e quando cheguei a casa levei porrada porque não tinha nada que ir jantar com a rapariga e era uma rapariga. Depois pedia desculpa e eu desculpava e

ficava tudo bem, depois começava a aparecer os filhos. A primeira vez que eu sai de casa a minha filha tinha 7 meses. Ele pediu-me para eu fazer almoço para o empregado e eu não ouvi e não fiz comer a contar com ele e ele atirou-me a travessa do comer para cima de mim e disse que quando chegasse não me queria ver e eu agarrei nos meus filhos e fui para casa da minha irmã, mas ela avisou-o e ele foi ter comigo. E ele foi-me buscar. Voltei outra vez para ele. Outra vez, ele era alcoólico, foi para os copos, bateu-me e eu fugi para Coimbra, pedi ajuda à Cáritas Diocesanas de Coimbra. Aqui enviaram-me para Setúbal para uma casa de ajuda de mulheres separadas e maltratadas e os meus filhos foram para o colégio, entretanto arranjei trabalho e não sei como ele descobriu onde eu estava e foi buscar os meus filhos ao colégio. Ele foi-me mostrar os filhos e eu voltei para ele. Voltou a bater-me e eu voltei a fugir para Coimbra. Aqui já havia Casa de Abrigo e fui para a Guarda. Fui com os meus filhos para a Casa de Abrigo da Guarda. Ele descobriu onde eu estava e foi buscar as crianças, voltei para ele outra vez. Nós vivíamos na Covilhã e eu voltei para nossa casa e entretanto os maus tratos continuaram e nisto tudo passaram 20 anos, pois eu sabia que se fugisse ele descobria onde eu estava e ia buscar as crianças, assim preferi ficar na relação, pelos filhos. Quando a minha filha fez 14 anos ela começou a revoltar-se e ele começou a maltratá-la e eu resolvi fazer queixa na Proteção de Menores na Covilhã, até ao dia que a miúda decidiu fugir de casa. Ele foi à procura dela e deu-lhe porrada com um cinto. Fui novamente à Comissão de Menores e levei a menina comigo e as assistentes sociais colocaram-na numa instituição e eu fiquei em casa com o meu filho em casa mais o meu marido. Comecei a pensar em arranjar trabalho e sair de casa. O meu filho arranjou trabalho e uma casa e saiu de casa, então o pai com um pé de cabra bateu na porta do quarto dele para o filho não sair porque sabia que o que me segurava naquela casa era o filho. O meu filho foi embora.

Entrevistador - Quando e como tentou por fim a esta situação?

Entrevistado - Portanto, no fim do pé de cabra, o meu filho saiu de casa e proibiu-me de falar com o meu filho. Num dia eu fui à praça, encontrei o meu filho e ele soube. Quando cheguei a casa, começou logo a tratar-me mal. Depois ao outro dia, atirou-me o pequeno-almoço para cima, ia para me bater e eu resolvi que tinha acabado a relação. Estive com ele 20 anos, 20 anos de sofrimento. Já não tinha nenhum filho em casa e agarrei num saco, meti lá uns pijamas e fui embora. Fui ter à proteção de menores e foram ela que me levaram para a polícia. Apresentei queixa e a polícia meteu-me no

comboio para as freiras, quero dizer para a Cáritas e depois a APAV enviou-me para a Casa de Abrigo de Pombal. Eu tinha que sair da Covilhã e havia vaga na Casa Abrigo de Pombal e fui para lá. Eu aceitei e aqui fiquei.

Entrevistador - Conte-me se apresentou queixa, se a retirou ou suspendeu e se regressou para o agressor? Qual o estado do processo?

Entrevistado - Portanto, apresentei queixa e tentei retirar a queixa porque o meu filho pediu, mas na altura que eu tentei tirar a queixa já era crime público, já não consegui tirar. Ele ficou com ordem de não se aproximar de mim, eu evitava ir à Covilhã. O meu filho vinha a Pombal ver-me.

Entrevistador - Como chegou à casa de abrigo?

Entrevistado - Fui então encaminhada pela Apav. Eu estava na Cáritas e porque não tinha para onde ir e não podia ter ficado na Covilhã e havia vaga em Pombal, vim para a casa de abrigo de pombal.

Entrevistador - O que foi para si a Casa de Abrigo Teresa de Morais? Correspondeu às suas expectativas? O que esperava da casa?

Entrevistado - Sei lá, foi um abrigo, foi um refúgio. Eu ali sentia-me protegida. No princípio era muito difícil eu sair à rua, mas depois aos poucos fui-me habituado. Ajudaram-me, deram-me roupa, pois eu só trazia pijamas. O que eu esperava era um refúgio e ajudaram-me a arranjar trabalho. Arranjei trabalho como cuidadora de idosos. Arranjei amigas que me ajudaram e ainda me ajudam.

Entrevistador - Como foi a sua adaptação à casa?

Entrevistado - Foi boa. Porque eu fui criada num colégio de férias, onde havia regras, sempre tive regras na minha vida e na casa também havia regras e eu adaptei-me bem.

Entrevistador - O que achou da casa e o que acha que faz falta na casa?

Entrevistado - Sei lá...eu na altura lembro-me de as mães serem separadas dos filhos, isso mudava. Agora sei que já não existe este problema. A casa era boa para as condições que precisávamos. Nós íamos à procura de um abrigo, não de um hotel,

estava tudo limpo, havia higiene, não faltava comida, nem apoios. Incentivam a procurar emprego.

Entrevistador - Acha que é uma boa resposta para sair da violência e entrar numa nova etapa da vida?

Entrevistado - É. Para quem quiser sair é. É preciso querer! É preciso uma pessoa querer recomeçar sem nada. É preciso esquecer tudo o que teve no passado e tentar andar de cabeça erguida e pensar que o que passou passou, ficou para trás, temos que olhar por nós e pelos filhos.

Entrevistador - Fale-me sobre o que achou do apoio prestado pela direção técnica e pelas colaboradoras da casa?

Entrevistado - Foi bom, só que...enquanto lá estive foi bom, tive apoio psicológico, fiz amigas, só que...quando fico desempregada, senão tiver um fundo de maneió é complicado. Quando saímos da casa temos que trabalhar, senão tivermos o apoio dos filhos...ficamos na rua, pois não temos casa. Quem não conseguir juntar dinheiro ou arranjar casa, pagar renda e assim, é muito complicado.

Entrevistador - Quais são os meios utilizados para apoiar a vítima a nível económico, psicológico e até na procura de emprego?

Entrevistado - Portanto, mandavam-nos inscrever no centro de emprego e começamos a procurar trabalho, cada uma na área de gosto pessoal e eu comecei como cuidadora de idosos, como interna, mas cuidadora de idosos. A nível do psicólogo era bom, eu cheguei a trabalhar e a ir falar com a psicóloga. A nível económico não me lembro de ajuda, acho que não ajudam. Há raparigas que dão louças e roupas de cama quando refazem a sua vida, mas a mim não deram porque eu comecei a trabalhar como interna e tinha as coisas. Cuidava da senhora e estava lá noite e dia.

Entrevistador - Fale-me sobre o que achou das atividades que a casa desenvolveu e se foram do seu agrado?

Entrevistado - Não me lembro. Fomos ver o castelo. As atividades eram as normais de uma dona de casa. Bem, íamos ao cinema. Também fomos ao teatro. Bem já passaram 9 anos desde que saí da casa de abrigo, não me lembro bem. Incentivavam-nos a procurar

emprego e fazíamos a vida de casa, cozinhávamos, limpávamos a casa, cuidávamos da roupa das camas. Também dividíamos a roupa para doações. Ali vai parar tudo e dali é que dividíamos para as crianças que precisavam.

Entrevistador - Globalmente, considerando todos os aspetos, está satisfeita com a casa ou mudava alguma coisa?

Entrevistado - Isso é uma pergunta como um pau de dois bicos...portanto...eu saí de uma casa com todo o conforto e tenho muitas vezes alturas que me interrogo se não era preferível estar a levar porrada do que às vezes não ter dinheiro nem para beber café. Se compro pão não posso beber café.

Entrevistador - Sente que a estadia na casa a transformou e de que forma sentiu e sente essa transformação? Sente-se uma pessoa diferente? Como assim?

Entrevistado - Eu no principio tinha vergonha mas depois fui ganhando autoestima e convenci-me que tinha de levantar a cabeça e a minha vida tinha que continuar. Comecei a gostar de mim, comecei a olhar para o espelho e descobri que era uma mulher bonita e velha e que tinha que lutar sozinha para sobreviver. A Casa fez-me ver isto tudo porque eu ali, em conversas com a psicóloga e com a auxiliar incentivavam-nos a gostar de nós. Estou há nove anos fora da casa. Entrei em fevereiro de 2009 e saí em maio de 2009.

Entrevistador - Gostou daquilo que lhe disseram sobre o seu novo projeto de vida futuro?

Entrevistado - Tive que gostar. Tive que me agarrar a qualquer coisa e depois como tenho pouca saúde, este é o projeto de vida mais fácil que é cuidar de uma casa e de uma pessoa de idade. Eu gosto de pessoas. Pois...tive que gostar, não é? Eu não fui para ali para me arranjam um marido. Nem quero.

Entrevistador - A casa abrigo delineou-lhe um projeto de vida futuro? O que fez?

Entrevistado - Arranjaram-me trabalho como cuidadora de idosa, interna. Quando acabou fui para casa de uma amiga que conheci na casa e arranjei outro trabalho. E assim tenho feito. Tem sido difícil mas tenho conseguido. Portanto a diretora falou-me logo deste trabalho quando eu disse que gostava de cuidar de idosos. Eu aceitei e fui.

Entrevistador - Como é que a vítima faz parte desse projeto e pode intervir e alterar o rumo do seu projeto?

Entrevistado - Sim, nós temos que lutar para ter um emprego, senão lutarmos vamos para o charco. Temos que lutar para conseguir um trabalho. Conseguir e preservá-lo. Portanto, nós podemos escolher o que nos convém e podemos intervir, do género, não quero ir para restauração, vou para geriatria. Nós podemos procurar a área que queremos seguir. É o que surge porque uma pessoa tem que se agarrar às oportunidades que vão surgindo. Procuramos o que nos convém.

Entrevistador - Como é que a casa a preparou para sair da casa e ter uma nova vida?

Entrevistado - Sei lá...preparou-me a dizer que eu não podia ter medo, que estava longe do agressor, que tinha x tempo para lá estar, passado esse x tempo tinha que sair. Foi isto. Preparou com conversas com a psicóloga a não ter medo, que o agressor não nos encontrava. Se precisássemos podíamos ligar a pedir ajuda. Incentivava a procurar trabalho.

Entrevistador - Considera que se sentiu preparada e com vontade de abandonar a casa e iniciar um novo começo de vida? Porquê? E se não, quais as razões?

Entrevistado - Eu não queria sair de lá porque eu gostava de estar lá, estava habituada a estar presa por isso gostava de estar lá. Eu lá estava segura, mas eu tinha que lutar pelo meu futuro. Tinha que ganhar dinheiro para me sustentar e agarrei-me ao primeiro trabalho que apareceu.

Entrevistador - Sentiu que saiu com ferramentas para construir uma nova vida sem o seu companheiro e sem o apoio da casa? Sentiu-se transformada na sua maneira de ver, sentir e estar perante a vida em relação à violência?

Entrevistado - Eu ainda hoje tenho medo de o encontrar. Ainda não perdi o medo. Tenho andando a sobreviver. Tenho mais auto estima. Estou mais segura de mim. Já não sou aquela pessoa insegura. Tenho que ir buscar força sei lá onde. Sim, senti-me mais segura. A minha autoestima subiu. Arranjei coragem. É todos os dias uma luta. Sei lá...

Entrevistador - Considera que está preparada para tornar sustentável um projeto de vida sem violência?

Entrevistado - Sim, estou. Isso é que era bom! Estou é a ficar velha. Daqui a dois dias já não posso trabalhar, estou velha e depois como é que eu me sustento. Não quero mais violência, não quero cá mais ninguém.

Entrevistador - De que modo se sente uma mulher diferente após ter passado por esta experiência?

Entrevistado - Sei lá... faz-me cada pergunta...sinto-me mais segura e a mim só eu é que mando, mais ninguém manda em mim.

Entrevistador - Neste momento como é a sua vida profissional, familiar e social?

Entrevistado - Tenho trabalho, de vez em quando vou ver o meu filho que vive na Covilhã, já não tenho medo de ir à Covilhã. A minha filha vive na França, estou com ela nas férias, tenho duas netas que vejo nas férias e no computador. Na vida social vou beber café, vou ao shopping com amigas. Vou para a praia com as amigas, tenho facebook e falo com amigas, uma vida normal.

Entrevistador - Quais são as suas motivações no seu trajeto futuro?

Entrevistado - Sei lá...poder andar de cabeça erguida, sem dever nada a ninguém já é muito bom.

Entrevistador - Após esta experiência que mudança faria na casa para melhorar o projeto de vida das vítimas?

Entrevistado - Pois não sei, porque acho que deviam ser ajudadas mais a nível económico mas por outro lado, quando se dá dinheiro há pessoas que se acomodam e nós temos que lutar, não nos podemos acomodar à situação. Incentiva a trabalhar e tentar evitar a violência, mas talvez ajudasse um pouco mais a nível económico.

Entrevistador - O que faria para dar empoderamento às mulheres ou seja para lhe dar ferramentas para as preparar para a saída da casa e iniciar uma nova vida?

Entrevistado - Sei lá... por exemplo, uma pessoa que não tenha grande instrução, as ferramentas são muito poucas, mas ali vai parar tudo. Incentivava-as a trabalhar

honestamente, a andar de cabeça erguida. Em geral as mulheres quando vão para ali, já não são crianças, não lhe podemos mandar para a escola, nem ensinar-lhe uma nova profissão. Acho que cada uma tem que seguir o seu rumo com as ferramentas que trouxe da casa dos pais com a educação que tem. Arranjar um bom emprego era bom, pois ajudar monetariamente está fora de questão porque senão acomodam-se e a pessoa tem que lutar por uma vida melhor sem violência e sem dependência.

Entrevistador - Como vê o seu futuro daqui a 5 anos?

Entrevistado - Já estou debaixo dos torrões...estou a brincar. (sorriu) Tenho que continuar a trabalhar. Bem, daqui a cinco anos devo estar reformada e tenho que ajudar a minha filha a criar as minhas netas é assim que me vejo. Tenho que tentar continuar a trabalhar. É isso. Daqui a 5 anos estou idosa mas vou continuar a trabalhar. Enquanto puder trabalho...(hesitou). É isso.

Entrevistador – Bem, a entrevista terminou. Agradeço a colaboração. Muito obrigada.

Entrevistado – Eu é que agradeço. Fez-me bem falar. Obrigada e boa sorte para a sua investigação.

APÊNDICE 9 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A MARIA D. (NÃO RESIDENTE)

Entrevista a Vítima Não Residente na Casa de Abrigo Teresa Morais – Transcrição
Maria D.

Data: 04.10.2018

Local: residência

Duração: 2 horas

Dados Pessoais da Entrevistada

Idade: 39

Estado Civil: divorciada

Habilitações Literárias: 11º ano

Profissão: empregada de hotelaria

Tempo na casa: 9 meses. Entrada em março de 2017 e saída em dezembro de 2017

Tempo fora da casa: desde janeiro de 2018. há 10 meses fora da casa.

Entrevistador - O que entende por violência doméstica?

Entrevistado – para mim tudo o que é violência doméstica engloba, violência física psicológica e moral. Violência doméstica também é o começo da falta de respeito. O começo da falta de respeito é o começo da violência doméstica.

Entrevistador - Fale-me sobre a origem, início e tipo de maus tratos, duração e se existiram outras vítimas, como por exemplo filhos?

Entrevistado – após quatro anos de eu estar a viver em comum com o agressor começou a violência. Começou por violência verbal. Durante um ano foi violência verbal, desconfiança, acusações e começaram por causa do álcool. Ele consumia álcool diariamente mas foi aumentando o consumo e a partir do segundo ano foi quando me deu a primeira bofetada e aí eu tive mesmo a noção que era o principio do fim. Eu disse-lhe a ele que era mesmo o principio do fim porque já se tinha perdido todo o respeito. O tempo de ele estar sóbrio também era menos. Ele saía do trabalho e já estava

a consumir álcool ou estava completamente bêbedo que aí não me assustava tanto ou estava embriagado e aí já metia medo...havia três fases em que eu posso distinguir quando começavam as violências. Havia a parte quando ele estava sóbrio que fazia tudo de bom para mim. Havia a parte em que estava embriagado e metia medo e assustava ao limite, desde partir louça, desde atirar louça para cima de mim, desde atirar-me comida para cima, bater-me, armar confusões com conhecidos e desconhecidos, tudo servia para armar uma guerra. E havia a parte em que estava completamente bêbedo que já não conseguia com o corpo e também aí não me conseguia fazer mal. Por norma as pessoas que estavam presentes era eu, o filho dele e a mãe dele quando vinha para me ajudar a tentar aclamar os ânimos. Vivi 8 anos com o meu companheiro e os primeiros 4 anos fui tratada como uma rainha, combinávamos tudo juntos, davamo-nos tão bem, mas após os 4 anos foi aumentando o consumo de álcool e começou a agredir e até levava para o trabalho um litro de vinho quando chegava a casa vinha já bêbedo. Às vezes o patrão ligava para eu o ir buscar ao trabalho para ele não se aleijar.. ele era pedreiro e muitas vezes ia buscá-lo para não acontecer nenhum acidente. Ele fazia os maiores disparates bêbedo mas nunca agrediu o filho dele, era capaz de lhe gritar para sair dali mas bater-lhe não. Nunca se virava à mãe mas dizia lhe muitas parvoíces. Quando comecei a ser saco de pancada eu disse-lhe para ir fazer um tratamento para deixar o álcool mas ele nunca quis.

Entrevistador - Quando e como tentou por fim a esta situação?

Entrevistado – as primeiras vezes foi, dando-lhe a escolher entre, ou ele fazia um tratamento ao álcool ou eu fazia queixa dele na policia. Ele optou por fazer tratamento ao álcool mas fez só uma vez e depois acabou de meter o medicamento no lixo. Tive falta de coragem de sair da relação para não ser apontada, tinha receio que ele fosse mais agressivo e acomodei-me também levou a que eu não fizesse queixa porque tinha medo da solidão porque tinha receio de ficar sozinha. O limite foi mesmo quando senti medo de morrer e foi nessa madrugada que sai de casa. Ele estava tão descontrolado, tão descontrolado, eu naquela noite levei tanta porrada, tanta porrada, ele andou atrás de mim com uma navalha, ele deixou cair a navalha e ela foi para tras do sofê, ele naquela noite matava-me. Era porrada no corpo todo. Eu não sabia mesmo quando ia acabar porque eu nunca o tinha visto tão descontrolado. Ele fechou-me as portas todas de casa, eu não tinha como sair. Eu cheguei ao meu limite. Aproveitei que ele saiu de casa e fugi de casa. Fugi se só levei umas cuecas. Nunca mais voltei...

Entrevistador - Conte-me se apresentou queixa, se a retirou ou suspendeu e se regressou para o agressor? Qual o estado do processo?

Entrevistado – Naquela manhã, aproveitando o facto de ele ter saído, dirigi-me ao posto da GNR apresentei queixa e ajudaram-me e encaminharam-me para os passos que eu teria que dar, porque eu estava no escuro. A GNR disse-me que eu tinha que ir às urgências, depois fui para a Medicina Legal e depois quando regresssei da Medicina Legal já o apoio à Lá para as dez da noite foi a Cruz Vermelha buscar-me para a Casa de Emergência. vítima estava à minha espera. Nesse dia, ele telefonou-me tanta vez para eu voltar para casa, tanta vez...enquanto eu estive na minha terra foi-lhe alimentando a esperança que voltava para casa para ele não andar à minha procura. E sabe que eu gostava mesmo dele? (pausa com pequeno suspiro). Eu suspendi a queixa por gostar dele. Suspendi a queixa com esperança que ele se arrependesse. Suspendi a queixa porque eu não queria estar a receber dinheiro dele, ter uma indemnização dele, pensei que o dinheiro lhe poderia fazer falta para ele ou o filho comer e suspendi a queixa. O facto de eu gostar dele, eu não lhe queria por mais um encargo. Percebe? Ele foi condenado a 8 anos de pena suspensa. Como ele já tinha antecedentes, o caso teve que seguir e ele foi condenado. Já pagou pelo que fez. Não quero saber mais nada dele. Eu tento refazer a minha vida e ele a dele.

Entrevistador - Como chegou à casa de abrigo?

Entrevistado – Olhe eu quando estava na Casa de emergência foi-me dado a escolher várias casa de abrigo em vários pontos do país e a minha preocupação era ir para um meio que não fosse enorme, queria ir para um meio onde eu me identificava e a Dra da casa de emergência falou-me de Pombal e eu perguntei o que poderia encontrar em Pombal e escolhi Pombal porque disseram me que havia grande variedade de emprego e reencaminharam-me da Figueira da Foz para Pombal. Eu é que escolhi Pombal

Entrevistador - O que foi para si a Casa de Abrigo Teresa de Moraes? Correspondeu às suas expectativas? O que esperava da casa?

Entrevistado – Para mim a casa abrigo foi uma nova família até porque eu tinha deixado tudo para tás. Foi realmente onde eu encontrei as pessoas que me compreendiam, as pessoas que me apoiavam e aquelas pessoas que nunca me apontaram

o dedo. Eu só contava pormenores se eu quisesse. Nunca tentaram coscuvilhar a razão pela qual eu tinha vindo. Superou as minhas expectativas, deram-me um tecto, roupa lavada, deram-me o meu banho diário e até apoio psicológico me deram. Quando era preciso falar estava lá alguém para me ouvir. Quando precisava de chorar essas pessoas também lá estavam. Sempre me deram a mão, me deram o ombro, sem perguntas. Eu da casa só esperava um tecto e enquanto não trabalhasse um prato de comer e a minha higiene pessoal e tive muito mais do que isso. Superou-me.

Entrevistador - Como foi a sua adaptação à casa?

Entrevistado – Olhe tive dias maus, tive dias horríveis e tive dias mais ou menos bons. Mais ou menos bons até eram poucos. Dias maus eram aqueles em que eu queria desistir de tudo. Tinha saudades das minhas coisas que deixei para trás, tinha saudades da minha família, das minhas colegas, do meu trabalho, da minha estabilidade. Dias horríveis eram os dias em que eu chorava desde manhã até à noite porque me queria ir embora. Até porque eu não conhecia nem nada nem ninguém, o que é que me estava aqui a segurar...os dias mais ou menos bons foi quando eu comecei a trabalhar, já tinha a minha mente ocupada, comecei a ganhar a minha independência, mas foi o facto de estar a trabalhar que me levou a que os dias não fossem tão maus porque conseguia ter a mente ocupada e não pensar tanto no que me aconteceu.

Entrevistador - O que achou da casa e o que acha que faz falta na casa?

Entrevistado – a casa proporciona tao bem estar que as pessoas que lá estão até se acomodam e não querem trabalhar. Tem tecto, tem comida, tem roupa lavada, tem comida, ainda lhe tratam dos documentos, dos rendimentos mínimos. A casa proporciona bem estar de mais. Tem sahmpos, vão buscar roupas, não precisam de ganhar dinheiro por isso é que querem continuar o máximo tempo possível. Eu nisso sou muito critica porque eu sempre trabalhei. Eu só não trabalhei o primeiro mês, mas as vitimas vão para lá, a Dra. Sandrina e as auxiliares tem a preocupação de as ajudar a ser autónomas e se for preciso elas vão e para a pastelaria em vez de irem à procura de trabalho porque o rendimento mínimo chega-lhe para ir tomar café a pastelaria. Eu da casa só tenho bem a dizer e o que faz falta na casa é obrigarem a trabalhar. Era obrigar a trabalhar para os consumos diários porque assim, já não estavam tanto tempo na casa e vai-se arrastar os processos e prolongar os dias na casa. Há pessoas na casa que exigem na casa o que nunca tiveram em casa e é dado.

Entrevistador - Acha que é uma boa resposta para sair da violência e entrar numa nova etapa da vida?

Entrevistado – Sim. Até porque tudo o que aconselham, todas as experiencias de vida que já por lá passaram, sem dizerem nomes e recontam-nos, por vezes é um impulso para termos coragem. Houve uma senhora que veio para aqui, voltou para casa mas depois voltou a pedir ajuda. É o encorajamento de não se voltar para o agressor para as nossas casas.

Entrevistador - Fale-me sobre o que achou do apoio prestado pela direção técnica e pelas colaboradoras da casa?

Entrevistado – Olhe se fosse preciso choravam connosco, se fosse preciso ouvir nos em silencio ouviam. Se lhe pedíssemos uma opinião para a vida aconselhavam com base na minha personalidade. Era um apoio para cada pessoa, não era um conselho ou opinião para o geral. Todas as semanas o psicólogo falava individualmente por cada uma. Cada pessoa tinha o seu próprio apoio.

Entrevistador - Quais são os meios utilizados para apoiar a vítima a nível económico, psicológico e até na procura de emprego?

Entrevistado – Olhe a nível económico é nos dado a escolher entre duas ajudas ou nos ajudam a mobilar, dão electrodomesticos, são tratados papeia para a segurança social onde nos é pago o aluguer do apartamento em dois meses para u começo é um bom impulso. A nível psicológico temos o psicólogo dentro da casa e fora da casa após 6 meses de ter saído da casa a direcção telefona para saber se precisamos de roupas, bens alimentares, de produtos de higiene, se precisamos de apoio psicológico ou psiquiátrico. Já estamos fora da casa e há a preocupação se precisamos de algo. Se precisarem de apoio, reencaminham.

Entrevistador - Fale-me sobre o que achou das atividades que a casa desenvolveu e se foram do seu agrado?

Entrevistado – Olhe eu como estava a trabalhar frequentei pouco as atividades mas sei que as outras mulheres gostavam de ir, era uma maneira de estarem ocupadas.

Entrevistador - Globalmente, considerando todos os aspetos, está satisfeita com a casa ou mudava alguma coisa?

Entrevistado – Estou satisfeita e digo assim, nós colhemos aquilo que semeamos. Quem passar pela casa com humildade, mostrando os nossos pontos de vista, as nossas perspectiva, a casa aceita, desde que seja com humildade, não se pode impor. Eu deixei a minha maneira de ser, os meus pontos de vista. Eu sei que a minha passagem pela casa deixou uma referencia positiva porque eu sinto que ainda tenho apoio da casa. O apoio que eu sentia lá dentro, eu continuo a senti-lo cá fora. Se as mulheres forem humildes dentro da casa também continuam a encontrar o mesmo apoio cá fora. Não mudava nada.

Entrevistador - Sente que a estadia na casa a transformou e de que forma sentiu e sente essa transformação? Sente-se uma pessoa diferente? Como assim?

Entrevistado – As vivencias que encontramos dentro da casa é que nos vão transformando. Sabe que conselhos nós deveremos ouvir todos mas só tomamos aquilo que queremos. Nós ouvimos histórias que são parecidas com as nossas. Nós ouvimos vivencias que um bocadinho daqui, um bocadinho dali e é isso que nos transforma. Sabe que dentro da casa nós aprendemos, acreditando, desconfiando. Nem tudo o que luze é ouro. Tantas vezes o ouvimos dentro da casa que conseguimos interiorizar e por em practica e essa é a transformação principal. Todas as pessoas que para lá entram já tem a sua personalidade, já não dá para moldar. É a casa que nos ensina a pormos em uso a nossa personalidade pela forma positiva. Não me sinto diferente, é mesmo a coragem que eu ganhei em me defender e isso foi a casa que me mostrou que eu posso ter coragem. Estou transformada sim e agradeço aa casa, sim.

Entrevistador - Gostou daquilo que lhe disseram sobre o seu novo projeto de vida futuro?

Entrevistado – A mim, nem me disseram. Eu é que prescrevi e desenhei o meu projeto de vida. E o meu projeto de vida. Da maneira como eles me apoiaram. Se a casa entendesse que o meu projecto de vida não ia pelo caminho certo, a casa dizia-me. Os meus alicerces do meu projeto de vida fui eu que os fiz, mas sei que há pessoas que não tem capacidade de fazer os próprios alicerces e a casa dá o impulso e ajuda a construir o

projecto de vida, mas comigo não foi preciso porque eu tive iniciativa logo de ser autónoma de não estar a espera que me deem. Eu nunca baixei os braços.

Entrevistador - A casa abrigo delineou-lhe um projeto de vida futuro? O que fez?

Entrevistado – Eu tinha em mente que para andar de cabeça erguida eu tinha que trabalhar e foi o que fiz. Sou eu sozinha que tenho que ganhar para a renda da casa e temos que agarrar com unhas e dentes o que tenho, embora eu saiba que se eu ficar sem trabalho e for pedir ajuda à casa eu sei que a casa me ajuda a procurar trabalho. A mim, não me delineou porque eu tive a iniciativa de dizer logo que vou trabalhar e disse que não queria estar dependente da casa abrigo e por isso não foi preciso delinear, agora, claro que se eu não tivesse esta iniciativa a casa delineava o meu projeto de vida, mas eu sabia muito bem o que queria para mim e transmiti logo à dra.

Entrevistador - Como é que a vítima faz parte desse projeto e pode intervir e alterar o rumo do seu projeto?

Entrevistado – A vitima pode intervir, a vitima pode alterar e a vitima deve aceitar quando a casa, a diretora da casa lhe propõe ir para um trabalho, já sabe , já conhece muito bem a vitima para lhe propor aquele trabalho. Já conhece a sua maneira de ser, a sua personalidade, a casa já conhece tão bem a vitima que vai propor um trabalho adequado a cada pessoa mas a vitima pode alterar porque há muitas que vão trabalhar e não gostam do trabalho ou não se adaptam ao trabalho que lhe é proposto e falam com a dra e alteram o percursos ou voltam novamente para a casa e procura-se novo trabalho. A vítima pode participar sempre neste processo.

Entrevistador - Como é que a casa a preparou para sair da casa e ter uma nova vida?

Entrevistado – A melhor forma que a casa me podia ter preparado foi a auto confiança que me transmitiu- Mostrou-me que eu podia confiar em mim, mostrou-me que mesmo fora da casa eu podia estar apoiada, mas a todos os níveis. Basicamente foi isso...tirando os apoios que nos podem dar, a nível económico, a nível ...sim, a nível económico. Nem que seja para desabafar temos apoio. Nós sabemos que podemos encontrar alguém da casa e não nos sentimos desamparados. Para mim, foi esta a preparação. Sabe que eu já tinha as coisas tão preparadas que a casa não teve necessidade de orientarem de outra maneira. Há pessoas que não tem ideia nenhuma de

nada, do que vão fazer, estão à espera que a casa lhe diga o que vão fazer, qual o projecto. Eu não. Eu sempre tive iniciativa.

Entrevistador - Considera que se sentiu preparada e com vontade de abandonar a casa e iniciar um novo começo de vida? Porquê? E se não, quais as razões?

Entrevistado – Eu senti-me preparada e com vontade de abandonar a casa. Sabe que quando estamos a conviver todos os dias com vítimas eu estava a reviver a minha violência. Chega-se a um ponto que quanto mais rápido abandonarmos mais rápido deixamos aquele passado para trás, muitas vezes chegam pessoas com novas histórias de violência e há sempre um reviver. Eu acho que isso é mesmo comum, só quem estiver mesmo acomodado é que não quer abandonar. Acho que quem se deixa estar muito tempo na casa, são vítimas que não viveram a violência ao extremo porque quem vive a violência ao extremo a vontade é deixar aquele passado para trás, é esquecer e quanto mais rápido sair da casa mais distante fica o passado, se eu pudesse esquecer tudo o que vivi, eu garanto-lhe que esquecia. Sentia vontade de endireitar a minha vida. Eu sabia que não era estando na casa acomodando-me ao que tinha que eu iria reencaminhar a minha vida. Eu quero ser autónoma, ter as minhas coisas e onde eu chegar é por mim.

Entrevistador - Sentiu que saiu com ferramentas para construir uma nova vida sem o seu companheiro e sem o apoio da casa? Sentiu-se transformada na sua maneira de ver, sentir e estar perante a vida em relação à violência?

Entrevistado – Senti-me preparada mas há sentimentos que ficam sempre ao de cima. O tal confiar desconfiando. Ah...só que a nossa autoconfiança ela vem ao de cima, nós conseguimos acreditar em nós próprios. Acho que é uma ferramenta essencial nós acreditarmos que conseguimos caminhar sem moletas, sem estar à espera que nos oriente, que nos digam por onde havemos de ir ou não. Às vezes não é fácil. Às vezes é muito difícil. O maior obstáculo para quem sai da casa abrigo é a solidão. Olhe na solidão dá para pensar em tudo, dá para pensar no que tínhamos, no que deixamos...ah...a solidão é mesmo o nosso pior inimigo. A nossa força para sair da casa leva-me a crer que estou preparada embora o grande obstáculo que se encontra é a solidão, mas também acredito que quem vier preparado da casa consegue vencer a solidão. Eu vim com ferramentas para combater a solidão.

Entrevistador - Considera que está preparada para tornar sustentável um projeto de vida sem violência?

Entrevistado – considero...sabe que eu estou convicta que ao mínimo...vale mais estar sozinha que mal acompanhada porque ao mínimo sintoma de violência, eu não vou deixar chegar onde chegou. Não vou permitir. Eu não me sinto com capacidade para atravessar outra situação de violência doméstica ao mínimo sintoma eu não deixaria progredir eu não deixaria progredir eu não permitia que progredisse até aos motivos que me trouxeram aqui.

Entrevistador - De que modo se sente uma mulher diferente após ter passado por esta experiência?

Entrevistado – Mais desconfiada, mais atenta, mais observadora...sabe que as vezes até uma conversa que eu oiça no jardim ou no passeio, não importa aonde, em que o tom de voz seja mais elevado já me faz ficar alerta se será violência doméstica ou não. Eu as vezes quando recordo...ah... eu tento não recordar porque ao recordar eu vivo com o mesmo sofrimento. Eu tento não pensar, embora seja impossível. Há momentos em que mais desejamos não pensar mais o vivemos, o revivemos, va-se buscar tudo. Estou diferente também nisto, sou uma mulher mais pensativa. É o estar mais forte é mesmo quando eu digo, é o estar mais atenta, mais desconfiada. São os efeitos colaterais. O que nos torna mais forte é estarmos atentos, ligar a certos pormenores que às vezes passavam despercebidos. Questiono-me mais...mas não sei se hoje visse uma vítima de violência doméstica a acontecer se calhar não conseguia chamar ajuda. Secalhar não porque secalhar tenho que reviver, identificar, dar a cara, porque afinal posso estar no meu canto em paz e vamos arranjar problemas e passamos a ter problemas com outro agressor. Eu questiono se conseguia chamar ajuda. Mudou-me. Não sei.

Entrevistador - Neste momento como é a sua vida profissional, familiar e social?

Entrevistado – A nível profissional é estável, tento manter o meu trabalho, tento fazer o meu melhor para conseguir manter o trabalho. A nível familiar quando vim para pombal tive q me afastar de tudo e de todos, o afastamento foi meu, secalhar os meus familiares também devem estar a espera que eu regresse. É qd um em seu canto. Eles fazem lá a vida deles e eu faço a minha aqui. A nível social, pessoas conhecidas há

muitas, amigos eu vou fazendo uma seleção, vou selecionando e faço do meu melhor para manter as pessoas que seleciono como amigos. Não refiz a minha vida amorosa. Afasto-me de um envolvimento amoroso. Sabe que a pessoa que eu mais amei neste mundo foi a pessoa que mais me magoou neste mundo. Eu dava a minha vida por aquele homem e ele traou-me tao mal. Como é que se pode voltar a confiar. Tenho medo de arriscar. Eu não sei até que a minha força me leva. Eu deste consegui escapar. Se dou com outro igual será que eu consigo escapar? São incógnitas que ou arriscamos ou vivemos com elas toda a vida. Vou passear eu sozinha vou p lisboa, vou p braga. Eu conheço e visito mais agora do que toda a vida o fiz. Sabe a sensação de liberdade? É quase o quebrar de cadeados que me prenderam os últimos anos da minha vida. Foi só não haver cadeados, porque eu estive presa. Eu permiti que estivesse presa e agora que não tenho que dar explicações a ninguém passeio mais, estou mais liberta. Sensação de liberdade.

Entrevistador - Quais são as suas motivações no seu trajeto futuro?

Entrevistado – honestamente é o eu acreditar que consigo reconstruir aquilo que já tive de deixar. Construi de novo, voltar a construir que consigo voltar a construir não igual, não igual mas parecido aquilo que já tive de deixar para tras. Deixei para tras uma vida! Deixei casa, deixei filhos, deixa-se uma vida. Os meus filhos são também a minha motivação mas ainda não os consegui ir visitar o ter que encarar, ter que confrontar, ter que ir á terra para ...eu não estou preparada para a sociedade, tinha que dar de caras com o agressor, para enfrentar a sociedade e isso eu acredito que não há psicólogo, não há ninguém que nos consiga preparar, só mesmo o tempo.

Entrevistador - Após esta experiência que mudança faria na casa para melhorar o projeto de vida das vítimas?

Entrevistado – ali não é a casa que tem q fazer uma mudança porque se as vítimas aceitarem, ouvirem os conselhos, as opinião, tanto da técnica, como a psicólogo, como as auxiliares, a mudança já está a ser feita. Se eles já dão tanto. Eles dão tudo para quem não tem nada. A mudança de comportamentos por parte das vítimas é que vão alterar o rumo das vítimas. A mudança é nas vítimas. A casa já motiva, não há ninguém que apoie tanto como a casa. Ninguem da casa tenta alterar o nosso ponto de vista. A casa ve pelo meu ponto de vista por isso acho que a mudança tem que ser uma iniciativa da vítima. Se nos não tivermos a iniciativa de procurar um trabalho de sermos

independestes vai estar sempre subjugado a ..não é a casa que vai incutir. Isso depende da personalidade da pessoa. Ou quero estar subjugado à casa ou quero por mãos a obra ou esta se ali...olha preciso de tudo.

Entrevistador - O que faria para dar empoderamento às mulheres ou seja para lhe dar ferramentas para as preparar para a saída da casa e iniciar uma nova vida?

Entrevistado – eu acho que deveriam ter mais...assistirem a mais palestras sobre v. d. sabe que nós pecamos por facilitar. Eu acho que muitas das mulheres que só vendo, factos reais é que tem a noção exata dos problemas. O incentivo, o mostrar até onde a violência doméstica me poderia levar, eu acho que era esse o caminho que eu seguia, era mostrar a todos os níveis o que a violência faz, onde nos pode levar e mostrar todos os fins possíveis que a violência doméstica pode causar. Era mesmo mostrar-lhes os caminhos que não poderiam seguir, era mesmo mostrar-lhes o facilitismos que não poderiam ter. Uma vítima de violência doméstica não é mostrar o caminho que devem seguir que a estão a ajudar é mesmo mostrar os caminhos que não podem seguir. Só ai é que elas tem noção dos perigos que podem correr. Depois é uma opção, até pode querer ir por lá, pelo caminho desaconselhado mas pelo menos já sabe com o que contar.

Entrevistador - Como vê o seu futuro daqui a 5 anos?

Entrevistado – de bengala. (risos) Fazer camas de hotel. O que é que espera? Espero que seja mais risonho. Espero que quando me lembra do passado já não me doa tanto. Diz que o tempo cura tudo, mas eu acho que não. Há coisas que doem sempre. Quando se altera a vida várias vezes pela mesma pessoa, ainda faz doer mais. Eu espero ter a memoria que alterei a minha vida mas quero ver bastante distante a razão pela qual alterei varias vezes a minha vida. Sabe que se eu conseguir ver com menos dor o meu passado já terei abertura para conhecer outras pessoas, para passear, viajar, quem sabe namorar, dai eu desejar mesmo eu daqui a 5 anos quero ver o meu hoje com menos dor. É isto que eu quero.

Entrevistador – A entrevista terminou. Agradeço a colaboração. Muito obrigada.

Entrevistado – Não tem que agradecer.

APÊNDICE 10 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A DIRETORA TÉCNICA

Entrevista a diretora técnica da Casa Abrigo Teresa Morais – Transcrição

Data: 14.06.2018

Local: Gabinete da Diretora Técnica da Casa Abrigo

Duração: 2 horas

Dados Pessoais da Entrevistada

Idade: 45

Estado Civil: Casada

Habilitações Literárias: Licenciada

Profissão: Diretora Técnica da Casa Abrigo Teresa de Morais

Entrevistador – Muito boa tarde! Antes de mais quero agradecer-lhe a sua disponibilidade em colaborar com a minha investigação. A entrevista terá seis tópicos, onde o primeiro é sobre a diretora técnica. Vamos então começar a entrevista. Fale-me um pouco sobre si, nome, idade, formação, experiência na função...do género. Melhor, após falar de si, responda-me ao seguinte: Quantas vítimas estão na Casa de Abrigo?

Entrevistado- bem, o meu nome é Sandrina Ausina Mota, tenho 45 anos, sou licenciada em Serviço Social, trabalho como diretora técnica na Casa Abrigo desde 2002...sim, 2002, portanto...tenho 16 anos de experiência na função. Respondendo à questão sobre quantas vítimas estão na casa neste momento, estão nove mulheres e cinco crianças...quer dizer, desculpe, ontem entrou mais uma mulher, portanto dez mulheres e cinco crianças. Quatro mulheres com filhos, pois uma das mulheres tem dois filhos.

Entrevistador – Bom, sabemos que a Casa de Abrigo é uma casa para mulheres vítimas de violência doméstica. Qual é o seu entendimento sobre o conceito de violência doméstica?

Entrevistado – sim, a casa de abrigo é uma casa para mulheres vítimas de violência doméstica e já agora acrescento, do mesmo sexo, acompanhadas de filhos ou não.

Quanto ao conceito, para mim, o conceito de violência doméstica é o que está na legislação. Concordo com ele, no entanto, posso tentar dar o meu conceito e sendo assim, violência doméstica são os atos de violência física, verbal, emocional, psicológica, económica e sexual ocorridos entre conjugues e ex conjugues, pessoa do mesmo sexo que tenha mantido uma relação análoga à dos conjugues mesmo que sem habitação. Olhe é o que está na lei. Trabalho há muitos anos com este tipo de crime e

Entrevistador – e... na sua opinião então o seu conceito não difere do conceito aplicado na legislação. É isso?

Entrevistado - sim, é isso. Não sei de cor a definição que está na legislação, mas para mim, concordo com o conceito e esse também é o meu entender.

Entrevistador - Fale-me sobre a missão da casa de abrigo. Qual é a missão?

Entrevistado - a missão da casa de abrigo é acolher temporariamente vítimas de violência doméstica, num acolhimento voluntário, com ou sem filhos menores ou maiores com deficiência desde que estejam na sua dependência, tendo em vista a proteção da integridade física e psicológica. Proporcionar condições necessárias à educação, saúde e bem-estar num ambiente de tranquilidade e segurança. Promover e reforçar competências, proporcionar através dos mecanismos adequados a reorganização das suas vidas, visando uma reinserção plena na sociedade.

Entrevistador – e quanto aos requisitos de admissão?

Entrevistado – a admissão processa-se por encaminhamento da entidade sinalizadora com base num relatório e podem ser entidades encaminhadoras para as casas de abrigo os organismos da administração pública, as estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência, outras casas de abrigo, a segurança social e os serviços da ação social das Câmaras Municipais.

Entrevistador – desculpe, mas quando fala num relatório que pode ser encaminhado pelos organismos da administração pública está- se a referir a que organismo mais concretamente? E já agora, neste encaminhamento a vítima não tem que expressar que quer ou que aceita ir para uma casa de abrigo?

Entrevistado – ah, sim, claro! Em relação ao organismo estava a referir-me à CIG. O encaminhamento é então feito por uma destas entidades e um dos requisitos é a apresentação de um relatório de encaminhamento e claro com o consentimento expresso da vítima e da aceitação do regulamento interno da casa de abrigo.

Entrevistador – já agora... estou a lembrar-me que também tem que existir requisitos de permanência na casa, certo? Nem que seja, porque se alguma vítima quebrar as regras da casa poderá ter que sair. É assim?

Entrevistado- Sim, é isso. Aliás são requisitos de permanência exatamente isso, ou seja, as vítimas têm que cumprir o regulamento interno da casa e tem que manter-se a vontade da vítima em manter-se acolhida e manter a confidencialidade e sigilo, não divulgando onde se encontra acolhida.

Entrevistador- por falar em acolhida, como é feito este acolhimento?

Entrevistado – bom, depois de analisar o relatório de encaminhamento a vítima é acolhida. O transporte das vítimas para a casa de abrigo é assegurado pelo serviço de transporte de vítimas da Cruz Vermelha, específico para este serviço. A vítima entra na casa abrigo e no primeiro momento é apresentada à equipa técnica, às colegas e à casa. Faz-se o levantamento das necessidades identificadas pela vítima e é entregue um kit com roupa e produtos de higiene pessoal. A primeira semana é a semana de integração e é dado para a vítima refletir e pensar no seu projeto de vida. Na primeira semana não se inclui nas tarefas. Faz-se o Plano Individual de Intervenção com a vítima no sentido de programar o seu projeto de vida. Este plano é constantemente reavaliado. É um processo dinâmico, tendo em conta as características da vítima e até a própria dinâmica da vítima.

Entrevistador – uhm...vamos ver se eu percebi... o que me está a dizer é que na primeira semana faz-se o plano individual de intervenção com a vítima no sentido de programar o seu projeto de vida? O que é este plano individual de intervenção e como se faz o projeto de vida?

Entrevistado – sim, é isso. Este plano é no fundo um trajeto que é delineado desde o início com a vítima atendendo às suas necessidades e ao que espera do futuro. O que pretende do futuro para se começar desde logo a projetar o seu projeto de vida.

Entrevistador – mas como assim, pode ser mais específica? Do género, como é delineado? Quem faz parte da elaboração? Como se reajusta? Taxa de sucesso? por aí...

Entrevistado – O projeto de vida é delineado com a utente no início do acolhimento, sendo reavaliado mensalmente e podendo ser alterado caso a vítima entenda e caso haja alguma alteração. A função dos técnicos no Projeto de Vida é fazer o caminho com elas e tentar esclarecer relativamente às oportunidades que poderá ter ou até consequências que poderá ter resultantes do projeto de vida que definiu e ajudar a criar condições e mecanismos para a sua concretização. A pergunta mais pertinente na execução do plano individual é perguntar à vítima como é que a vítima se vê daqui a uns tempos. A duração do projeto de vida é sempre durante o tempo de permanência da vítima na casa. Em relação à taxa de sucesso, para mim é difícil falar sobre isto porque a taxa de sucesso é avaliada pelo grau de satisfação da vítima e pela concretização do seu projeto de vida. Entende? Ou seja, para a casa de abrigo a taxa de sucesso seria a vítima ter um projeto de vida sem violência e que não voltasse para o companheiro mas pode acontecer e acontece uma vítima delinear com a equipa técnica o seu projeto de vida e ser regressar para o seu companheiro. A vontade delas conta muito e aqui a taxa de sucesso é a vontade dela. O projeto de vida reajusta-se nas reavaliações mensais, só a equipa técnica e a vítima e caso seja necessário, pode acionar-se uma rede de parceiros.

Entrevistador – certo...e as vítimas como reagem ao projeto de vida? Têm vontade participar e até reajustá-lo às suas necessidades? Têm opinião?

Entrevistado – bem, há vítimas mais pro ativas na concretização do projeto de vida e há outras por causa da história de vitimização ficam mais passivas e por isso precisam de ser motivadas e incentivadas. O projeto de vida é feito por elas, são elas que dizem o que querem para o seu futuro.

Entrevistador – referiu que algumas vítimas ficam mais passivas e por isso precisam de ser motivadas. O que faz a casa abrigo para as motivar? Para as empoderar de modo a que sejam mais pro ativas na intervenção do seu projeto de vida?

Entrevistado – a casa abrigo tenta capacitar, promover competências, promover a inserção profissional na vida ativa e conseqüentemente a sua autonomização financeira. É isto que a casa abrigo faz. A casa abrigo tem uma equipa técnica multidisciplinar e especializada. Intervém junto das vítimas na área jurídico-penal, na área social,

profissional, cuidados de saúde, psicológico, educativo e escolar. Trabalha numa perspetiva de articulação, parceria com serviços e instituições. Relativamente à dinâmica institucional dando cumprimento ao Plano Individual de Intervenção, delineado com a vítima, inicia-se o processo de apoio, tendo em conta as características de cada vítima. Durante a permanência na casa, para além de se garantir a segurança das vítimas são também trabalhadas, reforçadas ou promovidas as competências pessoais, sociais, profissionais e parentais. Mediante a elaboração de um plano de atividades semanal, envolvendo a participação de todas as utentes com atividades ao nível de dinâmicas e reflexões de grupo, atividades desportivas e culturais, sessões temáticas, internet, culinária entre outras. Existe também o projeto «A Escola vai à Casa Abrigo» que consiste na afetação de uma docente para dinamizar sessões com as utentes acolhidas reforçando as competências básicas, capacitando-as e dotando-as de ferramentas que facilitem o regresso à vida social e profissional. Ainda durante a permanência na casa, as utentes são responsabilizadas nas tarefas domésticas, educação e cuidados aos filhos. Valoriza-se o seu papel, enquanto mulher e mãe.

Entrevistador – então ao capacitar e promover as competências acha que as vítimas conseguem e ficam preparadas para tornar sustentável um projeto de vida sem violência?

Entrevistado - A casa abrigo prepara para isso, mas muitas não conseguem por muitos problemas associados, exemplo porque os trabalhos são precários, os encargos são muitos, não conseguem autonomia económica, por exemplo. Mas preparadas ficam e fica nas mãos delas manterem a sustentabilidade desse projeto de vida com o apoio das entidades que as acompanham.

Entrevistador – ah, então mesmo que uma vítima saia da casa e tenha dificuldade na sustentabilidade do seu projeto de vida poderá manter algum apoio tanto da casa como de outras entidades parceiras que seja adequado apoiar e acompanhar, claro?

Entrevistado – sim, é isso. Mesmo que uma vítima já não esteja na casa ou seja já está no seu projeto de vida futuro, caso esteja com dificuldades em manter poderá sempre pedir ajuda à casa, pois a casa nunca fecha a porta a nenhuma vítima e pode ainda acionar algum parceiro para acompanhar e auxiliar.

Entrevistador- uma vez que falou na saída da casa. Como é que a casa abrigo prepara as vítimas para a saída?

Entrevistado – bem, reunidas as condições para a autonomização faz-se uma avaliação da situação no sentido de averiguar as necessidades que a vítima tem para a concretização do seu projeto de vida. Caso a vítima pretenda autonomizar-se e não tenha condições financeiras no momento a seguir à saída é acionado o Protocolo, a Carta de Compromisso «apoio à autonomização das vítimas» que prevê apoio financeiro, que por norma é convertido na aquisição de alguns equipamentos para a casa, pagamento de um ou dois meses de renda, despesas com integração dos filhos na escola ou outros que tenham a ver com a concretização da saída. Após a saída da utente é enviada uma ficha de ligação para os serviços que vão acompanhar a vítima para que lhe possam manter o apoio técnico iniciado na casa de abrigo.

Entrevistador – está a referir-se a que serviços?

Entrevistado - estou a falar da Segurança Social, Centro de Saúde, Câmara Municipal, entre outros. Como já referi são os parceiros para acompanhar e apoiar. A ficha de ligação envia-se para o serviço que for mais adequado àquela vítima.

Entrevistador – Ainda falando na saída. Qual a duração de permanência na casa?

Entrevistado – as vítimas podem ficar seis meses, podendo este período ser prorrogado no máximo por igual período de tempo, mediante parecer fundamentado da equipa técnica, acompanhado da avaliação da situação da vítima.

Entrevistador - então imaginamos que existiu um reajustamento no projeto de vida da vítima quase a terminar os seis meses. Neste caso, pode-se prorrogar o prazo para existir tempo de reajustar e terminar o projeto de vida com tempo de modo a serem observadas cuidadosamente as necessidades da vítima?

Entrevistado - sim, claro. É uma das situações em que o tempo pode ser prorrogado e só assim faz sentido.

Entrevistador – pois...só assim, faz sentido. Aliás, as casas de abrigo servem para isso mesmo ou seja, são uma oportunidade para as vítimas conseguirem realizar novamente a sua vida ou será só para tirar as vítimas da tensão do momento?

Entrevistado – não. As casas de abrigo são realmente uma oportunidade para as vítimas conseguirem realizar a sua vida num ambiente protegido e em segurança com apoio de técnicos para conseguirem romper com a relação violenta, caso pretendam. Se não pretenderem podem manter-se.

Entrevistador - sim, se não pretenderem podem manter-se...penso que entendo. Ou seja, o que quer dizer é que se as vítimas que não quiserem romper com a relação violenta podem manter-se nela e o seu projeto de vida passar por regressar ao companheiro? Se é assim, na sua opinião com tanta alteração na legislação das políticas de combate à violência e desta preparação das casas de abrigo porque acha que ainda existem vítimas a regressar para os companheiros que as maltratavam?

Entrevistado – sim, é isso. Penso que depende de vários fatores como por exemplo, a dependência emocional, financeira, dificuldades em romper com a relação afetiva. Na casa rompem fisicamente, mas não emocionalmente, uma vez que estão afastadas dele, mas não rompem laços emocionais.

Entrevistador – Falando de legislação...acha que com todas as mudanças à lei, alterações essas, sempre com o objetivo de proteger a vítima, acha que também é uma forma de empoderamento? Acha que a auxilia a vítima a sentir-se mais segura para delinear o seu projeto de vida futuro?

Entrevistado - sim, acho e sinto isso, até porque tem havido por parte dos governos uma forte aposta nos mecanismos de proteção às vítimas, mediante a aplicação de medidas de coação que asseguram a segurança das vítimas. Houve também o reforço na abertura de respostas especializadas para acolhimento das vítimas, nomeadamente, Centros de Acolhimento de emergência, Casas de Abrigo e Respostas de Acolhimento destinadas a grupos específicos de vítimas como por exemplo, LGBT. A legislação tem sido constantemente atualizada em função das reais necessidades das vítimas visando a sua proteção, segurança e empoderamento. A nova lei de regulamentação das estruturas das casas de abrigo vem criar melhores condições às vítimas e no acompanhamento efetuado. A criação de medidas protetoras e de legislação que salvaguardam os direitos das vítimas cria no fundo condições para que a vítima consiga denunciar e sentir-se mais protegida, logo mais empoderada e com mais ferramentas para delinear o seu projeto futuro.

Entrevistador – bem... estivemos sempre a falar das vítimas. Consegue descrever-me um perfil típico se é que existe e quais as motivações para procurar uma casa abrigo e um novo projeto de vida?

Entrevistado – por norma, as pessoas que recorrem à casa de abrigo estão em situação de risco de vida, sendo a saída das suas próprias casas o último recurso. Estão em situação de vulnerabilidade em termos emocionais, grande parte delas romperam os laços com a família alargada ou, não podem recorrer ao seu apoio para não as colocarem também em risco. A casa abrigo recebe vítimas dos mais diversos estratos sociais e económicos, contudo maioritariamente as vítimas provem de estratos sociais mais baixos, com poucas habilitações. As motivações são o que está em causa, ou seja, a sua situação e por isso a motivação tem a ver normalmente com o risco de vida e esta é uma motivação enorme para quererem ir para uma casa abrigo e delinearem um projeto de vida futuro sem violência.

Entrevistador - compreendo...daí terem que manter o sigilo sobre a localização da casa, certo?

Entrevistado – exato. A casa pretende assegurar sempre a segurança das vítimas, mas para isso ninguém pode falar sobre a localização da mesma. É uma regra básica para os companheiros não saberem onde estão. A casa pretende ser o mais familiar possível, onde as utentes usufruem de espaços de privacidade, mas também de espaços comuns que favoreçam a partilha e interação do grupo e se sintam bem.

Entrevistador – uma vez que estamos a falar da casa, fale-me sobre a estrutura da casa?

Entrevistado – a casa é uma resposta social da APEPI, tem acordo de cooperação com a segurança social para 16 utentes. A casa de abrigo pertence à rede nacional de estruturas de acolhimento às vítimas, sendo as entidades de tutela a CIG e a Segurança Social. A nível do organigrama interno, tem uma diretora técnica que acumula funções de assistente social e está a tempo inteiro. Tem um psicólogo a meio tempo e quatro ajudantes de ação direta. Funciona 24h, 365 dias por ano.

Entrevistador – para terminar a entrevista, uma última pergunta. Considera que a sua formação é uma mais-valia para a preparação de um novo projeto de vida das vítimas residentes?

Entrevistado - a minha formação é serviço social e sim, acho que é uma mais-valia porque é uma formação transversal e como tal prepara para acompanhar as pessoas nas diversas esferas da sua vida. O facto de também ser técnica de apoio à vítima prevê uma formação mais especializada e direcionada na intervenção às vítimas e no seu empoderamento porque quanto mais conhecimentos e ferramentas possuírem, melhor decidem sobre a sua vida, de uma forma esclarecida usufruem e conhecem, mas a função de técnica é esclarecer os seus direitos, deveres para decidirem de uma forma mais esclarecida. Acho que me estou a repetir...auxilia a quebrar o ciclo e romper com o ciclo. É por isso que a minha função e a casa abrigo existe e assim conseguem ter um projeto de vida, o qual acompanho durante a permanência da casa.

Entrevistador – resta-me agradecer pela sua disponibilidade e auxílio. Muito obrigada e muito sucesso futuro. Mais uma vez obrigada.

APÊNDICE 11 – SINOPSE DA ENTREVISTA/CONVERSA A MARIA A.

Categorias de Análise	Excertos da entrevista	Interpretação/Análise
<p>Vítima - Maria A.</p>	<p>«...começou-me a bater no primeiro dia de casamento. Já o pai dele era muito violento.»</p> <p>«... desde que estou na casa de abrigo, há um ano e quatro meses que já não falo com ele.»</p> <p>«...chamei a polícia e levaram-me para uma casa de abrigo...»</p>	<p>Mulher de 48 anos, divorciada, natural da Moldava, licenciada, desempregada, 1 filho.</p> <p>Começou a ser vítima do crime desde o primeiro dia de casamento.</p> <p>Acolhida na casa há 1 ano e 4 meses.</p> <p>Intervenção da polícia e encaminhamento para casa abrigo.</p>
<p>Crime de violência doméstica</p>	<p>«Estupidez. Um mau pensamento de homens e um amor mais grande para com os outros do que para família e para a vida...»</p> <p>«...os homens são egoístas, parecem umas crianças. É uma atitude incorreta para a família.»</p> <p>«... O importante devia ser respeito, amor, sentimentos, antigamente era outra educação, agora com esta liberdade, tudo no mundo mudou.»</p> <p>«... Ele batia-me muito... já me batia no corpo de forma a não deixar marcas...»</p>	<p>Encara o conceito do crime de violência doméstica como um crime de género, de mudança de valores. De desrespeito para a família e mudança no conceito familiar.</p> <p>Agressões físicas e o agressor tinha a preocupação de não deixar marcas.</p>

	<p>«... depois de 15 anos comecei a preparar os documentos para divorciar, mas pedi desculpa...»</p> <p>«... após este recomeço, durante 5 anos não bebia nada, não se metia com mulheres...»</p> <p>«... mas depois pouco a pouco começou a beber...já me batia no corpo...»</p> <p>«... nestes últimos 4 anos começou a beber mais, a ficar mais agressivo...»</p> <p>«...teve que se colocar à frente do pai para não me bater e foi nesta vez que nunca mais quis nada com ele...»</p> <p>«... começou-me a bater no primeiro dia de casamento...»</p> <p>«...estive casada 30 anos.»</p> <p>«Só apresentei queixa quando vim para aqui, para a casa de abrigo. Ele aterrorizava-me...»</p> <p>«... nunca retirei a queixa e desde esse momento nunca mais voltei para ele...»</p> <p>«... para ficarmos mais longe porque vivíamos em Portimão, enviaram-nos para esta casa...»</p>	<p>Tentou colocar término ao ciclo da violência ao fim de 15 anos de casamento.</p> <p>Regressou ao ciclo da violência após o agressor pedir desculpa.</p> <p>Após a fase de lua de mel, as agressões físicas continuaram, até as agressões serem mais intensas.</p> <p>O fim das agressões deu-se quando, na fase violenta, o filho colocou-se entre os dois para evitar a agressão.</p> <p>Foi vítima de violência doméstica desde o primeiro dia do casamento.</p> <p>Foi vítima de violência durante 30 anos.</p> <p>Apresentou queixa quando foi para a Casa Abrigo.</p> <p>Nunca teve vontade de suspender ou retirar a queixa.</p>
--	--	---

	<p>«... foi um refúgio e um local mais calmo para eu pensar e meter na balança os trinta anos de casamento.»</p>	<p>Nunca regressou para o ex marido ou teve vontade de regressar.</p> <p>Foi para a Casa Abrigo Teresa Morais para ficar distante do agressor.</p> <p>Sentiu a chegada à casa abrigo como um refúgio e um local calmo para reflexão.</p>
<p>Casa Abrigo Teresa Morais</p>	<p>«Foi boa. Foram muitas novidades. Claro que no início não gostei. Foi difícil, mas é melhor assim, do que ficar em casa...»</p> <p>«... esta casa foi uma ajuda, um apoio...»</p> <p>«É um refúgio...»</p> <p>«... esta casa é bom para isso, romper com a situação...»</p> <p>«...temos tudo...»</p> <p>«...o que faz falta é as mulheres terem mais respeito umas com as outras.»</p> <p>«... existem conflitos é claro...»</p> <p>«...trabalhar na casa não é fácil, porque somos todas diferentes...»</p> <p>«... a diretora ensina e ajuda a tratar dos documentos para pedir apoio económico. Temos psicólogo, se queremos falar, temos o horário do psicólogo e ele ajuda-nos...»</p> <p>«... a casa ajuda na procura de emprego, vai dizendo onde estão a pedir ofertas...»</p> <p>«...ou se houver trabalho noutra área de outra casa pode-se fazer transferência da mulher para arranjar emprego noutra área...»</p>	<p>Adaptação bem à casa, apesar de ser difícil. A casa representa um refúgio, um apoio, uma ajuda, para sair da violência que vivia na sua residência.</p> <p>Estar na casa é terminar com a violência. Acha que não falta nada na casa.</p> <p>As mulheres residentes deviam ter mais respeito umas com as outras.</p> <p>Assume que existem conflitos e que não é fácil executar as tarefas na casa, justificando com a diferença entre residentes.</p> <p>Existe apoio administrativo, apoio económico, apoio psicológico, apoio na procura de emprego.</p> <p>Possibilidade de transferência de casa abrigo se a vítima arranjar emprego noutra área.</p>

	<p>«...gosto das atividades mais de trabalho manual. Não entra tanta porcaria na cabeça...»</p> <p>«...o medo não passa claro, mas a casa fez-me entender que fiz um grande erro na vida, que devia ter saído da relação há mais tempo...»</p> <p>«...olha sinto-me mais calma, mais forte, capaz de tudo, sou calma, estou calma...»</p> <p>«...já posso conversar livre com o meu filho...»</p>	<p>Gosta das atividades pois enquanto trabalha tem a mente ocupada.</p> <p>Classifica a casa como resposta segura, embora o medo não passe.</p> <p>A casa auxiliou na compreensão de que deveria ter terminado mais cedo a relação</p> <p>Sente-se uma mulher transformada, mais calma, mais forte e livre.</p>
<p>Projeto de vida da Vítima</p>	<p>«... aqui ajudaram-me e a mim chamavam-me sempre sobre as ajuda...»</p> <p>«... eu não sei. Eu penso que sim... aqui eu tive alguém comigo ao lado a ajudar-me.»</p> <p>«...arranjaram-me uma casa para eu ir viver com o meu filho... vou fazer o meu projeto de vida noutra cidade, ajudaram-me muito...»</p> <p>«...ajudaram-me também com o rendimento social...»</p> <p>«... empregos não me poderão ajudar ainda porque eu estou com um problema de saúde.»</p> <p>«... a Dra trabalha muito nesse sentido do projeto de vida...»</p> <p>«... sinto me preparada...»</p> <p>«... começa a voltar a mulher que fui.»</p>	<p>A vítima faz parte integrante do seu projeto de vida.</p> <p>Não tem a certeza se pode transformar o seu projeto de vida, mas reconhece que teve sempre alguém ao lado a prestar apoio.</p> <p>Na preparação do projeto de vida sente apoio dos técnicos da casa em vários aspetos, incluindo a diretora técnica.</p> <p>Sente-se preparada para iniciar uma vida nova</p> <p>Sente-se com mais autonomia.</p>

	<p>«... já tenho mais confiança em mim...» «... a violência muda... fiquei mais fechada, fiquei calada... agora estou mais aberta, mais comunicativa.» «... mas sim, consigo um projeto de vida sem violência.» «... de viver feliz...», «... eu sou capaz de ser pai e mãe...»</p>	<p>Sente-se transformada.</p> <p>Antes, no contexto de violência era mais reservada e após passar pela casa, sem violência, sente-se mais comunicativa.</p> <p>Visualiza um projeto de vida, feliz, sem violência e não equaciona a vida numa relação com um homem, pois consegue fazer o papel de mãe e pai.</p> <p>Sente-se diferente, mais confiante.</p>
--	--	--

APÊNDICE 12 – SINOPSE DA ENTREVISTA/CONVERSA A MARIA B.

Categorias de Análise	Excertos da entrevista	Interpretação/Análise
<p>Vítima – Maria B.</p>	<p>«... estou aqui há 3 meses, fez no dia 13 deste mês 3 meses que estou nesta casa de abrigo...»</p>	<p>Em entrevista não quis referir os seus dados identificativos. Em conversa mais informal e durante o percurso da investigação analisou-se ser uma mulher de 53 anos, casada, natural de Oleiros, Castelo Branco, com o 4º ano de escolaridade, desempregada, com dois filhos, um rapaz de 25 anos e uma rapariga de 23 anos. Esteve casada 27 anos e a violência iniciou-se após o nascimento dos filhos.</p> <p>A mulher estava acolhida na casa há três meses.</p>
<p>Crime De Violência Doméstica</p>	<p>«É bater, é tratar mal por palavras e várias coisas, ... sei lá... olhe muitas coisas, coisas, etc...»</p> <p>«... batia-me e depois queria ir para a vida sexual, procurava-me...entende?...»</p> <p>«... ele obrigava muita vez a ter relações sexuais sem eu ter vontade, muito violento...»</p> <p>«... agressões físicas, psicológicas, sexuais...»</p>	<p>Entende o conceito como um conceito alargado, entre a dimensão física, psíquica e muitas outras coisas. Percebe-se alguma confusão.</p> <p>Foi sujeita a violência física, psicológica e sexual.</p>

	<p>«...mas ele nunca me proibia de sair de casa, mas batia-me tanto.»</p> <p>«...nunca o deixei por causa dos filhos quando eram pequeninos e depois quando eles saíram de casa, pensei que ele mudasse, mas as coisas pioraram...»</p> <p>«...tentei por fim a esta situação com a ajuda da minha filha, foi dia 27 de fevereiro deste ano a minha filha estava de férias em minha casa e a minha filha disse se tocares na minha mãe, eu chamo a polícia.» «... Foi a minha filha que me ajudou.»</p> <p>«... a polícia levou-me e apresentei queixa...»</p> <p>«... O processo está a correr e não quero tirar queixa...»</p> <p>«... nem voltar para ele. Desde o primeiro dia que nunca pensei em voltar para ele.»</p>	<p>Os filhos foram vítimas secundárias. A perpetuação do crime de violência doméstica durou aproximadamente 20 anos. Aguentou a violência por causa dos filhos serem pequenos e porque pensou que o agressor mudasse de comportamento.</p> <p>Só tentou colocar um fim à violência na fase do ataque violento e com o auxílio da filha.</p> <p>O apoio da filha foi peça fundamental para esta mulher conseguir libertar-se do ciclo da violência.</p> <p>Apresentou queixa na Polícia. Foi esta entidade que a retirou da tensão.</p> <p>Nunca suspendeu o processo, nem tem intenção de o fazer.</p> <p>Não tem vontade de regressar para junto do marido. Nunca colocou essa a hipótese de regressar para o mesmo contexto.</p>
--	--	--

	<p>«... foi a polícia que chamou a Cruz Vermelha que me foi pôr em Leiria e estive 13 dias nessa casa e depois encaminhou-me para esta casa de abrigo.»</p>	<p>A vítima foi encaminhada pelas entidades de primeira linha até chegar à casa Teresa Morais.</p>
<p>Casa Abrigo Teresa Morais</p>	<p>«... foi boa, prontos... sempre custa um dia ou dois porque não conhecemos as pessoas... mas foi boa a minha adaptação...»</p> <p>«... corresponde às minhas expectativas, porque eu já estava mais ou menos informada como funcionam as casas de abrigo.»</p> <p>«... é uma casa que nos acolhe, que nos ajuda em tudo aquilo que nós precisamos. Espero que a casa me continue a dar apoio e ajuda no que eu precisar até cá estiver ...»</p> <p>«... Temos tudo o que precisamos, temos apoio, acho que não faz falta nada. Temos o essencial. O que interessa é o essencial...»</p> <p>«Temos a pequena ajuda da segurança social, no económico, o RSI e para a ajuda de emprego estamos inscritos no Centro de Emprego...»</p>	<p>Adaptou-se bem, embora tenha sentido algumas dificuldades, pois não conhecia as residentes.</p> <p>A casa correspondeu às expectativas devido a ter informação sobre o funcionamento de casas de abrigo.</p> <p>Acha que a casa serve para prestar o acolhimento e auxiliar em tudo o que as vítimas necessitarem e tem esperança neste apoio durante a sua permanência na casa.</p> <p>Sente que na casa tem o essencial e que o essencial é que interessa. Considera uma boa resposta para proteção.</p> <p>São prestados apoios ao nível da Segurança Social, apoios económicos, apoios para empregabilidade e apoio psicológico.</p>

	<p>«... quanto ao apoio psicológico temos o Dr. Paulo para falar connosco quando precisamos...»</p> <p>«São do meu agrado porque temos que fazer igual tal e qual como se estivéssemos na nossa casa...»</p> <p>«Sem medos de entrar em casa que é a principal. Que chega a casa e não tem aquele medo de estar em casa. A casa tem-me dado apoio e isso está a fazer-me uma pessoa mais segura.»</p>	<p>As atividades desenvolvidas na casa são do agrado da vítima.</p> <p>Sente-se uma mulher transformada, mais segura e sem medos. Os apoios prestados durante a sua estadia na casa fizeram com que se sentisse mais segura.</p>
<p>Projeto De Vida da Vítima</p>	<p>«é difícil porque embora a casa de abrigo implemente que nós temos que tentar arranjar emprego mas com esta idade quem me vai dar emprego...»</p> <p>«...a Dra. também tenta que eu arrende uma casa mas são muito caras...»</p> <p>«.... Eles dizem que nos dois primeiros meses para a autonomia a casa de abrigo ajuda mas mesmo assim não sei se consigo, vamos ver...»</p> <p>«Sou chamada ao processo e o Dr. Paulo tentou arranjar uma casa na segurança social, se fosse uma pequenina, ajudar na renda já era muito para mim. Posso intervir.»</p>	<p>A casa abrigo prepara as vítimas para a sua autonomia, incentivando na procura de emprego e posteriormente no arrendamento de uma casa.</p> <p>Os dois primeiros meses na casa são para trabalhar a autonomia das vítimas.</p> <p>A vítima faz parte integrante do projeto de vida e pode intervir no mesmo.</p>

	<p>«Prepara nos para sairmos daqui. Prepara-nos para termos que ter um trabalho primeiro e uma casa...»</p> <p>«... Sim, estou melhor, porque estou sem medos, entro nesta casa sem medos, sem violência. Sinto-me mais autónoma...»</p> <p>«..., talvez se estivesse mais perto dele não me sentisse tão autónoma.»</p> <p>«Sim, desde que esteja sozinha. Esse é o meu projeto de vida, sozinha. Homens longe, como costuma dizer à terceira só cai quem quer.»</p> <p>«Era arranjar um emprego e uma casa para começar a vida.»</p> <p>«Eu queria era estar feliz, com saúde, feliz comigo própria era sinal que estava tudo bem.»</p>	<p>A vítima tem apoio dos técnicos da casa que as preparam para a saída.</p> <p>Sente-se melhor, sem medos, sem violência e mais autónoma. Sente-se transformada.</p> <p>Percebe e sente que o facto de estar longe do agressor é um fator relevante na sua autonomia.</p> <p>Sente-se preparada para deixar a casa e iniciar um novo projeto de vida, desde que seja sozinha, sem nenhum homem.</p> <p>As suas motivações para o futuro passam por arranjar emprego e uma casa.</p> <p>No seu projeto de vida futuro quer ser feliz e com saúde.</p>
--	---	---

APÊNDICE 13 – SINOPSE DA ENTREVISTA/CONVERSA A MARIA C.

Categorias de Análise	Excertos da entrevista	Interpretação/Análise
<p>Vítima – Maria C.</p>	<p>«(...) a primeira vez que ele me tratou mal foi porque eu fui jantar com uma amiga e quando cheguei a casa levei porrada porque não tinha nada que ir jantar com a rapariga e era uma rapariga...»</p> <p>«...há 9 anos fora da casa. Entrei em Fevereiro de 2009 e saí em maio de 2019...»</p>	<p>Mulher de 60 anos, viúva, 9º ano de escolaridade, trabalha como cuidadora de idosos, 2 filhos.</p> <p>Início da violência já depois de casada, após ter ido jantar com uma amiga. Foi sujeita a violência física e psíquica, restringindo as suas relações interpessoais.</p> <p>Esteve quase 4 meses na casa abrigo.</p>
<p>Crime de violência doméstica</p>	<p>“(...) é não deixar a pessoa sair de casa. Ameaças de pancada e ...ameaças de pancada, não deixar a pessoa sair de casa. Vigiar os amigos e amigas que tem e pode haver violência física ou não porque a psicológica também afecta. O essencial é isto, portanto bater, acho que isso tudo é violência domestica, maltratar. No todo isso já é muito coisa. Forçar a pessoa a ter sexo sem a pessoa querer, também é violência. É isso.”</p>	<p>Conceito de violência doméstica centrado na agressão física e controlo, mas alargado à coação sexual.</p>

	<p>“...Depois pedia desculpa e eu desculpava e ficava tudo bem, depois começava a aparecer os filhos...”</p> <p>“Ele pediu-me para eu fazer almoço para o empregado e eu não ouvi e não fiz comer a contar com ele e ele atirou-me a travessa do comer para cima de mim e disse que quando chegasse não me queria ver e eu agarrei nos meus filhos e fui para casa da minha irmã, mas ela avisou-o e ele foi ter comigo. E ele foi-me buscar. Voltei outra vez para ele. Outra vez, ele era alcoólico, foi para os copos, bateu-me e eu fugi para Coimbra, pedi ajuda à Cáritas Diocesanas de Coimbra.”</p> <p>“A primeira vez que eu sai de casa a minha filha tinha 7 meses.”</p> <p>“(…) enviaram-me para Setúbal para uma casa de ajuda de mulheres separadas e maltratadas e os meus filhos foram para o colégio, entretanto arranjei trabalho e não sei como ele descobriu onde eu estava e foi buscar os meus filhos ao colégio. Ele foi-me mostrar os filhos e eu voltei para ele. Voltou a bater-me e eu voltei a fugir para Coimbra. Aqui já havia Casa de Abrigo e fui para a Guarda. Fui com os meus filhos para a Casa de Abrigo da Guarda.</p>	<p>Ciclo da violência doméstica com desculpas seguidas de agressões, saídas de casa seguidas de regressos.</p> <p>Tentou parar o ciclo da violência com as saídas do domicílio de ambos.</p> <p>Os filhos foram utilizados pelo agressor para manutenção do ciclo da violência.</p>
--	--	---

	<p>Ele descobriu onde eu estava e foi buscar as crianças, voltei para ele outra vez.”</p> <p>“(…) pois eu sabia que se fugisse ele descobria onde eu estava e ia buscar as crianças, assim preferi ficar na relação, pelos filhos.”</p> <p>“Quando a minha filha fez 14 anos ela começou a revoltar-se e ele começou a maltratá-la …Ele foi à procura dela e deu-lhe porrada com um cinto. (…)”</p> <p>“(…) os maus tratos continuaram e nisto tudo passaram 20 anos (…)”</p> <p>“Estive com ele 20 anos, 20 anos de sofrimento.”</p> <p>“(…)o meu filho saiu de casa e proibiu-me de falar com o meu filho (….) Já não tinha nenhum filho em casa e agarrei num saco, meti lá uns pijamas e fui embora. Fui ter à proteção de menores e foram ela que me levaram para a polícia. Apresentei queixa e a polícia meteu-me no comboio para as freiras, quero dizer para a Cáritas e depois a APAV enviou-me para a Casa de Abrigo de Pombal.”</p>	<p>A filha foi outra das vítimas do agregado.</p> <p>A relação violenta e o crime de violência doméstica duraram 20 anos.</p> <p>Apresentou queixa ao final de 20 anos, quando o último dos seus dois filhos saiu de casa, mas logo a tentou retirar a pedido do seu filho, mas não regressou para o companheiro desde então. Após apresentar queixa, fugiu do agressor e foi encaminhada para a Casa Abrigo pela APAV.</p>
--	---	---

	<p>“.. apresentei queixa e tentei retirar a queixa porque o meu filho pediu, mas na altura que eu tentei tirar a queixa já era crime público, já não consegui tirar. Ele ficou com ordem de não se aproximar de mim, eu evitava ir à Covilhã. O meu filho vinha a Pombal ver-me.”</p>	
<p>Casa Abrigo Teresa Morais</p>	<p>“(…) foi um abrigo, foi um refúgio. Eu ali sentia-me protegida. No princípio era muito difícil eu sair à rua, mas depois aos poucos fui-me habituado. Ajudaram-me, deram-me roupa, pois eu só trazia pijamas. O que eu esperava era um refúgio e ajudaram-me a arranjar trabalho. Arranjei trabalho como cuidadora de idosos. Arranjei amigas que me ajudaram e ainda me ajudam.”</p> <p>“(…) Porque eu fui criada num colégio de férias, onde havia regras, sempre tive regras na minha vida e na casa também havia regras e eu adaptei-me bem.”</p> <p>“(…) eu na altura lembro-me de as mães serem separadas dos filhos, isso mudava. Agora sei que já não existe este problema. A casa era boa para as condições que precisávamos. Nós íamos à procura de um abrigo, não de um hotel, estava tudo limpo, havia higiene, não faltava comida, nem apoios. Incentivam a procurar emprego.”</p>	<p>Na Casa Abrigo sentiu-se segura, correspondendo às expectativas de proteção que tinha em relação à casa. Teve dificuldades em sair da casa numa fase inicial, mas no decorrer da integração na casa e numa atividade laboral conseguir normalizar a sua situação, sentindo-se plenamente confortável.</p> <p>Não teve dificuldades em se adaptar à dinâmica da casa pois já tinha tido uma experiência de viver em comunidade na infância.</p> <p>A vítima critica a separação de mãe e filhos que se fazia no passado, mas esta prática já foi alterada.</p> <p>Considera as instalações adequadas e valoriza o facto da procura de trabalho ser incentivada.</p>

	<p>“É [uma boa resposta]. Para quem quiser sair é. É preciso querer! É preciso uma pessoa querer recomeçar sem nada. É preciso esquecer tudo o que teve no passado e tentar andar de cabeça erguida e pensar que o que passou passou, ficou para trás, temos que olhar por nós e pelos filhos.”</p> <p>“(…)mandavam-nos inscrever no centro de emprego e começamos a procurar trabalho, cada uma na área de gosto pessoal e eu comecei como cuidadora de idosos, como interna, mas cuidadora de idosos. A nível do psicólogo era bom, eu cheguei a trabalhar e a ir falar com a psicóloga. A nível económico não me lembro de ajuda, acho que não ajudam. Há raparigas que dão louças e roupas de cama quando refazem a sua vida, mas a mim não deram porque eu comecei a trabalhar como interna e tinha as coisas. Cuidava da senhora e estava lá noite e dia.”</p>	<p>Considera uma boa resposta para vítimas de violência doméstica, ressaltando a necessidade de as vítimas estarem preparadas para o recomeço.</p> <p>Na casa a vítima teve apoio na procura de uma nova atividade laboral e apoio psicológico, não tendo beneficiado de apoio financeiro por ter uma fonte de rendimento.</p> <p>Além das atividades de vida diária habituais, também tinha atividades lúdicas e de auxílio a outros elementos.</p>
--	--	--

	<p>Fomos ver o castelo. As atividades eram as normais de uma dona de casa. Bem, íamos ao cinema. Também fomos ao teatro. Bem já passaram 9 anos desde que saí da casa de abrigo, não me lembro bem.</p> <p>Incentivavam-nos a procurar emprego e fazíamos a vida de casa, cozinhávamos, limpávamos a casa, cuidávamos da roupa das camas. Também dividíamos a roupa para doações. Ali vai parar tudo e dali é que dividíamos para as crianças que precisavam.”</p> <p>“Isso é uma pergunta como um pau de dois bicos...portanto...eu saí de uma casa com todo o conforto e tenho muitas vezes alturas que me interrogo se não era preferível estar a levar porrada do que às vezes não ter dinheiro nem para beber café. Se compro pão não posso beber café.”</p> <p>“Eu no principio tinha vergonha mas depois fui ganhando autoestima e convenci-me que tinha de levantar a cabeça e a minha vida tinha que continuar. Comecei a gostar de mim, comecei a olhar para o espelho e descobri que era uma mulher bonita e velha e que tinha que lutar sozinha para sobreviver. A Casa fez-me ver</p>	<p>A vítima considera que a mudança da sua situação económica com a saída de casa do agressor se agravou, e que esse facto a leva ocasionalmente a duvidar se tomou a opção correta.</p> <p>A casa permitiu o seu crescimento como pessoa, considerando melhor a sua autoestima e perceção sobre si própria, suas capacidades e sua beleza física.</p>
--	--	--

	<p>isto tudo porque eu ali, em conversas com a psicóloga e com a auxiliar incentivavam-nos a gostar de nós.</p>	
<p>Projeto de Vida da Vítima</p>	<p>“Arranjaram-me trabalho como cuidadora de idosa, interna. Quando acabou fui para casa de uma amiga que conheci na casa e arranjei outro trabalho. E assim tenho feito. Tem sido difícil mas tenho conseguido. Portanto a diretora falou-me logo deste trabalho quando eu disse que gostava de cuidar de idosos. Eu aceitei e fui.”</p> <p>“(…) preparou-me a dizer que eu não podia ter medo, que estava longe do agressor, que tinha x tempo para lá estar, passado esse x tempo tinha que sair. Foi isto. Preparou com conversas com a psicóloga a não ter medo, que o agressor não nos encontrava. Se precisássemos podíamos ligar a pedir ajuda. Incentivava a procurar trabalho.”</p> <p>“Eu não queria sair de lá porque eu gostava de estar lá, estava habituada a estar presa por isso gostava de estar lá. Eu lá estava segura, mas eu tinha que lutar pelo meu futuro. Tinha que ganhar dinheiro para me sustentar e agarrei me ao primeiro trabalho que apareceu.”</p>	<p>Teve auxílio a delinear o seu recomeço, tendo sido ajudada a iniciar o seu projeto para o futuro com um emprego proposto pela Casa.</p> <p>Na Casa teve apoio na preparação para o recomeço ajudando a vítima no planeamento, apoio psicológico e disponibilidade para ajudar em momentos críticos. O apoio psicológico prestado ajudou a vítima a sentir-se segura e sem medo.</p> <p>No momento de sair da casa teve receio, por sentir segurança e apoio, perante a necessidade de se autonomizar a vítima persistiu na progressão do seu projeto pessoal.</p>

	<p>“Sim, nós temos que lutar para ter um emprego, senão lutarmos vamos para o charco. Temos que lutar para conseguir um trabalho. Conseguir e preservá-lo. Portanto, nós podemos escolher o que nos convém e podemos intervir, do género, não quero ir para restauração, vou para geriatria. Nós podemos procurar a área que queremos seguir. É o que surge porque uma pessoa tem que se agarrar às oportunidades que vão surgindo. Procuramos o que nos convém.”</p> <p>“Eu ainda hoje tenho medo de o encontrar. Ainda não perdi o medo. Tenho andando a sobreviver. Tenho mais auto estima. Estou mais segura de mim. Já não sou aquela pessoa insegura. Tenho que ir buscar força sei lá onde. Sim, senti-me mais segura. A minha autoestima subiu. Arranjei coragem. É todos os dias uma luta. Sei lá...”</p> <p>“(...)sinto-me mais segura e a mim só eu é que mando, mais ninguém manda em mim.”</p> <p>“ Sim, estou. Isso é que era bom! Estou é a ficar velha. Daqui a dois dias já não posso trabalhar, estou velha e depois como é que eu me sustento. Não quero mais violência, não quero cá mais ninguém.”</p>	<p>O projeto futuro foi contruído com a sua total participação, dando ênfase na participação da vítima na opção do seu futuro laboral.</p> <p>A vítima tem mais autoestima e isto reflete-se numa atitude mais assertiva e segura.</p> <p>Deseja um futuro sem violência para si e considera-se capaz de viver sem violência, nomeadamente recusando aproximação de um companheiro.</p>
--	---	---

	<p>“Tenho trabalho, de vez em quando vou ver o meu filho que vive na Covilhã, já não tenho medo de ir à Covilhã. A minha filha vive na França, estou com ela nas férias, tenho duas netas que vejo nas férias e no computador. Na vida social vou beber café, vou ao shopping com amigas. Vou para a praia com as amigas, tenho facebook e falo com amigas, uma vida normal.”</p>	<p>Neste momento é autónoma, reside sozinha, tem trabalho, visita a sua família regularmente e tem amigos com quem convive frequentemente, considerando ter uma vida dentro dos seus padrões de normalidade.</p>
--	---	--

APÊNDICE 14 – SINOPSE DA ENTREVISTA/CONVERSA A MARIA D.

Categorias de Análise	Excertos da entrevista	Interpretação/Análise
Vítima – Maria D.	«Após 4 anos de eu estar a viver em comum com o agressor começou a violência.»	Mulher de 39 anos, divorciada, 1 filho, com o 11º ano e empregada de hotelaria de profissão. O início do crime foi após 4 anos de vida em comum.
Crime De Violência Doméstica	<p>«(...) para mim tudo o que é violência doméstica engloba, violência física psicológica e moral. Violência doméstica também é o começo da falta de respeito. O começo da falta de respeito é o começo da violência doméstica»</p> <p>«Durante o primeiro ano foi violência verbal, desconfiança, acusações e começaram por causa do álcool.»</p> <p>«Por norma as pessoas que estavam presentes era eu, o filho dele e a mãe dele quando vinha para me ajudar a tentar aclamar os ânimos... Ele fazia os maiores disparates bêbedo, mas nunca agrediu o filho dele, era capaz de lhe gritar para sair dali mas bater-lhe não. Nunca</p>	<p>O conceito de violência doméstica da vítima é alargado à dimensão física e psíquica e ainda alude à dinâmica evolutiva da violência.</p> <p>Evoluiu de uma violência psicológica para uma violência física. Contextualizada por abuso de álcool.</p> <p>O seu filho e a sogra da vítima assistiram às agressões, este nunca os agrediu fisicamente. Estes foram vítimas de violência predominantemente psicológica.</p>

	<p>se virava à mãe, mas dizia lhe muitas parvoíces.»</p> <p>«Vivi 8 anos com o meu companheiro e os primeiros 4 anos fui tratada como uma rainha, ...mas após os 4 anos foi aumentando o consumo de álcool e começou a agredir.»</p> <p>«as primeiras vezes foi, dando-lhe a escolher entre, ou ele fazia um tratamento ao álcool ou eu fazia queixa dele na policia. Ele optou por fazer tratamento ao álcool mas fez só uma vez e depois acabou de meter o medicamento no lixo.»</p> <p>«Tive falta de coragem de sair da relação para não ser apontada, tinha receio que ele fosse mais agressivo.»</p> <p>«O limite foi mesmo quando senti medo de morrer e foi nessa madrugada que sai de casa. Ele estava tão descontrolado, tão descontrolado, eu naquela noite levei tanta porrada, tanta porrada, ele andou atrás de mim com uma navalha, ele deixou cair a navalha e ela foi para trás do sofá, ele naquela noite matava-me.»</p> <p>«Naquela manhã, aproveitando o facto de ele ter saído, dirigi-me ao posto da GNR apresentei queixa e ajudaram-me e</p>	<p>O crime teve a duração de 4 anos.</p> <p>Tentou parar o ciclo da violência exigindo ao companheiro que fizesse tratamento para o alcoolismo, mas este abandonou o tratamento rapidamente.</p> <p>Manteve-se na relação com receio que este fosse mais agressivo e por medo da crítica social.</p> <p>O momento em que decidiu pela rutura foi quando sentiu a sua vida ameaçada.</p> <p>Após um episódio grave de violência saiu de casa e dirigiu-se às autoridades para fazer queixa, tendo sido devidamente encaminhada, após o que foi orientada para uma Casa Emergência.</p>
--	---	---

	<p>encaminharam-me para os passos que eu teria que dar, porque eu estava no escuro... Lá para as dez da noite foi a Cruz Vermelha buscar-me para a Casa de Emergência.»</p> <p>«Suspendi a queixa com esperança que ele se arrependesse. Suspendi a queixa porque eu não queria estar a receber dinheiro dele, ter uma indemnização dele, pensei que o dinheiro lhe poderia fazer falta para ele ou o filho comer e suspendi a queixa. O facto de eu gostar dele, eu não lhe queria por mais um encargo.»</p> <p>«(...)quando estava na Casa de emergência foi-me dado a escolher várias casas de abrigo em vários pontos do país e a minha preocupação era ir para um meio que não fosse enorme, queria ir para um meio onde eu me identificava ... e escolhi Pombal porque disseram me que havia grande variedade de emprego e reencaminharam-me da Figueira da Foz para Pombal. Eu é que escolhi Pombal”»</p>	<p>A vítima suspendeu a queixa por não querer prejudicar financeiramente o agressor, mas nunca mais regressou ao domicílio de ambos.</p> <p>Decidiu pela Casa abrigo quando ainda estava na casa de emergência, optando por uma localidade com a qual se identificava.</p>
<p>Casa Abrigo Teresa Morais</p>	<p>“tive dias maus, tive dias horríveis e tive dias mais ou menos bons. Mais ou menos bons até eram poucos. Dias maus eram aqueles em que eu queria desistir de tudo. Tinha saudades das minhas coisas que deixei para trás, tinha</p>	<p>A vítima refere ter tido boa adaptação à Casa Abrigo numa avaliação global, com algumas dificuldades iniciais relacionada com saudades da sua família. Descreve-a como um ambiente familiar, com respeito pelos limites da</p>

	<p>saudades da minha família, das minhas colegas, do meu trabalho, da minha estabilidade. Dias horríveis eram os dias em que eu chorava desde manhã até à noite porque me queria ir embora. Até porque eu não conhecia nem nada nem ninguém, o que é que me estava aqui a segurar...os dias mais ou menos bons foi quando eu comecei a trabalhar, já tinha a minha mente ocupada, comecei a ganhar a minha independência, mas foi o facto de estar a trabalhar que me levou a que os dias não fossem tão maus porque conseguia ter a mente ocupada e não pensar tanto no que me aconteceu.”</p> <p>“Para mim a casa abrigo foi uma nova família até porque eu tinha deixado tudo para trás. Foi realmente onde eu encontrei as pessoas que me compreendiam, as pessoas que me apoiavam e aquelas pessoas que nunca me apontaram o dedo. Eu só contava pormenores se eu quisesse. Nunca tentaram coscuvilhar a razão pela qual eu tinha vindo.”</p> <p>“Superou as minhas expectativas, deram-me um tecto, roupa lavada, deram-me o meu banho diário e até apoio psicológico me deram. Quando era preciso falar estava lá alguém para me ouvir. Quando precisava de chorar essas</p>	<p>privacidade pessoal. Representou para a vítima uma figura muito próxima a uma família.</p> <p>A Casa Abrigo superou as expectativas da vítima na medida em que a proveu todas as</p>
--	---	---

	<p>peessoas também lá estavam. Sempre me deram a mão, me deram o ombro, sem perguntas. Eu da casa só esperava um tecto e enquanto não trabalhasse um prato de comer e a minha higiene pessoal e tive muito mais do que isso. Superou-me.”</p> <p>“a casa proporciona tao bem estar que as pessoas que lá estão até se acomodam e não querem trabalhar. Tem teto, tem comida, tem roupa lavada, tem comida, ainda lhe tratam dos documentos, dos rendimentos mínimos. A casa proporciona bem estar de mais. Tem shampoos, vão buscar roupas, não precisam de ganhar dinheiro... Eu da casa só tenho bem a dizer e o que faz falta na casa é obrigarem a trabalhar. Era obrigar a trabalhar para os consumos diários porque assim, já não estavam tanto tempo na casa e vai-se arrastar os processos e prolongar os dias na casa. Há pessoas na casa que exigem na casa o que nunca tiveram em casa e é dado.”</p> <p>“tudo o que aconselham, todas as experiências de vida que já por lá passaram, sem dizerem nomes e recontam-nos, por vezes é um impulso para termos coragem. Houve uma senhora que veio para aqui, voltou para casa, mas depois voltou a pedir ajuda. É o</p>	<p>suas necessidades mais básicas e necessidades emocionais.</p> <p>A casa proporciona bem-estar às suas utentes, colmatando todas as suas necessidades, levando a que algumas das utentes se acomodem e não evoluam para a autonomia. Na opinião da vítima as utentes necessitam ser pressionadas para uma atividade laboral para se poderem financiar e assim serem independentes.</p> <p>A possibilidade de conhecer outras vítimas com histórias semelhantes ajuda as vítimas a</p>
--	--	---

	<p>encorajamento de não se voltar para o agressor para as nossas casa.”</p> <p>“(…)se fosse preciso choravam connosco, se fosse preciso ouvir nos em silencio ouviam. Se lhe pedíssemos uma opinião para a vida aconselhavam com base na minha personalidade. Era um apoio para cada pessoa, não era um conselho ou opinião para o geral. Todas as semanas o psicólogo falava individualmente por cada uma. Cada pessoa tinha o seu próprio apoio.”</p> <p>“nível económico é nos dado a escolher entre duas ajudas ou nos ajudam a mobilar, dão eletrodomésticos, são tratados os documentos para a segurança social onde nos é pago o aluguer do apartamento em dois meses...para o começo é um bom impulso. A nível psicológico temos o psicólogo dentro da casa e fora da casa após seis meses de ter saído da casa a direção telefona para saber se precisamos de roupas, bens alimentares, de produtos de higiene, se precisamos de apoio psicológico ou psiquiátrico. Já estamos fora da casa e há a preocupação se precisamos de algo. Se precisarem de apoio, reencaminham.”</p>	<p>sentirem-se mais confortadas e encoraja a persistência no projeto.</p> <p>O apoio prestado pelos técnicos tem uma intensa componente humana ajudam as vítimas, além do apoio psicoterapêutico estruturado.</p> <p>Outro tipo de apoios prestados, além do psicoterapêutico, são de âmbito económico que a vítima considera úteis na fase inicial de recomeço.</p> <p>A vítima refere ainda que sentiu disponibilidade de apoio técnico mesmo após a saída da casa, considerando um suporte para as vítimas.</p>
--	---	--

	<p>“Olhe eu como estava a trabalhar frequentei pouco as atividades mas sei que as outras mulheres gostavam de ir, era uma maneira de estarem ocupadas. “</p> <p>“Estou satisfeita e digo assim, nós colhemos aquilo que semeamos.....O apoio que eu sentia lá dentro, eu continuo a senti-lo cá fora. Se as mulheres forem humildes dentro da casa também continuam a encontrar o mesmo apoio cá fora. Não mudava nada.”</p> <p>“As vivencias que encontramos dentro da casa é que nos vão transformando. Sabe que conselhos nós deveremos ouvir todos mas só tomamos aquilo que queremos. Nós ouvimos historias que são parecidas com as nossas. Nós ouvimos vivencias que um bocadinho daqui, um bocadinho dali e é isso que nos transforma. Sabe que dentro da casa nós aprendemos, acreditando, desconfiando. Nem tudo o que luze é ouro. Tantas vezes o ouvimos dentro da casa que conseguimos interiorizar e por em prática e essa é a transformação principal. ...É a casa que nos ensina a pormos em uso a nossa personalidade pela forma positiva... é mesmo a coragem que</p>	<p>Apesar de não ter participado nas atividades por estar a trabalhar, a vítima tem uma opinião positiva sobre estas tendo em conta o feedback de outras utentes que participavam.</p> <p>A vítima considera o projeto satisfatório para si e recusa alguma necessidade de mudança.</p> <p>A Casa tornou a vítima mais corajosa ao dotar de estratégias que aprendeu ao ouvir histórias semelhantes à dela própria e também ao encorajar a centrar-se em características positivas da sua personalidade.</p>
--	---	--

	eu ganhei em me defender e isso foi a casa que me mostrou que eu posso ter coragem. Estou transformada sim e agradeço a casa, sim.”	
Projeto De Vida da Vítima	<p>“Eu é que prescrevi e desenhei o meu projeto de vida. E o meu projeto de vida. Da maneira como eles me apoiaram. Se a casa entendesse que o meu projeto de vida não ia pelo caminho certo, a casa dizia-me. Os meus alicerces do meu projeto de vida fui eu que os fiz, mas sei que há pessoas que não tem capacidade de fazer os próprios alicerces e a casa dá o impulso e ajuda a construir o projeto de vida, mas comigo não foi preciso porque eu tive iniciativa logo de ser autónoma de não estar a espera que me deem. Eu nunca baixei os braços.”</p> <p>“(…)a vítima pode alterar porque há muitas que vão trabalhar e não gostam do trabalho ou não se adaptam ao trabalho que lhe é proposto e falam com a dra. e alteram o percursos ou voltam novamente para a casa e procura-se novo trabalho. A vítima pode participar sempre neste processo.”</p> <p>“A melhor forma que a casa me podia ter preparado foi a auto confiança que me</p>	<p>Na casa as vítimas são autónomas na opção do seu projeto futuro e recebem aconselhamento sobre as suas escolhas, mas também são apoiadas na própria construção do projeto quando necessitam.</p> <p>O projeto é dinâmico, podendo ser alterado em benefício da vítima e de acordo com as suas preferências ou adaptação.</p>

	<p>transmitiu- Mostrou-me que eu podia confiar em mim, mostrou-me que mesmo fora da casa eu podia estar apoiada, mas a todos os níveis.”</p> <p>Basicamente foi isso...tirando os apoio que nos podem dar, a nível económico, a nível ...sim, a nível económico. Nem que seja para desabafar temos apoio. Nós sabemos que podemos encontrar alguém da casa e não nos sentimos desamparados.”</p> <p>“Eu senti-me preparada e com vontade de abandonar a casa. Sabe que quando estamos a conviver todos os dias com vítimas eu estava a reviver a minha violência. Chega-se a um ponto que quanto mais rápido abandonarmos mais rápido deixamos aquele passado para trás, muitas vezes chegam pessoas com novas histórias de violência e há sempre um reviver.”</p> <p>“(…) a nossa autoconfiança ela vem ao de cima, nós conseguimos acreditar em nós próprios. Acho que é uma ferramenta essencial nós acreditarmos que conseguimos caminhar sem moletas, sem estar a espera que nos oriente, que nos digam por onde havemos de ir ou não.”</p> <p>“considero...sabe que eu estou convicta que ao mínimo...vale mais estar sozinha que mal</p>	<p>A Casa ajudou na preparação para o futuro ao permitindo a vítima sentir-se confiante em si própria e apoiada quando necessário.</p> <p>Na Casa a vítima encontrou não apenas apoio financeiro, mas também apoio emocional e disponibilidade para apoio mesmo após a saída da casa.</p> <p>A vítima considera que a passagem pela casa faz parte de um percurso e que ultrapassar a violência exige a saída da casa, e após uma determinada etapa não é benéfico manter-se na casa.</p> <p>A vítima considera que a autoconfiança provida na casa é uma ferramenta essencial para o futuro.</p>
--	---	---

	<p>acompanhada porque ao mínimo sintoma de violência, eu não vou deixar chegar onde chegou. Não vou permitir. Eu não me sinto com capacidade para atravessar outra situação de violência doméstica ao mínimo sintoma eu não deixaria progredir eu não deixaria progredir eu não permitia que progredisse até aos motivos que me trouxeram aqui.”</p> <p>“[Estou] mais desconfiada, mais atenta, mais observadora...sabe que as vezes até uma conversa que eu oiça no jardim ou no passeio, não importa aonde, em que o tom de voz seja mais elevado já me faz ficar alerta se será violência doméstica ou não. ... É o estar mais forte é mesmo quando eu digo, é o estar mais atenta, mais desconfiada. São os efeitos colaterais. O que nos torna mais forte é estarmos atentos, ligar a certos pormenores que às vezes passavam despercebidos.”</p> <p>“A nível profissional é estável, tento manter o meu trabalho, tento fazer o meu melhor para conseguir manter o trabalho. A nível familiar quando vim para pombal tive que me afastar de tudo e de todos, ... A nível social, pessoas conhecidas há muitas, amigos eu vou fazendo uma seleção, vou selecionando e faço do meu melhor para manter as pessoas que seleciono</p>	<p>A vítima considera-se preparada para um futuro sem violência pois considera que está alerta para a violência, impedindo a progressão do ciclo da violência, além de considerar estar intolerante a esta.</p> <p>A vítima considera estar mais observacional que no passado, e ter mais competências para reconhecer, evitar e gerir situações de violência”.</p> <p>A vida da vítima mudou em termos sociofamiliares, tendo que manter afastamento</p>
--	--	---

	como amigos. Não refiz a minha vida amoroso. Afasto-me de um envolvimento amoroso... Como é que se pode voltar a confiar.”	em relação à sua família e aos amigos. Evita relacionamentos íntimos por dificuldade em confiar nos outros.
--	--	---

APÊNDICE 15 – SINOPSE DA ENTREVISTA/CONVERSA A DIRETORA TÉCNICA

Categorias de Análise	Excertos da entrevista	Interpretação/Análise
<p>A Diretora Técnica</p>	<p>«tenho 45 anos, sou licenciada em Serviço Social, trabalho como diretora técnica na Casa Abrigo desde 2002...sim, 2002, portanto...tenho 16 anos de experiência na função.»</p> <p>«...neste momento, estão nove mulheres e cinco crianças...quer dizer, desculpe, ontem entrou mais uma mulher, portanto dez mulheres e cinco crianças. Quatro mulheres com filhos, pois uma das mulheres tem dois filhos.»</p> <p>«...quanto ao conceito, para mim, o conceito de violência doméstica é o que está na legislação. Concordo com ele, no entanto, posso tentar dar o meu conceito e sendo assim, violência doméstica são os atos de violência física, verbal, emocional, psicológica, económica e sexual ocorridos entre conjugues e ex conjugues, pessoa do mesmo sexo que tenha mantido uma relação análoga à dos conjugues mesmo que sem habitação. Olhe é o que está na lei.»</p>	<p>Mulher de 45 anos, casada, profissional na área da violência doméstica, licenciada em Serviço Social, com 16 anos de experiência no contexto.</p> <p>Estão acolhidas na casa, dez mulheres. Quatro dessas mulheres estão acompanhadas com filhos menores.</p> <p>Entende o conceito de violência doméstica como o que é estipulado pela legislação portuguesa.</p>

<p>A Casa de Abrigo</p>	<p>«... a casa abrigo tenta capacitar, promover competências, promover a inserção profissional na vida ativa e consequentemente a sua autonomização financeira...»</p> <p>«a missão da casa de abrigo é acolher temporariamente vítimas de violência doméstica, num acolhimento voluntário, com ou sem filhos menores ou maiores com deficiência desde que estejam na sua dependência, tendo em vista a proteção da integridade física e psicológica. Proporcionar condições necessárias à educação, saúde e bem-estar num ambiente de tranquilidade e segurança. Promover e reforçar competências, proporcionar através dos mecanismos adequados a reorganização das suas vidas, visando uma reinserção plena na sociedade.»</p> <p>«A casa abrigo tem uma equipa técnica multidisciplinar e especializada. Intervém junto das vítimas na área jurídico-penal, na área social, profissional, cuidados de saúde, psicológico, educativo e escolar. Trabalha numa perspetiva de articulação, parceria com serviços e instituições.»</p> <p>«a casa é uma resposta social da APEPI , tem acordo de cooperação com a segurança social para 16 utentes. A casa de abrigo pertence à</p>	<p>Percebe a Missão da Casa Abrigo como um acolhimento voluntário de mulheres vítimas de violência, com ou sem filhos, promovendo a sua segurança e visando a sua reinserção.</p> <p>A Casa destina-se a acolher mulheres vítimas de violência doméstica com ou sem filhos.</p> <p>Na casa abrigo trabalha-se em parceria com outras instituições e dá-se resposta a nível jurídico-penal, social, profissional, saúde, psicológico, educativo e escolar.</p> <p>A casa pertence à rede nacional de casas de abrigo, tem uma diretora técnica, um psicólogo e quatro ajudantes de lar. Funciona 24h.</p>
-------------------------	---	--

	<p>rede nacional de estruturas de acolhimento às vítimas, sendo as entidades de tutela a CIG e a Segurança Social. A nível do organigrama interno, tem uma diretora técnica que acumula funções de assistente social e está a tempo inteiro. Tem um psicólogo a meio tempo e quatro ajudantes de ação direta. Funciona 24h, 365 dias por ano.»</p> <p>«a admissão processa-se por encaminhamento da entidade sinalizadora com base num relatório e podem ser entidades encaminhadoras para as casas de abrigo os organismos da administração pública...»</p> <p>«... com o consentimento expresso da vítima e da aceitação do regulamento interno da casa de abrigo.»</p> <p>«...as vítimas têm que cumprir o regulamento interno da casa e têm que manter-se a vontade da vítima em manter-se acolhida e manter a confidencialidade e sigilo, não divulgando onde se encontra acolhida.»</p> <p>«as vítimas podem ficar seis meses, podendo este período ser prorrogado no máximo por igual período, mediante parecer fundamentado</p>	<p>A vítima é admitida quando encaminhada pela entidade sinalizadora, com base num relatório que a acompanha.</p> <p>É requisito de entrada na casa a vítima ter vontade de integrar e aceitar o regulamento interno da instituição.</p> <p>É requisito de permanência na casa, o cumprimento do regulamento interno, a vontade em manter-se acolhida e cumprir as regras da casa, incluindo a não divulgação da localização da casa.</p> <p>O tempo de permanência na casa é de 6 meses, mas pode ir até aos 12 meses, mediante parecer fundamentado da equipa técnica.</p> <p>A saída da vítima é preparada quando ela pretende a sua autonomização, promovendo apoio financeiro.</p> <p>Na saída da vítima é elaborada uma ficha de ligação que a acompanha para os serviços que a vão acompanhar continuarem a fornecer o apoio técnico mantido na casa de abrigo.</p>
--	---	--

	<p>da equipa técnica, acompanhado da avaliação da situação da vítima.»</p> <p>«...caso a vítima pretenda autonomizar-se e não tenha condições financeiras no momento a seguir à saída é acionado o Protocolo, a Carta de Compromisso (apoio à autonomização das vítimas) que prevê apoio financeiro...»</p> <p>«... após a saída da utente é enviada uma ficha de ligação para os serviços que vão acompanhar a vítima para que lhe possam manter o apoio técnico iniciado na casa de abrigo.»</p>	
<p>Mudanças</p>	<p>«... tem havido por parte dos governos uma forte aposta nos mecanismos de proteção às vítimas, mediante a aplicação de medidas de coação que asseguram a segurança das vítimas.»</p> <p>«... reforço na abertura de respostas especializadas para acolhimento das vítimas, nomeadamente, Centros de Acolhimento de Emergência ...»</p> <p>«... a nova lei de regulamentação das estruturas das casas de abrigo vem criar</p>	<p>Reconhece que tem havido alterações às políticas sociais e à legislação da violência doméstica e da rede de casas de abrigo.</p> <p>Considera que a legislação tem mudado de acordo com as necessidades das vítimas e o seu empoderamento.</p> <p>Constata que com a nova lei de regulamentação das casas de abrigo, as vítimas vão ter melhores condições e melhor acompanhamento.</p>

	<p>melhores condições às vítimas e no acompanhamento efetuado.»</p> <p>«... a legislação tem sido constantemente atualizada em função das reais necessidades das vítimas visando a sua proteção, segurança e empoderamento.»</p> <p>«A criação de medidas protetoras e de legislação que salvaguardam os direitos das vítimas cria no fundo condições para que a vítima consiga denunciar e sentir-se mais protegida, logo mais empoderada e com mais ferramentas para delinear o seu projeto futuro.»</p>	<p>Acredita que as mudanças e alterações vão criar condições para uma maior proteção das vítimas, fornecendo-lhe ferramentas para auxiliar no futuro.</p> <p>Acredita que as vítimas ao sentirem-se mais protegidas vão conseguir denunciar o crime.</p>
<p>Acolhimento da Vítima</p>	<p>«... maioritariamente as vítimas provem de estratos sociais mais baixos, com poucas habilitações.»</p> <p>«... recorrem à casa de abrigo estão em situação de risco de vida, sendo a saída das suas próprias casas o último recurso.»</p> <p>«... analisar o relatório de encaminhamento a vítima é acolhida.»</p> <p>«... a motivação tem a ver normalmente com o risco de vida.»</p>	<p>O perfil típico das vítimas que recorre à casa abrigo são maioritariamente de estratos sociais baixos e com poucas habilitações.</p> <p>As vítimas recorrem à casa em último recurso e quando estão em risco de vida.</p> <p>Após o encaminhamento da vítima para a casa abrigo esta é acolhida.</p> <p>A motivação da vítima para recorrer à casa abrigo é fugir da violência, é proteger a sua vida.</p>

	<p>«... na primeira semana não se inclui nas tarefas...»</p> <p>«... tem que manter-se a vontade da vítima em manter-se acolhida e manter a confidencialidade e sigilo, não divulgando onde se encontra acolhida.»</p>	<p>O processo de acolhimento corresponde à primeira semana e só depois deste tempo, as tarefas da casa são incluídas no quotidiano da vítima.</p> <p>A vítima mantém-se acolhida por sua vontade devendo manter confidencialidade do local de acolhimento.</p>
<p>O Projeto de Vida da Vítima</p>	<p>«Faz-se o Plano Individual de Intervenção com a vítima no sentido de programar o seu projeto de vida...»</p> <p>«... este plano é constantemente reavaliado.»</p> <p>«... é delineado desde o início com a vítima atendendo às suas necessidades e ao que espera do futuro.»</p> <p>«... sendo reavaliado mensalmente e podendo ser alterado caso a vítima entenda e caso haja alguma alteração.»</p> <p>«... a função dos técnicos no Projeto de Vida é fazer o caminho com elas e tentar esclarecer relativamente às oportunidades que poderá ter ou até consequências que poderá ter resultantes do projeto de vida que definiu...»</p> <p>«... a duração do projeto de vida é sempre durante o tempo de permanência da vítima na casa...»</p>	<p>Após o acolhimento programa-se com a vítima o seu projeto de vida com a elaboração do Plano Individual de Intervenção.</p> <p>É um plano que se reavalia periodicamente de acordo com as necessidades, expectativas da vítima ou quando assim se justifique.</p> <p>A vítima é parte essencial na delineação do seu futuro. Os técnicos auxiliam nas decisões da vítima.</p> <p>O projeto de vida é feito durante a permanência da vítima na casa e durante este tempo pode ser sempre reajustado.</p> <p>A taxa de sucesso é avaliada pela satisfação da vítima com o seu projeto de vida. Está diretamente ligada com a sua vontade.</p>

	<p>«... taxa de sucesso é avaliada pelo grau de satisfação da vítima e pela concretização do seu projeto de vida...» «... taxa de sucesso é a vontade dela...»</p> <p>«... reajusta-se nas reavaliações mensais, só a equipa técnica e a vítima e caso seja necessário, pode acionar-se uma rede de parceiros...»</p>	<p>O projeto de vida reajusta-se mensalmente com a equipa técnica e a vítima. Caso haja dificuldade ou necessidade pode acionar-se algum parceiro da rede existente.</p>
--	---	--

APÊNDICE 16 – QUADRO COMPARATIVO DAS ENTREVISTAS NA CATEGORIA VÍTIMAS

Categoria	Entrevistas	Excertos da Entrevista	Interpretação/Análise
Vítimas	Maria A.	<p>«...começou-me a bater no primeiro dia de casamento. Já o pai dele era muito violento.»</p> <p>«... desde que estou na casa de abrigo, há um ano e quatro meses que já não falo com ele.»</p> <p>«...chamei a polícia e levaram-me para uma casa de abrigo...»</p>	<p>Mulher de 48 anos, divorciada, natural da Moldava, licenciada, desempregada, 1 filho.</p> <p>Começou a ser vítima do crime desde o primeiro dia de casamento.</p> <p>Acolhida na casa há 1 ano e 4 meses.</p> <p>Intervenção da polícia e encaminhamento para casa abrigo.</p>
	Maria B.	<p>«... estou aqui há 3 meses, fez no dia 13 deste mês 3 meses que estou nesta casa de abrigo...»</p>	<p>Em entrevista não quis referir os seus dados identificativos. Em conversa mais informal e durante o percurso da investigação analisou-se ser uma mulher de 53 anos, casada, natural de Oleiros, Castelo Branco, com o 4º ano de escolaridade, desempregada, com dois filhos, um rapaz de 25 anos e uma rapariga de 23 anos.</p> <p>Esteve casada 27 anos e a violência iniciou-se após o nascimento dos filhos.</p> <p>A mulher estava acolhida na casa há três meses.</p>
	Maria C.	<p>«(...) a primeira vez que ele me tratou mal foi porque eu fui jantar com uma amiga e quando cheguei a casa levei porrada porque não tinha nada que ir jantar com a rapariga e era uma rapariga...»</p> <p>«...há 9 anos fora da casa. Entrei em Fevereiro de 2009 e saí em maio de 2009...»</p>	<p>Mulher de 60 anos, viúva, 9º ano de escolaridade, trabalha como cuidadora de idosos, 2 filhos.</p> <p>Início da violência já depois de casada, após ter ido jantar com uma amiga. Foi sujeita a violência física e psíquica, restringindo as suas relações interpessoais.</p> <p>A mulher esteve acolhida na casa quase 4 meses e há 9 anos que já tem o seu novo projeto de vida.</p>

	Maria D.	«Após quatro anos de eu estar a viver em comum com o agressor começou a violência...»	Em entrevista não quis referir os seus dados, mas apurou-se ser uma mulher de 39 anos, divorciada, 1 filho, com o 11º ano e empregada de hotelaria de profissão. O início do crime foi após 4 anos de vida em comum.
--	----------	---	---

APÊNDICE 17 – QUADRO COMPARATIVO DAS ENTREVISTAS NA CATEGORIA CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Categoria	Entrevistas	Excertos da Entrevista	Interpretação/Análise
Crime De Violência Doméstica	Maria A.	<p>«Estupidez. Um mau pensamento de homens e um amor mais grande para com os outros do que para família e para a vida...»</p> <p>«...os homens são egoístas, parecem umas crianças. É uma atitude incorreta para a família.»</p> <p>«... O importante devia ser respeito, amor, sentimentos, antigamente era outra educação, agora com esta liberdade, tudo no mundo mudou.»</p> <p>«... Ele batia-me muito... já me batia no corpo de forma a não deixar marcas...»</p> <p>«... depois de 15 anos comecei a preparar os documentos para divorciar, mas pediu desculpa...»</p> <p>«... após este recomeço, durante 5 anos não bebia nada, não se metia com mulheres...»</p> <p>«...mas depois pouco a pouco começou a beber...já me batia no corpo...»</p> <p>«... nestes últimos 4 anos começou a beber mais, a ficar mais agressivo...»</p> <p>«...teve que se colocar à frente do pai para não me bater e foi nesta vez que nunca mais quis nada com ele...»</p> <p>«... começou-me a bater no primeiro dia de casamento...»</p> <p>«...estive casada 30 anos.»</p> <p>«Só apresentei queixa quando vim para aqui, para a casa de abrigo. Ele aterrorizava-me...»</p>	<p>Encara o conceito do crime de violência doméstica como um crime de género, de mudança de valores. De desrespeito para a família e mudança no conceito familiar.</p> <p>Agressões físicas e o agressor tinha a preocupação de não deixar marcas.</p> <p>Tentou colocar término ao ciclo da violência ao fim de 15 anos de casamento.</p> <p>Regressou ao ciclo da violência após o agressor pedir desculpa.</p> <p>Após a fase de lua de mel, as agressões físicas continuaram, até as agressões serem mais intensas.</p> <p>O fim das agressões deu-se quando, na fase violenta, o filho colocou-se entre os dois para evitar a agressão.</p> <p>Foi vítima de violência doméstica desde o primeiro dia do casamento.</p> <p>Foi vítima de violência durante 30 anos.</p>

		<p>«... nunca retirei a queixa e desde esse momento nunca mais voltei para ele...»</p> <p>«... para ficarmos mais longe porque vivíamos em Portimão, enviaram-nos para esta casa...»</p> <p>«... foi um refúgio e um local mais calmo para eu pensar e meter na balança os trinta anos de casamento.»</p>	<p>Apresentou queixa quando foi para a Casa Abrigo.</p> <p>Nunca teve vontade de suspender ou retirar a queixa.</p> <p>Nunca regressou para o ex marido ou teve vontade de regressar.</p> <p>Foi para a Casa Abrigo Teresa Morais para ficar distante do agressor.</p> <p>Sentiu a chegada à casa abrigo como um refúgio e um local calmo para reflexão.</p>
Maria B.		<p>«É bater, é tratar mal por palavras e várias coisas, ... sei lá... olhe muitas coisas, coisas, etc...»</p> <p>«... batia-me e depois queria ir para a vida sexual, procurava-me...entende?...»</p> <p>«... ele obrigava muita vez a ter relações sexuais sem eu ter vontade, muito violento...»</p> <p>«... agressões físicas, psicológicas, sexuais...»</p> <p>«... mas ele nunca me proibia de sair de casa, mas batia-me tanto.»</p> <p>«...nunca o deixei por causa dos filhos quando eram pequeninos e depois quando eles saíram de casa, pensei que ele mudasse, mas as coisas pioraram...»</p> <p>«...tentei por fim a esta situação com a ajuda da minha filha, foi dia 27 de fevereiro deste ano a minha filha estava de férias em minha casa e a minha filha disse se tocares na minha mãe, eu chamo a polícia.»</p> <p>«... Foi a minha filha que me ajudou.»</p>	<p>Entende o conceito como um conceito alargado, entre a dimensão física, psíquica e muitas outras coisas. Percebe-se alguma confusão.</p> <p>Foi sujeita a violência física, psicológica e sexual.</p> <p>Os filhos foram vítimas secundárias.</p> <p>A perpetuação do crime de violência doméstica durou aproximadamente 20 anos.</p> <p>Aguentou a violência por causa dos filhos serem pequenos e porque pensou que o agressor mudasse de comportamento.</p> <p>Só tentou colocar um fim à violência na fase do ataque violento e com o auxílio da filha.</p>

		<p>«... a polícia levou-me e apresentei queixa...»</p> <p>«... O processo está a correr e não quero tirar queixa...»</p> <p>«... nem voltar para ele. Desde o primeiro dia que nunca pensei em voltar para ele.»</p> <p>«... foi a polícia que chamou a Cruz Vermelha que me foi pôr em Leiria e estive 13 dias nessa casa e depois encaminhou-me para esta casa de abrigo.»</p>	<p>O apoio da filha foi peça fundamental para esta mulher conseguir libertar-se do ciclo da violência.</p> <p>Apresentou queixa na Polícia. Foi esta entidade que a retirou da tensão.</p> <p>Nunca suspendeu o processo, nem tem intenção de o fazer.</p> <p>Não tem vontade de regressar para junto do marido. Nunca colocou essa a hipótese de regressar para o mesmo contexto. A vítima foi encaminhada pelas entidades de primeira linha até chegar à casa Teresa Morais.</p>
	<p>Maria C.</p>	<p>“(...) é ameaças de pancada, não deixar a pessoa sair de casa. Vigiar os amigos e amigas que tem e pode haver violência física ou não porque a psicológica também afecta. O essencial é isto, portanto bater, acho que isso tudo é violência doméstica, maltratar. No todo isso já é muito coisa. Forçar a pessoa a ter sexo sem a pessoa querer, também é violência. É isso.”</p> <p>“...Depois pedia desculpa e eu desculpava e ficava tudo bem, depois começava a aparecer os filhos...”</p> <p>“Ele pediu-me para eu fazer almoço para o empregado e eu não ouvi e não fiz comer a contar com ele e ele atirou-me a travessa do comer para cima de mim e disse que quando chegasse não me queria ver e eu agarrei nos meus filhos e fui para casa da minha irmã, mas ela avisou-o e ele foi ter comigo. E ele foi-me buscar. Voltei outra vez para ele. Outra vez, ele era alcoólico, foi para os copos, bateu-me e eu fugi para Coimbra, pedi ajuda à Cáritas Diocesanas de Coimbra.”</p> <p>“A primeira vez que eu sai de casa a minha filha tinha 7 meses.”</p> <p>“(...) enviaram-me para Setúbal para uma casa de ajuda de mulheres separadas e maltratadas e os meus filhos foram para o colégio, entretanto arranjei trabalho e não sei como ele descobriu onde eu estava e foi buscar</p>	<p>Conceito de violência doméstica centrado na agressão física e controlo, mas alargado à coação sexual.</p> <p>Ciclo da violência doméstica com desculpas seguidas de agressões, saídas de casa seguidas de regressos.</p> <p>Tentou parar o ciclo da violência com as saídas do domicílio de ambos.</p> <p>Os filhos foram utilizados pelo agressor para manutenção do ciclo da violência.</p>

		<p>os meus filhos ao colégio. Ele foi-me mostrar os filhos e eu voltei para ele. Voltou a bater-me e eu voltei a fugir para Coimbra. Aqui já havia Casa de Abrigo e fui para a Guarda. Fui com os meus filhos para a Casa de Abrigo da Guarda. Ele descobriu onde eu estava e foi buscar as crianças, voltei para ele outra vez.”</p> <p>“(…) pois eu sabia que se fugisse ele descobria onde eu estava e ia buscar as crianças, assim preferi ficar na relação, pelos filhos.”</p> <p>“Quando a minha filha fez 14 anos ela começou a revoltar-se e ele começou a maltratá-la …Ele foi à procura dela e deu-lhe porrada com um cinto. (…)”</p> <p>“(…) os maus tratos continuaram e nisto tudo passaram 20 anos (…)” “Estive com ele 20 anos, 20 anos de sofrimento.”</p> <p>“(…)o meu filho saiu de casa e proibiu-me de falar com o meu filho (….) Já não tinha nenhum filho em casa e agarrei num saco, meti lá uns pijamas e fui embora. Fui ter à proteção de menores e foram ela que me levaram para a polícia. Apresentei queixa e a polícia meteu-me no comboio para as freiras, quero dizer para a Cáritas e depois a APAV enviou-me para a Casa de Abrigo de Pombal.”</p> <p>“.. apresentei queixa e tentei retirar a queixa porque o meu filho pediu, mas na altura que eu tentei tirar a queixa já era crime público, já não consegui tirar. Ele ficou com ordem de não se aproximar de mim, eu evitava ir à Covilhã. O meu filho vinha a Pombal ver-me.”</p>	<p>A filha foi outra das vítimas do agregado.</p> <p>A relação violenta e o crime de violência doméstica duraram 20 anos.</p> <p>Apresentou queixa ao final de 20 anos, quando o último dos seus dois filhos saiu de casa, mas logo a tentou retirar a pedido do seu filho, mas não regressou para o companheiro desde então.</p> <p>Após apresentar queixa, fugiu do agressor e foi encaminhada para a Casa Abrigo pela APAV.</p>
	<p>Maria D.</p>	<p>«(…) para mim tudo o que é violência doméstica engloba, violência física psicológica e moral. Violência doméstica também é o começo da falta de respeito. O começo da falta de respeito é o começo da violência doméstica»</p> <p>«Durante o primeiro ano foi violência verbal, desconfiança, acusações e começaram por causa do álcool.»</p> <p>«Por norma as pessoas que estavam presentes era eu, o filho dele e a mãe dele quando vinha para me ajudar a tentar aclamar os ânimos... Ele fazia os</p>	<p>O conceito de violência doméstica da vítima é alargado à dimensão física e psíquica e ainda alude à dinâmica evolutiva da violência.</p> <p>Evoluiu de uma violência psicológica para uma violência física. Contextualizada por abuso de álcool.</p>

	<p>maiores disparates bêbedo, mas nunca agrediu o filho dele, era capaz de lhe gritar para sair dali mas bater-lhe não. Nunca se virava à mãe, mas dizia lhe muitas parvoíces.»</p> <p>«Vivi 8 anos com o meu companheiro e os primeiros 4 anos fui tratada como uma rainha, ...mas após os 4 anos foi aumentando o consumo de álcool e começou a agredir.»</p> <p>«as primeiras vezes foi, dando-lhe a escolher entre, ou ele fazia um tratamento ao álcool ou eu fazia queixa dele na policia. Ele optou por fazer tratamento ao álcool mas fez só uma vez e depois acabou de meter o medicamento no lixo.»</p> <p>«Tive falta de coragem de sair da relação para não ser apontada, tinha receio que ele fosse mais agressivo.»</p> <p>«O limite foi mesmo quando senti medo de morrer e foi nessa madrugada que sai de casa. Ele estava tão descontrolado, tão descontrolado, eu naquela noite levei tanta porrada, tanta porrada, ele andou atrás de mim com uma navalha, ele deixou cair a navalha e ela foi para trás do sofá, ele naquela noite matava-me.»</p> <p>«Naquela manhã, aproveitando o facto de ele ter saído, dirigi-me ao posto da GNR apresentei queixa e ajudaram-me e encaminharam-me para os passos que eu teria que dar, porque eu estava no escuro... Lá para as dez da noite foi a Cruz Vermelha buscar-me para a Casa de Emergência.»</p> <p>«Suspendi a queixa com esperança que ele se arrependesse. Suspendi a queixa porque eu não queria estar a receber dinheiro dele, ter uma indemnização dele, pensei que o dinheiro lhe poderia fazer falta para ele ou o filho comer e suspendi a queixa. O facto de eu gostar dele, eu não lhe queria por mais um encargo.»</p> <p>«(...)quando estava na Casa de emergência foi-me dado a escolher várias casas de abrigo em vários pontos do país e a minha preocupação era ir para um meio que não fosse enorme, queria ir para um meio onde eu me identificava ... e escolhi Pombal porque disseram me que havia grande</p>	<p>O seu filho e a sogra da vítima assistiram às agressões, este nunca os agrediu fisicamente. Estes foram vítimas de violência predominantemente psicológica.</p> <p>O crime teve a duração de 4 anos.</p> <p>Tentou parar o ciclo da violência exigindo ao companheiro que fizesse tratamento para o alcoolismo, mas este abandonou o tratamento rapidamente.</p> <p>Manteve-se na relação com receio que este fosse mais agressivo e por medo da crítica social.</p> <p>O momento em que decidiu pela rutura foi quando sentiu a sua vida ameaçada.</p> <p>Após um episódio grave de violência saiu de casa e dirigiu-se às autoridades para fazer queixa, tendo sido devidamente encaminhada, após o que foi orientada para uma Casa Emergência.</p> <p>A vítima suspendeu a queixa por não querer prejudicar financeiramente o agressor, mas nunca mais regressou ao domicílio de ambos.</p>
--	---	---

		variedade de emprego e reencaminharam-me da Figueira da Foz para Pombal. Eu é que escolhi Pombal.»	Decidiu pela Casa abrigo quando ainda estava na casa de emergência, optando por uma localidade com a qual se identificava.
--	--	--	--

APÊNDICE 18 – QUADRO COMPARATIVO DAS ENTREVISTAS NA CATEGORIA CASA ABRIGO TERESA MORAIS

Categoria	Entrevistas	Excertos da Entrevista	Interpretação/Análise
Casa Abrigo Teresa Morais	Maria A.	<p>«Foi boa. Foram muitas novidades. Claro que no início não gostei. Foi difícil, mas é melhor assim, do que ficar em casa...»</p> <p>«... esta casa foi uma ajuda, um apoio...»</p> <p>«É um refúgio...»</p> <p>«... esta casa é bom para isso, romper com a situação...»</p> <p>«...temos tudo...»</p> <p>«...o que faz falta é as mulheres terem mais respeito umas com as outras.»</p> <p>«... existem conflitos é claro...»</p> <p>«...trabalhar na casa não é fácil, porque somos todas diferentes...»</p> <p>«... a diretora ensina e ajuda a tratar dos documentos para pedir apoio económico. Temos psicólogo, se queremos falar, temos o horário do psicólogo e ele ajuda-nos...»</p> <p>«... a casa ajuda na procura de emprego, vai dizendo onde estão a pedir ofertas...»</p> <p>«...ou se houver trabalho noutra área de outra casa pode-se fazer transferência da mulher para arranjar emprego noutra área...»</p> <p>«...gosto das atividades mais de trabalho manual. Não entra tanta porcaria na cabeça...»</p> <p>«...o medo não passa claro, mas a casa fez-me entender que fiz um grande erro na vida, que devia ter saído da relação há mais tempo...»</p> <p>«...olha sinto-me mais calma, mais forte, capaz de tudo, sou calma, estou calma...»</p> <p>«...já posso conversar livre com o meu filho...»</p>	<p>Adaptação bem à casa, apesar de ser difícil. A casa representa um refúgio, um apoio, uma ajuda, para sair da violência que vivia na sua residência.</p> <p>Estar na casa é terminar com a violência. Acha que não falta nada na casa.</p> <p>As mulheres residentes deviam ter mais respeito umas com as outras.</p> <p>Assume que existem conflitos e que não é fácil executar as tarefas na casa, justificando com a diferença entre residentes.</p> <p>Existe apoio administrativo, apoio económico, apoio psicológico, apoio na procura de emprego.</p> <p>Possibilidade de transferência de casa abrigo se a vítima arranjar emprego noutra área.</p> <p>Gosta das atividades pois enquanto trabalha tem a mente ocupada.</p> <p>Classifica a casa como resposta segura, embora o medo não passe.</p> <p>A casa auxiliou na compreensão de que deveria ter terminado mais cedo a relação</p>

			Sente-se uma mulher transformada, mais calma, mais forte e livre.
	Maria B.	<p>«... foi boa, prontos... sempre custa um dia ou dois porque não conhecemos as pessoas... mas foi boa a minha adaptação...»</p> <p>«... corresponde às minhas expectativas, porque eu já estava mais ou menos informada como funcionam as casas de abrigo.»</p> <p>«... é uma casa que nos acolhe, que nos ajuda em tudo aquilo que nós precisamos. Espero que a casa me continue a dar apoio e ajuda no que eu precisar até cá estiver ...»</p> <p>«... Temos tudo o que precisamos, temos apoio, acho que não faz falta nada. Temos o essencial. O que interessa é o essencial...»</p> <p>«Temos a pequena ajuda da segurança social, no económico, o RSI e para a ajuda de emprego estamos inscritos no Centro de Emprego...»</p> <p>«... quanto ao apoio psicológico temos o Dr. Paulo para falar connosco quando precisamos...»</p> <p>«São do meu agrado porque temos que fazer igual tal e qual como se estivéssemos na nossa casa...»</p> <p>«Sem medos de entrar em casa que é a principal. Que chega a casa e não tem aquele medo de estar em casa. A casa tem-me dado apoio e isso está a fazer-me uma pessoa mais segura.»</p>	<p>Adaptou-se bem, embora tenha sentido algumas dificuldades, pois não conhecia as residentes.</p> <p>A casa correspondeu às expectativas devido a ter informação sobre o funcionamento de casas de abrigo.</p> <p>Acha que a casa serve para prestar o acolhimento e auxiliar em tudo o que as vítimas necessitarem e tem esperança neste apoio durante a sua permanência na casa.</p> <p>Sente que na casa tem o essencial e que o essencial é que interessa. Considera uma boa resposta para proteção.</p> <p>São prestados apoios ao nível da Segurança Social, apoios económicos, apoios para empregabilidade e apoio psicológico.</p> <p>As atividades desenvolvidas na casa são do agrado da vítima.</p> <p>Sente-se uma mulher transformada, mais segura e sem medos. Os apoios prestados durante a sua estadia na casa fizeram com que se sentisse mais segura.</p>

	<p>Maria C.</p>	<p>“(…) foi um abrigo, foi um refúgio. Eu ali sentia-me protegida. No princípio era muito difícil eu sair à rua, mas depois aos poucos fui-me habituado. Ajudaram-me, deram-me roupa, pois eu só trazia pijamas. O que eu esperava era um refúgio e ajudaram-me a arranjar trabalho. Arranjei trabalho como cuidadora de idosos. Arranjei amigas que me ajudaram e ainda me ajudam.”</p> <p>“(…) Porque eu fui criada num colégio de férias, onde havia regras, sempre tive regras na minha vida e na casa também havia regras e eu adaptei-me bem.”</p> <p>“(…) eu na altura lembro-me de as mães serem separadas dos filhos, isso mudava. Agora sei que já não existe este problema. A casa era boa para as condições que precisávamos. Nós íamos à procura de um abrigo, não de um hotel, estava tudo limpo, havia higiene, não faltava comida, nem apoios. Incentivam a procurar emprego.”</p> <p>“É [uma boa resposta]. Para quem quiser sair é. É preciso querer! É preciso uma pessoa querer recomeçar sem nada. É preciso esquecer tudo o que teve no passado e tentar andar de cabeça erguida e pensar que o que passou passou, ficou para trás, temos que olhar por nós e pelos filhos.”</p> <p>“(…)mandavam-nos inscrever no centro de emprego e começamos a procurar trabalho, cada uma na área de gosto pessoal e eu comecei como cuidadora de idosos, como interna, mas cuidadora de idosos. A nível do psicólogo era bom, eu cheguei a trabalhar e a ir falar com a psicóloga. A nível económico não me lembro de ajuda, acho que não ajudam. Há raparigas que dão louças e roupas de cama quando refazem a sua vida, mas a mim não deram porque eu comecei a trabalhar como interna e tinha as coisas. Cuidava da senhora e estava lá noite e dia.”</p>	<p>Na Casa Abrigo sentiu-se segura, correspondendo às expectativas de proteção que tinha em relação à casa. Teve dificuldades em sair da casa numa fase inicial, mas no decorrer da integração na casa e numa atividade laboral conseguir normalizar a sua situação, sentindo-se plenamente confortável.</p> <p>Não teve dificuldades em se adaptar à dinâmica da casa pois já tinha tido uma experiência de viver em comunidade na infância.</p> <p>A vítima critica a separação de mãe e filhos que se fazia no passado, mas esta prática já foi alterada. Considera as instalações adequadas e valoriza o facto da procura de trabalho ser incentivada.</p> <p>Considera uma boa resposta para vítimas de violência doméstica, ressaltando a necessidade de as vítimas estarem preparadas para o recomeço.</p> <p>Na casa a vítima teve apoio na procura de uma nova atividade laboral e apoio psicológico, não tendo beneficiado de apoio financeiro por ter uma fonte de rendimento.</p>
--	-----------------	---	---

		<p>Fomos ver o castelo. As atividades eram as normais de uma dona de casa. Bem, íamos ao cinema. Também fomos ao teatro. Bem já passaram 9 anos desde que saí da casa de abrigo, não me lembro bem.</p> <p>Incentivavam-nos a procurar emprego e fazíamos a vida de casa, cozinávamos, limpávamos a casa, cuidávamos da roupa das camas. Também dividíamos a roupa para doações. Ali vai parar tudo e dali é que dividíamos para as crianças que precisavam.”</p> <p>“Isso é uma pergunta como um pau de dois bicos...portanto...eu saí de uma casa com todo o conforto e tenho muitas vezes alturas que me interrogo se não era preferível estar a levar porrada do que às vezes não ter dinheiro nem para beber café. Se compro pão não posso beber café.”</p> <p>“Eu no princípio tinha vergonha mas depois fui ganhando autoestima e convenci-me que tinha de levantar a cabeça e a minha vida tinha que continuar. Comecei a gostar de mim, comecei a olhar para o espelho e descobri que era uma mulher bonita e velha e que tinha que lutar sozinha para sobreviver. A Casa fez-me ver isto tudo porque eu ali, em conversas com a psicóloga e com a auxiliar incentivavam-nos a gostar de nós.</p>	<p>Além das atividades de vida diária habituais, também tinha atividades lúdicas e de auxílio a outros elementos.</p> <p>A vítima considera que a mudança da sua situação económica com a saída de casa do agressor se agravou, e que esse facto a leva ocasionalmente a duvidar se tomou a opção correta.</p> <p>A casa permitiu o seu crescimento como pessoa, considerando melhor a sua autoestima e percepção sobre si própria, suas capacidades e sua beleza física.</p>
--	--	--	---

	<p>Maria D.</p>	<p>“tive dias maus, tive dias horríveis e tive dias mais ou menos bons. Mais ou menos bons até eram poucos. Dias maus eram aqueles em que eu queria desistir de tudo. Tinha saudades das minhas coisas que deixei para trás, tinha saudades da minha família, das minhas colegas, do meu trabalho, da minha estabilidade. Dias horríveis eram os dias em que eu chorava desde manhã até à noite porque me queria ir embora. Até porque eu não conhecia nem nada nem ninguém, o que é que me estava aqui a segurar...os dias mais ou menos bons foi quando eu comecei a trabalhar, já tinha a minha mente ocupada, comecei a ganhar a minha independência, mas foi o facto de estar a trabalhar que me levou a que os dias não fossem tão maus porque conseguia ter a mente ocupada e não pensar tanto no que me aconteceu.”</p> <p>“Para mim a casa abrigo foi uma nova família até porque eu tinha deixado tudo para trás. Foi realmente onde eu encontrei as pessoas que me compreendiam, as pessoas que me apoiavam e aquelas pessoas que nunca me apontaram o dedo. Eu só contava pormenores se eu quisesse. Nunca tentaram coscuvilhar a razão pela qual eu tinha vindo.”</p> <p>“Superou as minhas expectativas, deram-me um tecto, roupa lavada, deram-me o meu banho diário e até apoio psicológico me deram. Quando era preciso falar estava lá alguém para me ouvir. Quando precisava de chorar essas pessoas também lá estavam. Sempre me deram a mão, me deram o ombro, sem perguntas. Eu da casa só esperava um tecto e enquanto não trabalhasse um prato de comer e a minha higiene pessoal e tive muito mais do que isso. Superou-me.”</p> <p>“a casa proporciona tao bem estar que as pessoas que lá estão até se acomodam e não querem trabalhar. Tem teto, tem comida, tem roupa lavada, tem comida, ainda lhe tratam dos documentos, dos rendimentos mínimos. A casa proporciona bem estar de mais. Tem shampoos, vão buscar roupas, não precisam de ganhar dinheiro... Eu da casa só tenho bem a dizer e o que faz falta na casa é obrigarem a trabalhar. Era obrigar a trabalhar para os consumos diários porque assim, já não estavam tanto tempo na casa e vai-se arrastar os processos e prolongar os dias na casa. Há pessoas na casa que exigem na casa o que nunca tiveram em casa e é dado.”</p>	<p>A vítima refere ter tido boa adaptação à Casa Abrigo numa avaliação global, com algumas dificuldades iniciais relacionada com saudades da sua família. Descreve-a como um ambiente familiar, com respeito pelos limites da privacidade pessoal. Representou para a vítima uma figura muito próxima a uma família.</p> <p>A Casa Abrigo superou as expectativas da vítima na medida em que a proveu todas as suas necessidades mais básicas e necessidades emocionais.</p>
--	-----------------	--	--

		<p>“tudo o que aconselham, todas as experiências de vida que já por lá passaram, sem dizerem nomes e recontam-nos, por vezes é um impulso para termos coragem. Houve uma senhora que veio para aqui, voltou para casa mas depois voltou a pedir ajuda. É o encorajamento de não se voltar para o agressor para as nossas casa.”</p> <p>“(…)se fosse preciso choravam connosco, se fosse preciso ouvir nos em silencio ouviam. Se lhe pedíssemos uma opinião para a vida aconselhavam com base na minha personalidade. Era um apoio para cada pessoa, não era um conselho ou opinião para o geral. Todas as semanas o psicólogo falava individualmente por cada uma. Cada pessoa tinha o seu próprio apoio.”</p> <p>“nível económico é nos dado a escolher entre duas ajudas ou nos ajudam a mobilar, dão eletrodomésticos, são tratados os documentos para a segurança social onde nos é pago o aluguer do apartamento em dois meses...para o começo é um bom impulso. A nível psicológico temos o psicólogo dentro da casa e fora da casa após 6 meses de ter saído da casa a direção telefona para saber se precisamos de roupas, bens alimentares, de produtos de higiene, se precisamos de apoio psicológico ou psiquiátrico. Já estamos fora da casa e há a preocupação se precisamos de algo. Se precisarem de apoio, reencaminham.”</p> <p>“Olhe eu como estava a trabalhar frequentei pouco as atividades mas sei que as outras mulheres gostavam de ir, era uma maneira de estarem ocupadas. “</p> <p>“Estou satisfeita e digo assim, nós colhemos aquilo que semeamos.....O apoio que eu sentia lá dentro, eu continuo a senti-lo cá fora. Se as mulheres forem humildes dentro da casa também continuam a encontrar o mesmo apoio cá fora. Não mudava nada.”</p>	<p>A casa proporciona bem estar às suas utentes, colmatando todas as suas necessidades, levando a que algumas das utentes se acomodem e não evoluam para a autonomia. Na opinião da vítima as utentes necessitam ser pressionadas para uma atividade laboral para se poderem financiar e assim serem independentes.</p> <p>A possibilidade de conhecer outras vítimas com histórias semelhantes ajuda as vítimas a sentirem-se mais confortadas e encoraja a persistência no projeto.</p> <p>O apoio prestado pelos técnicos tem uma intensa componente humana ajudam as vítimas, além do apoio psicoterapêutico estruturado.</p>
--	--	---	---

		<p>“As vivencias que encontramos dentro da casa é que nos vão transformando. Sabe que conselhos nós deveremos ouvir todos mas só tomamos aquilo que queremos. Nós ouvimos historias que são parecidas com as nossas. Nós ouvimos vivencias que um bocadinho daqui, um bocadinho dali e é isso que nos transforma. Sabe que dentro da casa nós aprendemos, acreditando, desconfiando. Nem tudo o que luze é ouro. Tantas vezes o ouvimos dentro da casa que conseguimos interiorizar e por em prática e essa é a transformação principal. ...É a casa que nos ensina a pormos em uso a nossa personalidade pela forma positiva... é mesmo a coragem que eu ganhei em me defender e isso foi a casa que me mostrou que eu posso ter coragem. Estou transformada sim e agradeço a casa, sim.”</p>	<p>Outro tipo de apoios prestados, além do psicoterapêutico, são de âmbito económico que a vítima considera úteis na fase inicial de recomeço. A vítima refere ainda que sentiu disponibilidade de apoio técnico mesmo após a saída da casa, considerando um suporte para as vítimas.</p> <p>Apesar de não ter participado nas atividades por estar a trabalhar, a vítima tem uma opinião positiva sobre estas tendo em conta o feedback de outras utentes que participavam.</p> <p>A vítima considera o projeto satisfatório para si e recusa alguma necessidade de mudança.</p>
--	--	--	---

			<p>A Casa tornou a vítima mais corajosa ao dotar de estratégias que aprendeu ao ouvir histórias semelhantes à dela própria e também ao encorajar a centrar-se em características positivas da sua personalidade.</p>
--	--	--	--

APÊNDICE 19 – QUADRO COMPARATIVO DAS ENTREVISTAS NA CATEGORIA PROJETO DE VIDA

Categoria	Entrevistas	Excertos da Entrevista	Interpretação/Análise
Projeto De Vida da Vítima	Maria A.	<p>«... aqui ajudaram-me e a mim chamavam-me sempre sobre as ajuda...» «... eu não sei. Eu penso que sim... aqui eu tive alguém comigo ao lado a ajudar-me.» «...arranjaram-me uma casa para eu ir viver com o meu filho... vou fazer o meu projeto de vida noutra cidade, ajudaram-me muito...» «...ajudaram-me também com o rendimento social...» «... empregos não me poderão ajudar ainda porque eu estou com um problema de saúde.» «... a Dra trabalha muito nesse sentido do projeto de vida...» «... sinto-me preparada...» «... começa a voltar a mulher que fui.» «... já tenho mais confiança em mim...» «... a violência muda... fiquei mais fechada, fiquei calada... agora estou mais aberta, mais comunicativa.» «... mas sim, consigo um projeto de vida sem violência.» «... de viver feliz...», «... eu sou capaz de ser pai e mãe...»</p>	<p>A vítima faz parte integrante do seu projeto de vida.</p> <p>Não tem a certeza se pode transformar o seu projeto de vida, mas reconhece que teve sempre alguém ao lado a prestar apoio.</p> <p>Na preparação do projeto de vida sente apoio dos técnicos da casa em vários aspetos, incluindo a diretora técnica.</p> <p>Sente-se preparada para iniciar uma vida nova</p> <p>Sente-se com mais autonomia.</p> <p>Sente-se transformada.</p> <p>Antes, no contexto de violência era mais reservada e após passar pela casa, sem violência, sente-se mais comunicativa.</p> <p>Visualiza um projeto de vida, feliz, sem violência e não equaciona a vida numa relação com um homem, pois consegue fazer o papel de mãe e pai.</p> <p>Sente-se diferente, mais confiante.</p>
	Maria B.	<p>«é difícil porque embora a casa de abrigo implemente que nós temos que tentar arranjar emprego mas com esta idade quem me vai dar emprego...»</p>	<p>A casa abrigo prepara as vítimas para a sua autonomia, incentivando na procura de emprego e posteriormente no arrendamento de uma casa.</p>

		<p>«...a Dra. também tenta que eu arrende uma casa mas são muito caras...»</p> <p>«... Eles dizem que nos dois primeiros meses para a autonomia a casa de abrigo ajuda mas mesmo assim não sei se consigo, vamos ver...»</p> <p>«Sou chamada ao processo e o Dr. Paulo tentou arranjar uma casa na segurança social, se fosse uma pequenina, ajudar na renda já era muito para mim. Posso intervir.»</p> <p>«Prepara nos para sairmos daqui. Prepara-nos para termos que ter um trabalho primeiro e uma casa...»</p> <p>«... Sim, estou melhor, porque estou sem medos, entro nesta casa sem medos, sem violência. Sinto-me mais autónoma...»</p> <p>«..., talvez se estivesse mais perto dele não me sentisse tão autónoma.»</p> <p>«Sim, desde que esteja sozinha. Esse é o meu projeto de vida, sozinha. Homens longe, como costuma dizer à terceira só cai quem quer.»</p> <p>«Era arranjar um emprego e uma casa para começar a vida.»</p> <p>«Eu queria era estar feliz, com saúde, feliz comigo própria era sinal que estava tudo bem.»</p>	<p>Os dois primeiros meses na casa são para trabalhar a autonomia das vítimas.</p> <p>A vítima faz parte integrante do projeto de vida e pode intervir no mesmo.</p> <p>A vítima tem apoio dos técnicos da casa que as preparam para a saída.</p> <p>Sente-se melhor, sem medos, sem violência e mais autónoma. Sente-se transformada.</p> <p>Percebe e sente que o facto de estar longe do agressor é um fator relevante na sua autonomia.</p> <p>Sente-se preparada para deixar a casa e iniciar um novo projeto de vida, desde que seja sozinha, sem nenhum homem.</p> <p>As suas motivações para o futuro passam por arranjar emprego e uma casa.</p> <p>No seu projeto de vida futuro quer ser feliz e com saúde.</p>
	<p>Maria C.</p>	<p>“Arranjaram-me trabalho como cuidadora de idosa, interna. Quando acabou fui para casa de uma amiga que conheci na casa e arranjei outro trabalho. E assim tenho feito. Tem sido difícil mas tenho conseguido. Portanto a diretora falou-me logo deste trabalho quando eu disse que gostava de cuidar de idosos. Eu aceitei e fui.”</p>	<p>Teve auxílio a delinear o seu recomeço, tendo sido ajudada a iniciar o seu projeto para o futuro com um emprego proposto pela Casa.</p>

		<p>“(...) preparou-me a dizer que eu não podia ter medo, que estava longe do agressor, que tinha x tempo para lá estar, passado esse x tempo tinha que sair. Foi isto. Preparou com conversas com a psicóloga a não ter medo, que o agressor não nos encontrava. Se precisássemos podíamos ligar a pedir ajuda. Incentivava a procurar trabalho.”</p> <p>“Eu não queria sair de lá porque eu gostava de estar lá, estava habituada a estar presa por isso gostava de estar lá. Eu lá estava segura, mas eu tinha que lutar pelo meu futuro. Tinha que ganhar dinheiro para me sustentar e agarrei me ao primeiro trabalho que apareceu.”</p> <p>“Sim, nós temos que lutar para ter um emprego, senão lutarmos vamos para o charco. Temos que lutar para conseguir um trabalho. Conseguir e preservá-lo. Portanto, nós podemos escolher o que nos convém e podemos intervir, do género, não quero ir para restauração, vou para geriatria. Nós podemos procurar a área que queremos seguir. É o que surge porque uma pessoa tem que se agarrar às oportunidades que vão surgindo. Procuramos o que nos convém.”</p> <p>“Eu ainda hoje tenho medo de o encontrar. Ainda não perdi o medo. Tenho andando a sobreviver. Tenho mais auto estima. Estou mais segura de mim. Já não sou aquela pessoa insegura. Tenho que ir buscar força sei lá onde. Sim, senti-me mais segura. A minha autoestima subiu. Arranjei coragem. É todos os dias uma luta. Sei lá...”</p> <p>“(...)sinto-me mais segura e a mim só eu é que mando, mais ninguém manda em mim.”</p> <p>“ Sim, estou. Isso é que era bom! Estou é a ficar velha. Daqui a dois dias já não posso trabalhar, estou velha e depois como é que eu me sustento. Não quero mais violência, não quero cá mais ninguém.”</p>	<p>Na Casa teve apoio na preparação para o recomeço ajudando a vítima no planeamento, apoio psicológico e disponibilidade para ajudar em momentos críticos. O apoio psicológico prestado ajudou a vítima a sentir-se segura e sem medo.</p> <p>No momento de sair da casa teve receio, por sentir segurança e apoio, perante a necessidade de se autonomizar a vítima persistiu na progressão do seu projeto pessoal.</p> <p>O projeto futuro foi contruído com a sua total participação, dando ênfase na participação da vítima na opção do seu futuro laboral.</p> <p>A vítima tem mais autoestima e isto reflete-se numa atitude mais assertiva e segura.</p>
--	--	--	--

		<p>“Tenho trabalho, de vez em quando vou ver o meu filho que vive na Covilhã, já não tenho medo de ir à Covilhã. A minha filha vive na França, estou com ela nas férias, tenho duas netas que vejo nas férias e no computador. Na vida social vou beber café, vou ao shopping com amigas. Vou para a praia com as amigas, tenho facebook e falo com amigas, uma vida normal.”</p>	<p>Deseja um futuro sem violência para si e considera-se capaz de viver sem violência, nomeadamente recusando aproximação de um companheiro.</p> <p>Neste momento é autónoma, reside sozinha, tem trabalho, visita a sua família regularmente e tem amigos com quem convive frequentemente, considerando ter uma vida dentro dos seus padrões de normalidade.</p>
	<p>Maria D.</p>	<p>“Eu é que prescrevi e desenhei o meu projeto de vida. E o meu projeto de vida. Da maneira como eles me apoiaram. Se a casa entendesse que o meu projeto de vida não ia pelo caminho certo, a casa dizia-me. Os meus alicerces do meu projeto de vida fui eu que os fiz, mas sei que há pessoas que não tem capacidade de fazer os próprios alicerces e a casa dá o impulso e ajuda a construir o projeto de vida, mas comigo não foi preciso porque eu tive iniciativa logo de ser autónoma de não estar a espera que me deem. Eu nunca baixei os braços.”</p> <p>“(…)a vitima pode alterar porque há muitas que vão trabalhar e não gostam do trabalho ou não se adaptam ao trabalho que lhe é proposto e falam com a dra.^ae alteram o percursos ou voltam novamente para a casa e procura-se novo trabalho. A vitima pode participar sempre neste processo.”</p>	<p>Na casa as vítimas são autónomas na opção do seu projeto futuro e recebem aconselhamento sobre as suas escolhas, mas também são apoiadas na própria construção do projeto quando necessitam.</p> <p>O projeto é dinâmico, podendo ser alterado em benefício da vítima e de acordo com as suas preferências ou adaptação.</p>

		<p>“A melhor forma que a casa me podia ter preparado foi a auto confiança que me transmitiu- Mostrou-me que eu podia confiar em mim, mostrou-me que mesmo fora da casa eu podia estar apoiada, mas a todos os níveis.”</p> <p>Basicamente foi isso...tirando os apoio que nos podem dar, a nível económico, a nível ...sim, a nível económico. Nem que seja para desabafar temos apoio. Nós sabemos que podemos encontrar alguém da casa e não nos sentimos desamparados.”</p> <p>“Eu senti-me preparada e com vontade de abandonar a casa. Sabe que quando estamos a conviver todos os dias com vítimas eu estava a reviver a minha violência. Chega-se a um ponto que quanto mais rápido abandonarmos mais rápido deixamos aquele passado para trás, muitas vezes chegam pessoas com novas historias de violência e há sempre um reviver.”</p> <p>“(...) a nossa autoconfiança ela vem ao de cima, nós conseguimos acreditar em nós próprios. Acho que é uma ferramenta essencial nós acreditarmos que conseguimos caminhar sem moletas, sem estar a espera que nos oriente, que nos digam por onde havemos de ir ou não.”</p> <p>“considero...sabe que eu estou convicta que ao mínimo...vale mais estar sozinha que mal acompanhada porque ao mínimo sintoma de violência, eu não vou deixar chegar onde chegou. Não vou permitir. Eu não me sinto com capacidade para atravessar outra situação de violência doméstica ao mínimo sintoma eu não deixaria progredir eu não deixaria progredir eu não permitia que progredisse até aos motivos que me trouxeram aqui.”</p> <p>“[Estou] mais desconfiada, mais atenta, mais observadora...sabe que as vezes até uma conversa que eu oiça no jardim ou no passeio, não importa aonde, em que o tom de voz seja mais elevado já me faz ficar alerta se será violência doméstica ou não. ... É o estar mais forte</p>	<p>A Casa ajudou na preparação para o futuro ao permitindo a vítima sentir-se confiante em si própria e apoiada quando necessário.</p> <p>Na Casa a vítima encontrou não apenas apoio financeiro, mas também apoio emocional e disponibilidade para apoio mesmo após a saída da casa.</p> <p>A vítima considera que a passagem pela casa faz parte de um percurso e que eltrapassar a violência exige a saída da casa, e após uma determinada etapa não é benéfico manter-se na casa.</p> <p>A vítima considera que a autoconfiança provida na casa é uma ferramenta essencial para o futuro.</p>
--	--	--	---

		<p>é mesmo quando eu digo, é o estar mais atenta, mais desconfiada. São os efeitos colaterais. O que nos torna mais forte é estarmos atentos, ligar a certos pormenores que às vezes passavam despercebidos.”</p> <p>“A nível profissional é estável, tento manter o meu trabalho, tento fazer o meu melhor para conseguir manter o trabalho. A nível familiar quando vim para pombal tive que me afastar de tudo e de todos, ... A nível social, pessoas conhecidas há muitas, amigos eu vou fazendo uma seleção, vou selecionando e faço do meu melhor para manter as pessoas que seleciono como amigos. Não refiz a minha vida amoroso. Afasto-me de um envolvimento amoroso... Como é que se pode voltar a confiar.”</p>	<p>A vítima considera-se preparada para um futuro sem violência pois considera que está alerta para a violência, impedindo a progressão do ciclo da violência, além de considerar estar intolerante a esta.</p> <p>A vítima considera estar mais observacional que no passado, e ter mais competências para reconhecer, evitar e gerir situações de violência”.</p> <p>A vida da vítima mudou em termos sociofamiliares, tendo que manter afastamento em relação à sua família e aos amigos. Evita relacionamentos íntimos por dificuldade em confiar nos outros.</p>
--	--	--	---